

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
LINHA DE PESQUISA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

GABRIELI APARECIDA DA FONSECA

**IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS:
POSSIBILIDADES, CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS**



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Marília
2017**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
LINHA DE PESQUISA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

GABRIELI APARECIDA DA FONSECA

IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS:

POSSIBILIDADES, CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Universidade Estadual Paulista - como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação (Pós-graduação em Ciência da Informação -FFC/UNESP-Marília)

Orientador (a): Profa. Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez

Fonseca, Gabrieli Aparecida da.
F676i Identificação documental em arquivos pessoais:
possibilidades, convergências e desafios / Gabrieli
Aparecida da Fonseca – Marília, 2017.
121 f. ; 30 cm.

Orientador: Sônia Maria Troitiño Rodriguez.
Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2017.
Bibliografia: f. 102-111

1. Arquivos. 2. Diplomática. 3. Arquivos pessoais. 4.
Documentos. I. Título.

CDD 025.4

GABRIELI APARECIDA DA FONSECA

**IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS:
POSSIBILIDADES, CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez (Orientadora) UNESP

Prof.^a Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio (Membro da banca) UNESP

Prof.^a Dra. Ana Célia Rodrigues (Membro da banca) UFF

Prof.^a Dra. Maria Leandra Bizello (Suplente da banca) UNESP

Prof.^a Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (Suplente da banca) UFF

Marília, 09 de maio de 2017.

Dedico este trabalho aos meus pais, Izia e Aparecido

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo apoio e carinho, por tudo que sou. Pois sem eles nada seria possível.

Agradeço a todos meus familiares e pessoas queridas que torceram por mim.

À minha orientadora, professora Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez por toda dedicação e atenção.

Às professoras Dras. Telma Campanha de Carvalho Madio e Ana Célia Rodrigues, por terem aceitado o convite para fazer parte da banca, bem como pelos ótimos apontamentos feitos durante o exame de qualificação que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos Rutiellen Costa da Silva Pires e Leandro Lopes Ferreira, pelo apoio e amizade. Espero que continuemos sempre assim.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pelo companheirismo e reflexões.

À minha amiga Francisnaira Cristina Ravazi, pela amizade sincera mesmo com a distância.

Às professoras Dras. Marta Lígia Pomim Valentim, Maria José Vicentini Jorente, Dunia Llanes Padrón, Maria Leandra Bizello e ao professor Dr. José Augusto Chaves Guimarães pelas reflexões proporcionadas por suas aulas.

À Wahuane pelas dicas de livros e por ter-me feito refletir a respeito do conceito de cultura.

Aos alunos da turma XI de Arquivologia, pela excelente acolhida durante meu estágio de docência.

Ao CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico por ter contribuído com essa pesquisa.

Muito obrigada!

**“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.” Grande sertão
veredas, João Guimarães Rosa**

RESUMO

A presente dissertação trata a respeito da Identificação Documental em arquivos pessoais, através da análise das especificidades existentes nesse tipo de arquivo, especialmente no que se refere à produção documental e recuperação do princípio de proveniência. Assim, buscou-se traçar um breve histórico, conceituação e análise da Identificação Documental na literatura nacional e internacional, tomando como base as pesquisas de Brasil e Espanha. Ressalta-se também a relação existente entre a Identificação Documental e os princípios, funções e métodos da Arquivologia. Voltando-se especificamente para o caso dos arquivos pessoais, que apresentam um notável diferencial em sua composição. Dessa forma, propõe-se refletir sobre questões que envolvem os arquivos pessoais. Trata-se, de uma pesquisa teórica que tem como objeto os arquivos pessoais, seguindo a abordagem do Total Archives, a qual compreende a integração entre os arquivos e tratamento documental. Torna-se, assim, possível perceber o quanto a teoria é importante no desenvolvimento da prática, considerando que diferenças de concepção podem ocasionar efeitos concretos divergentes. Nesse sentido, espera-se que a análise crítica, embasada em fundamentação teórica dos diferentes entendimentos de Identificação Documental e da constituição dos arquivos pessoais, possa vir a contribuir, para a evolução da Arquivologia enquanto ciência, inclusive por tornar possível maior concretude à aplicação prática dos fazeres arquivísticos.

Palavras-chaves: Identificação Documental; Arquivologia; Arquivos Pessoais; Tipologia Documental; Procedimentos Arquivísticos;

ABSTRACT

The present dissertation deals with Archival Identification in Personal Papers, through the analysis of the specific situation in this file type, especially with regard to documentary production and recovery of principle of provenance. Thus, we seek to trace a brief history, conceptualization and analysis of Archival Identification indicated in the national and international literature, based on the research of Brazil and Spain. Also points up the relationship between the Archival Identification and the principles, functions and methods of Archival Science. Turning specifically to the case of personal papers, which have a remarkable difference in their composition. Thus, it is proposed to reflect the issues surrounding personal papers. It is thus a theoretical research that has as object the personal papers, following the Total Archives approach, which comprises the integration of the files and documentary treatment. It is thus possible to see how the theory is important in the development of practice, considering that design differences can result in different specific effects. In this sense, it is expected that the critical analysis grounded in theoretical basis of different understandings of Archival Identification and establishment of the Personal Papers can potentially contribute to the development of Archival science while science, including by making possible greater concreteness to practical application of archival doings.

Keywords: Archival Identification; Archival Science; Personal Papers; Archival Diplomatics; Archival Procedures;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

GIFE - Grupo de Identificação de Fundos Externos

GIFI - Grupo de Identificação de Fundos Internos

ICA-AtoM - International Council Archives - Access to Memory

INTERPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA: PRINCÍPIOS, FUNÇÕES E FERRAMENTAS	16
2.1	Formação de Arquivos: o processo de produção documental e gestão de documentos.....	16
2.2	Princípios da Arquivologia: a importância do princípio de proveniência.....	18
2.3	O papel das funções arquivísticas.....	22
2.4	O uso de normas e tecnologia na execução de funções arquivísticas	28
3	IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL: TRAJETÓRIA, TEORIA E QUESTIONAMENTOS	33
3.1	O espaço da Identificação Documental na Arquivologia	33
3.2	Identificação Documental no cenário nacional e internacional	35
3.3	Identificação Documental e as questões que envolvem a produção documental.....	41
4	O LEGADO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO À IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL	46
4.1	Diplomática e Documento: da Idade Média a Contemporaneidade	46
4.2	Aspectos de tipologia documental e produção documental na atualidade: novos desafios para a Diplomática.....	56
4.3	Documentos de arquivo na contemporaneidade: relações entre Diplomática e Identificação Documental	61
5	RELAÇÕES ENTRE A IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL E A COMPREENSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS	66
5.1	Arquivos pessoais: limites e convergências entre público e privado	66
5.2	Constituição de acervos pessoais: entre a espontaneidade e a construção.....	74
4		
5.3	O dilema dos tipos documentais em arquivos pessoais.....	87
5.4	Aspectos da Identificação Documental em arquivos pessoais	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXO I	112

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se volta para a temática da Identificação Documental em arquivos pessoais a fim de elucidar tanto a importância dos estudos de Identificação Documental quanto de arquivos pessoais, demonstrando como ambos campos de estudo podem se influenciar mutuamente.

Trata-se de continuidade do trabalho de Iniciação Científica intitulado “*A contribuição da Identificação Documental em Arquivos Pessoais: um estudo de caso no Instituto Fernando Henrique Cardoso*”, auxiliada pela FAPESP. O referido trabalho caracterizou-se como uma revisão de literatura e verificação prática da metodologia de Identificação Documental sobre acervos privados, que se valeu de um estudo de caso no Instituto Fernando Henrique Cardoso e analisou como os conceitos de Identificação Documental e de arquivos pessoais presentes na literatura da área influenciam no trabalho por eles realizado, refletindo sobre o papel da Identificação Documental para a definição e organização de arquivos pessoais.

Dessa forma, a pesquisa aqui proposta trata-se de uma extensão da desenvolvida anteriormente, no sentido de que busca aprofundar o estudo teórico acerca da temática de Identificação Documental em arquivos pessoais.

São muitos os pormenores que envolvem o documento de arquivo. A proveniência aliada à organicidade, certamente é um dos aspectos mais importantes em relação ao documento arquivístico, sendo um dos fatores determinantes na organização dos mesmos. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo (2007, p.48), o arquivo deve ser entendido como uma unidade de amplo espectro, na qual os documentos necessitam receber tratamento específico em função de sua produção, sob o risco de perda do sentido que carregam.

Pretende-se problematizar as relações estabelecidas entre a Identificação Documental, enquanto, simultaneamente, área de estudo e metodologia de trabalho, com os princípios e funções arquivísticas e com o método diplomático. Desse modo, busca-se refletir sobre as diversas questões que envolvem um arquivo pessoal e as distintas relações que um documento

pode estabelecer tanto com o conjunto documental ao qual pertence quanto com outros conjuntos, de acordo com o contexto no qual está inserido. Busca-se, dessa forma, esclarecer o papel da Identificação Documental em arquivos pessoais.

No que diz respeito a procedimentos especializados, a Arquivologia tem princípios e propostas de organização da informação que a distingue de outras disciplinas e caracteriza seu objeto. Heloísa Bellotto (2002a) apresenta quatro objetos para a Arquivologia, sendo um deles intelectual e três físicos. O objeto intelectual é a informação. Já os físicos, são em ordem de importância: conjuntos documentais, documento de arquivo e as entidades arquivísticas.

Nesse sentido, a Arquivologia necessita de procedimentos, que evidenciem de que maneira se dá a relação entre o documento de arquivo e sua proveniência, entre outros aspectos correlatos. Dentre as atividades que podem contribuir para isso, a Identificação Documental surge como uma alternativa científica metodológica importante.

A Identificação Documental volta-se para um profundo estudo da gênese documental, na qual o órgão produtor e o tipo documental são protagonistas. Ou seja, possibilita a reconstrução do contexto de produção dos documentos, o que vem a colaborar com o desenvolvimento de vários procedimentos arquivísticos.

Conforme Ana Célia Rodrigues (2012) as primeiras pesquisas sobre Identificação Documental surgiram na década de 80, tendo sido divulgadas no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Tratamento de Arquivos Administrativos - o qual era composto por Espanha, Portugal, Brasil, México e Colômbia - nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri em 1991. Ainda segundo a mesma, a formulação do conceito de Identificação é mérito de Maria Luísa Conde Villaverde, que participava da jornada citada, de modo que posteriormente, a temática recebe forte influência e contribuição de outros pesquisadores espanhóis. Entretanto, por se tratar de um estudo recente, a noção de Identificação Documental não possui um consenso na área em relação à sua definição e sistematização de sua prática, sendo abordada de modo plural, conforme a corrente de pensamento arquivístico. No Brasil, a

temática fora trazida por José Maria Jardim, que a levou ao Arquivo Nacional, onde trabalhava no período, e onde foram desenvolvidos os Grupos de Identificação de Fundos Internos e de Fundos Externos (GIFI e GIFE), a fim de solucionar problemas dos documentos do Ministério da Agricultura. De modo que a partir de então se desenvolveram as pesquisas e aplicações práticas da Identificação Documental no Brasil. Contudo, ainda é uma temática pouco discutida no Brasil e apesar de se basear nos conceitos apresentados pelos pesquisadores espanhóis, seu desenvolvimento no Brasil se difere do ocorrido na Espanha em alguns aspectos, começando pela questão terminológica, já que na Espanha os pesquisadores se referem à temática apenas como Identificação, e no Brasil essa nomenclatura varia de Identificação, Identificação Documental, Identificação Arquivística.¹ Tais pormenores são muito sutis, mas podem gerar inconsistência, o que costuma ocasionar efeitos práticos divergentes.

A corrente espanhola compreende a Identificação Documental como um processo que reúne o estudo do órgão produtor/acumulador da documentação e de seus registros - representados pelos tipos documentais -, pois entendem que ambos estão relacionados com a proveniência.

Já a corrente brasileira, considera as colocações da corrente espanhola. Porém, compreende a Identificação Documental como muito mais próxima da Tipologia Documental do que a primeira. Outro ponto que diferencia ambas correntes é a forma como a Identificação Documental é vista no âmbito da teoria arquivística, posto que os estudos brasileiros a colocam ora como método ora como função arquivística.

Deve-se ter cautela ao tratar das relações entre a Identificação Documental e as demais etapas do tratamento arquivístico, especialmente para evitar confusões teóricas que levam a evidenciar aspectos diferentes da documentação.

¹ Nessa dissertação, adotou-se o termo Identificação Documental pelo fato de este ser mais utilizado no âmbito da UNESP-Marília.

Apenas poderemos chegar a um consenso entre teoria e prática da Identificação Documental através da compreensão de seus fundamentos, além do estudo ponderado sobre os efeitos aplicados.

Fatores como a crescente diversidade de tipos documentais, formas, suportes e contextos de produção, tornam a Identificação Documental cada vez mais aliada para uma melhor organização e valorização dos arquivos, especialmente os pessoais, através do estudo do produtor e Tipologia Documental, considerando-se que nos arquivos pessoais há tendência a conclusões equivocadas e que podem induzir a erros, pois nesses casos a organicidade costuma se estabelecer na maioria das vezes por acumulação.

As características dos documentos são determinantes da unidade de informação a qual estes devem integrar. Elas referem-se ao âmbito em que a função do registro se cumpre, sua representatividade e importância, entre outros fatores que podem ser evidenciados por meio da aplicação prática da Identificação Documental.

Enfim, com a intenção de fundamentar a pesquisa aqui exposta, optou-se por realizar um levantamento histórico e conceitual sobre a Identificação Documental, analisando sua aplicabilidade em arquivos pessoais a partir da abordagem do Total Archives, que segundo Terry Cook (1998, p. 142-143) “[...] reflete uma visão mais ampla dos arquivos, sancionada pela sociedade como um todo e reflexo dela, em vez de uma visão conformada a priori, ou por poderosos grupos de interesse dos usuários, ou pelo Estado. [...]”.

A fim de amparar tal análise, buscou-se ressaltar o quanto a Identificação Documental pode contribuir para a organização de arquivos pessoais, visto que tais arquivos possuem grande variedade de tipos documentais, suportes, formatos, gêneros... O que muitas vezes se configura em casos de difícil resolução.

Buscou-se também explorar as particularidades dos arquivos pessoais, como diferenças entre natureza e caráter dos documentos, pois nesse tipo de arquivo essa distinção costuma ser mais complexa de ser realizada, uma vez que aborda os dilemas que envolvem os documentos públicos presentes nos

arquivos pessoais, entre outras coisas, como os diferenciais da produção e acumulação de documentos.

Mediante o exposto a respeito do desenvolvimento desta pesquisa, definiu-se como objetivo geral analisar e refletir de que maneira os estudos sobre Identificação Documental se inserem na Arquivologia, posto que surgem muito após o desenvolvimento de teorias e fazeres que se caracterizam como núcleo tradicional da Arquivologia.

Dessa forma, o objetivo geral volta-se para a Identificação Documental no âmbito dos arquivos pessoais. Os objetivos específicos foram:

1. Rever a teoria a respeito de Identificação Documental na literatura nacional e internacional, de modo a averiguar quais os aspectos divergentes e convergentes entre si;
2. Analisar a perspectiva de crescimento da Identificação Documental, tanto em teoria quanto em prática no meio arquivístico;
3. Refletir a relação existente entre o método Diplomático e a Identificação Documental apresentando como a Diplomática pode contribuir tanto para o desenvolvimento teórico quanto prático da Identificação Documental;
4. Refletir as relações entre Identificação Documental, princípios e funções arquivísticas;
5. Investigar as particularidades da Identificação Documental em arquivos pessoais, em razão de tais acervos serem caracterizados pela complexidade de suas relações, o que pode interferir na produção/acumulação de documentos.

Assim, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica explicativa. De modo que apresenta revisão e reflexão da literatura da área a respeito dos conceitos de Identificação Documental e Arquivos Pessoais a partir da abordagem do conceito Total Archives.

Com o intuito de retratar todos os aspectos abordados pela proposta, este trabalho segue estruturado em cinco capítulos, além da introdução, divididos do seguinte modo:

O segundo capítulo intitulado “*Relação entre arquivos e Arquivologia: princípios, funções e ferramentas*” visa apresentar os diversos princípios e funções arquivísticas, com a finalidade de analisar quais as ferramentas que melhor viabilizam e potencializam a aplicação dos fazeres arquivísticos.

O terceiro capítulo, intitulado “*Identificação Documental: trajetória, teoria e questionamentos*”, busca analisar a Identificação Documental no âmbito internacional, assim como seus desdobramentos na teoria e prática arquivística. Apresenta-se um breve histórico da construção e exploração das especificidades de duas das principais vertentes de pesquisa a respeito da Identificação Documental - brasileira e espanhola. Desse modo, este capítulo se propõe tanto a pontuar o papel da Identificação Documental na Arquivologia, quanto apontar as perspectivas para seu desenvolvimento.

O quarto capítulo, intitulado “*O legado do método Diplomático à Identificação Documental*”, visa por meio da análise histórica do método diplomático, refletir sua relação com a Identificação Documental. Ou seja, apresentar de que maneira a Diplomática contribuiu para o desenvolvimento teórico e prático da Identificação Documental.

O quinto capítulo, intitulado “*Relações entre a Identificação Documental e a compreensão dos arquivos pessoais*” ressalta as especificidades dos arquivos pessoais relativas a tipo documental, suporte, formato e gênero. E evidencia as diferenças entre natureza e caráter dos documentos, coleção e arquivo pessoal. Destaca-se a contribuição da Identificação Documental para o reconhecimento dos conjuntos pessoais em seus devidos contextos, por meio da explicitação da proveniência.

Nas *Considerações Finais*, sexto capítulo, apresenta-se uma síntese dos resultados apresentados ao longo deste trabalho, apontando a partir da comparação entre a teoria estudada e a realidade encontrada em diversos arquivos, em quais aspectos a Identificação Documental contribui para a organização de arquivos pessoais, e quais as suas especificidades no âmbito desses arquivos.

2 RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA: PRINCÍPIOS, FUNÇÕES E FERRAMENTAS

2.1 Formação de Arquivos: o processo de produção documental e gestão de documentos

A produção de documentos arquivísticos enquanto atividade voltada para o funcionamento das instituições e da vida em sociedade em geral, estreita-se com a burocracia, variando conforme a jurisdição e o âmbito onde sua ação se concretiza – se público ou privado. Para Márcia Pazin:

Entre as dimensões apresentadas por Max Weber para definir a organização burocrática, uma delas diz respeito diretamente à produção documental da administração. Trata-se do princípio da formalização. Para ele, todas as atividades da organização devem ser formuladas em documentos oficiais, tanto do ponto de vista da operação global da organização – em estatutos, regimentos, regulamentos – quanto das rotinas operacionais – nos procedimentos, por exemplo. [...] (PAZIN, 2011, p. 74).

A produção documental é base administrativa e jurídica, pois se refere ao processo de gênese documental – origem e constituição de documentos. A gênese documental corresponde à junção da *actio* e *conscriptio*. De acordo com Bellotto (2002b) *actio* e *conscriptio* são os elementos que constituem o documento, sendo que *actio* corresponde ao conteúdo do mesmo e *conscriptio* a forma física, conforme será abordado no capítulo 4.

A produção documental irá variar conforme a cultura local e o sistema jurídico correspondente ao âmbito no qual o produtor está vinculado. Cultura e sistema jurídico são intimamente relacionados. Pois a cultura influencia o sistema jurídico, e este irá reger normas e fundamentos essenciais à produção documental, sobretudo em âmbito burocrático. Assim, justificam-se diferenças ocorridas na produção documental ao redor do mundo, manifestadas em diversos aspectos como variedades de tipos documentais e variações na estrutura dos mesmos, quantidade de documentos produzidos para o cumprimento de uma mesma função, fluidez do fluxo, trâmite, etc.

To dream of an extension in space and time for the further development of diplomatics is not the least seductive of its considerations. This endeavor ought to distinguish what is and what is no longer exportable, taking into consideration the place of the written word in a given society. Therein rests, without a doubt, the secret of the brilliant break-throughs of *archivistique* and diplomatics, at newer junctures, in the studies of antiquity, in both the Near East and the "classical" understanding of antiquity, and also in the older but no less successful introduction, with arms and baggage, of medieval French diplomatics into a Japanese domain. These societies produce, in effect, a documentation which is voluminous enough to authorize comparisons and serializations, and rare enough so that each document possesses a potential for multiple dimensions of information (GUYOTJEANNIN, 1996, p.420, grifos do autor).²

Dessa forma, quando a produção documental não condiz com a realidade cultural e consequentemente jurídica de seu meio, há um embate capaz de levar a administração a ineficácia e ineficiência, sem citar a questão de abrir espaço a fraudes documentais.

É no âmbito burocrático que a maioria dos documentos é produzida, pois ainda que este represente uma realidade comumente atrelada à administração pública, se faz presente em instituições privadas. A burocracia que muitas vezes é compreendida como sinônimo de retrocesso, lentidão dos processos administrativos públicos, é na verdade um padrão com rigor necessário. Weber, precursor nos estudos sobre burocracia, afirma que:

A superioridade puramente técnica da organização burocrática foi sempre a razão decisiva do seu progresso com relação a toda outra forma de organização. O mecanismo burocrático é

² "Sonhar com uma extensão no espaço e no tempo para o desenvolvimento da diplomática não é a menos sedutora de suas considerações. Este esforço deve distinguir o que é e o que não é mais exportável, levando em consideração o lugar da palavra escrita em uma determinada sociedade. Nela reside, sem dúvida, o segredo dos brilhantes avanços da *arquivística* e da diplomática, nos mais recentes encontros, nos estudos da antiguidade, em ambos, tanto no Oriente Próximo quanto na compreensão "clássica" de antiguidade, e também na velha mas não menos bem sucedida, introdução com braços e bagagem, da diplomática Francesa medieval em domínio Japonês. Essas sociedades produzem, de fato, uma documentação que é suficientemente volumosa para autorizar comparações e serializações, e rara o suficiente para que cada documento possua um potencial para múltiplas dimensões de informação" (GUYOTJEANNIN, 1996, p.420, tradução nossa).

para as demais organizações como a máquina o é para os modos de produção não mecanizados. Precisão, velocidade, certeza, conhecimento dos arquivos, continuidade, direção, subordinação estrita, redução de desacordos e de custos materiais e pessoais são qualidades que, na administração burocrática pura, e fundamentalmente na sua forma monocrática, atingem o seu nível ótimo. [...] (WEBER, s/d, p. 37-38).

Contudo, quando não trabalhada da forma devida, a burocracia pode apresentar excessos desnecessários que levam os trâmites e fluxos documentais ao retrocesso, prejudicando a produção documental. Uma produção documental enxuta é um dos principais requisitos para uma boa gestão documental, que “[...] atua desde a produção até a guarda ou eliminação do documento. Nessa perspectiva, o arquivista tem grande responsabilidade em relação aos processos administrativos de uma organização.” (VALENTIM, 2012, p.12).

Disso, se pode entender que a presença do profissional arquivista no âmbito administrativo é de suma importância para evitar incorporações indevidas, pois apesar dos documentos públicos possuírem influência direta com o sistema jurídico e burocrático no qual estão inseridos, nem sempre fica clara essa relação.

Até mesmo os documentos pessoais estão envolvidos com administração pública, pois além do sistema jurídico ser válido para todos, existem casos em que a produção de efeito de um documento pode ser diferente de seu contexto de produção. Ou seja, por vezes a proveniência pode não corresponder à procedência necessariamente, tema que nesta dissertação será abordado no capítulo 5.

2.2 Princípios da Arquivologia: a importância do princípio de proveniência

A Arquivologia tem sua teoria e prática respaldadas por uma série de princípios que garantem sua eficácia e a distinguem de outras ciências, tal como a Biblioteconomia e a Museologia.

Para Heloísa Liberalli Bellotto, o rol de princípios da Arquivologia é composto por:

1. *Princípio da proveniência*: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. [...] Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, nos arquivos, a outros de origem distinta.
2. *Princípio da organicidade*: [...] Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.
3. *Princípio da unicidade*: não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção.
4. *Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística*: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não-autorizada ou adição indevida. Esse princípio deriva do princípio da proveniência.
5. *Princípio da cumulatividade*: o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica. É a sedimentação, de que fala Lodolini (BELLOTTO, 2004, p.88).

Alguns autores consideram ainda a existência de outros princípios. Contudo, o princípio de proveniência se destaca dos demais e representa a base fundamental da Arquivologia. Segundo Carol Couture e Jean-Yves Rosseau:

Há em arquivística três princípios que constituem o fundamento da disciplina. Trata-se do princípio da territorialidade, do princípio do respeito pelos fundos ou princípio da proveniência e da abordagem das três idades. Utilizados desde o final do século XIX e sobretudo no século XX, constituem a própria base da arquivística moderna (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p.52).

Com o desenvolvimento da Arquivologia houve o surgimento de teorias fundamentais, tal como a teoria das três idades, do ciclo vital e a do records continuum, que embora discorram a respeito de uma mesma temática se diferem, dado que se desenvolveram em regiões distintas e de acordo com a realidade vivenciada pelas mesmas. Como destacou Lopes (1998, p.62) “Na

realidade, a arquivística, enquanto disciplina, conheceu um desenvolvimento acidentado, mais ligado às tradições intelectuais e práticas de cada país do que ao estabelecimento de teorias e princípios universais [...]”.

Porém o princípio de proveniência, apesar de ter se desenvolvido de forma distinta em diferentes países, apresentando uma abordagem um pouco diferente de acordo com a corrente arquivística, permaneceu com seu cerne intacto.

Apesar de o histórico do princípio de proveniência ser um tanto quanto incerto e polêmico, conforme Ferreira (2012, p.19) este “[...] sedimenta-se com o propósito de reunir os documentos por fundo de arquivo [...] sem que haja confusões com outros documentos que advêm de diferentes estabelecimentos, indivíduos, corporações ou famílias.” Renato Tarciso Barbosa de Sousa sugere que seu propósito é verificar o criador do fundo, o que é mais complexo do que parece ser:

A adoção do princípio da proveniência nos encaminha para a necessidade de definição do sujeito criador do fundo de arquivo: quem é o criador do fundo de arquivo? Esse questionamento parece simples e, para alguns, descabido, que nasce, cresce, se modifica, se extingue ou se transforma, aquela pergunta se torna tempestiva (SOUSA, 2008, p.123).

A aplicação do princípio de proveniência de fato é mais complexa do que parece ser, de modo que Michel Duchein atenta para a importância de não se confundir os documentos pertencentes a uma entidade com os documentos que se refiram a ela:

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família (DUCHEIN, 1986, p.16).

Complementando tal pensamento, temos a divisão do princípio de proveniência em dois graus, que se difundiu em função das adaptações que o

princípio sofrera com sua difusão por diferentes países. Essa divisão resultou em um segundo princípio, o princípio da ordem original, que para alguns teóricos está atrelado ao princípio de proveniência como seu segundo grau:

[...] disponia que los documentos de cada fondo debían mantenerse en el orden que les hubiera dado la oficina de origen, en lugar de hacerlo por asuntos o materiales. Así nace el denominado principio de respeto al orden original de los documentos, que indica el necesario respeto al orden original de los documentos (CRUZ MUNDET, 2003, p.231).³

Entretanto, é o princípio de ordem original que vem a ressaltar a importância e estreitar as relações entre a proveniência e a classificação, uma vez que esclarece a estrutura dos fundos arquivísticos:

“El principio de procedencia o de respecto al origen va a determinar la clara delimitación del fondo, como agrupación común y más general de los documentos de archivo de cualquier institución o persona, fuera de cuyo modelo solo existirá la artificiosidad de las colecciones. Determinará a su vez la estructuración jerárquica de cada fondo, en la que luego nos detendremos. Nos obligará, en consecuencia, a mantener la unidad e independencia institucional de cada fondo y a buscar su integridad intelectual.” (HEREDIA HERRERA, 2003, p.6).⁴

Os princípios arquivísticos são a base tanto do saber quanto do fazer arquivístico, e as variações existentes em função das correntes de pensamento arquivísticas apenas servem para ressaltar o quanto tais princípios são fortes,

³ “[...] dispunha que os documentos de cada fundo deveriam ser mantidos na ordem em que lhes foi dada pelo produtor, em invés de ser feita por assunto ou matéria. Assim nasceu o chamado princípio do respeito pela ordem original de documentos, indicando a necessidade de respeitar a ordem original dos documentos.” (CRUZ MUNDET, 2003, p.231, tradução nossa).

⁴ “O princípio de proveniência ou de respeito à origem vai determinar a real delimitação do fundo, como agrupamento comum e mais geral de documentos de arquivo de qualquer instituição ou pessoa, fora desse modelo só existirá a artificialidade das coleções. Determinará a estrutura hierárquica de cada fundo, na qual nos debruçaremos em breve. Nos obrigará, em consequência, a mantermos a unidade e independência institucional de cada fundo e a buscar sua integridade intelectual.” (HEREDIA HERRERA, 2003, p.6, tradução nossa).

pois apesar das particularidades que assumem em função da localidade, estes se mantem presentes em todas as correntes arquivísticas.

2.3 O papel das funções arquivísticas

Como funções arquivísticas, temos as atividades essenciais à Arquivologia. São procedimentos que ao serem aplicados, possibilitam que os arquivos cumpram suas obrigações jurídicas e sociais. De acordo com Couture e Rosseau, as funções arquivísticas são:

[...] criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos. Repara-se que não se trata aqui de estabelecer distinções entre os arquivos correntes, os intermediários e os definitivos. Com efeito, as funções devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da idade destes (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 265) .

As funções arquivísticas juntamente com os princípios arquivísticos, representam a base da Arquivologia. Aliás, são essas funções que viabilizam a aplicação dos princípios que as fundamentam.

Enquanto procedimentos de tratamento da documentação arquivística, as funções são suscetíveis a mudanças decorrentes dos efeitos do tempo e espaço. Ou seja, estão sujeitas a variações de acordo com o sistema jurídico em questão, dado que os documentos são reflexo do ambiente no qual são produzidos. Além disso, as funções arquivísticas também apresentam especificidades de acordo com as diferentes correntes de pensamento - as quais também são influenciadas pelas necessidades do contexto no qual se inserem.

Nesse sentido, a necessidade atual de se analisar e compreender o contexto dos documentos a fundo, implicou em diversas mudanças na configuração de tais funções. Inclusive, tornando-as cada vez mais próximas e colaborativas:

Como organismo o como institución, las funciones que cumple o ha de cumplir el archivo tienen una marcada proyección hacia afuera, de relación con organismos, instituciones o personas situadas fuera del mismo. Son todas aquellas que precisa realizar el Archivo como entidad enclavada en un conjunto de instituciones u organismos superiores e inferiores con los cuales ha de convivir y, por consiguiente, relacionarse. (TAMAYO, 1996, p.32).⁵

A fim de entender como tem ocorrido a colaboração entre as funções na atualidade, trataremos um pouco mais sobre cada uma das funções apontadas por Rosseau e Couture (1998), iniciando pela função de criação – ou como mais comumente é chamada, produção documental.

A produção documental consiste na gênese documental, na consumação do registro (*conscriptio*) em razão da realização de funções e/ou atividades (*actio*) do cotidiano do ser humano. A respeito da constituição da *actio* e *conscriptio*, compreende-se que:

La creación o establecimiento de una determinada situación jurídica, la modificación y aun la extinción de otra ya existente, es lo que venimos denominando, y en la ciencia Diplomática se denomina, *actio*, se decir, la acción o actuación de la parte o partes interesadas en aquella creación, modificación o extinción. La constancia por escrito de esa actuación de las partes recibe el nombre de *conscriptio* (de *conscribo*, consignar por escrito). Esta *conscriptio*, repetimos, puede ser necesaria o voluntaria, según venga impuesta por la Ley o dependa unicamente del arbitrio y libre voluntad de las partes. Una y otra, *actio* y *conscriptio*, se generan con toda independencia entre sí, de aquí que no sea conveniente considerar a la *actio* como fase previa o inicial del proceso de la génesis documental, sino simplemente como su antecedente necesario, sin el cual no puede tener sentido ni razón de ser ningún documento. Por consiguiente, habrá que estudiar por separado, por un lado, la *actio* y su proceso creador, y, por outro, la *conscriptio* como proceso y génesis del documento en

⁵ “Como organismo ou instituição, as funções que o arquivista cumpre ou deve cumprir tem uma projeção acentuada para fora, de relações com órgãos, instituições ou pessoas fora do mesmo. São todas aquelas que executam o arquivo como uma entidade localizada em um conjunto de instituições ou organizações superiores e inferiores com as quais deve conviver, e por consequência, relacionar-se.” (TAMAYO, 1996, p.32, tradução nossa).

el cual se hace constar una *actio* outorgada. (TAMAYO, 1996, p. 63, grifos do autor).⁶

Apesar de todos os documentos de arquivo serem resultado de um processo de gênese documental, no entanto, nem todos serão adquiridos por meio de produção da entidade a qual correspondem. A acumulação costuma ser outra forma de entrada de documentos em fundo arquivístico, especialmente em arquivos pessoais, embora também faça parte da realidade dos arquivos públicos e institucionais em geral.

Além dos trâmites documentais que determinam a produção/recebimento dos documentos, originando a questão de que nem todos os documentos de mesma proveniência terão sempre a mesma procedência, existe ainda a acumulação de documentos por meio de ressignificação de proveniência, o que intriga ainda mais os arquivistas.

A ressignificação da proveniência de determinados documentos ocorre quando estes são integrados em um fundo diferente de seu fundo de origem, e acabam relacionando-se organicamente com os documentos do novo fundo. Diante das novas conexões estabelecidas, devolvê-los resultaria em um problema ainda maior, de modo que passam a assumir definitivamente a nova proveniência. Casos de ressignificação de proveniência costumam ocorrer em função de desvio de documentos, desmembramentos indevidos, etc. Conforme será melhor abordado ao final desta dissertação, no capítulo 5.

⁶ “A criação ou estabelecimento de uma determinada situação jurídica, a modificação e mesmo a extinção de outra já existente, é o que estamos denominando, e na ciência Diplomatica é chamado, *actio*, ou seja, a ação ou atuação da parte ou partes interessadas naquela criação, modificação ou extinção. O registro escrito dessa atuação entre as partes é chamado *conscriptio* (de *conscribo*, consignar por escrito). Esta *conscriptio*, mais uma vez, pode ser necessária ou voluntária, esta é imposta por lei ou depende unicamente do arbítrio e livre vontade entre as partes. Uma e outra, *actio* e *conscriptio*, são geradas de forma completamente independente entre si, aqui não é conveniente considerar a *actio* como um processo preliminar ou inicial de gênese documental, mas simplesmente como seu antecedente necessário, sem a qual nenhum documento tem sentido ou razão. Portanto, devem ser estudadas separadamente, um lado, a *actio* e seu processo criador, e, outro, a *conscriptio* como processo e gênese do documento no qual consta uma *actio* outorgada.” (TAMAYO, 1996, p. 63, tradução nossa).

Há ainda outra forma de entrada de documentos em arquivo que não corresponde a tradicional, que varia da produção/acumulação de documentos. Trata-se de outra função arquivística, a de aquisição de acervo, conforme mencionou Rousseau e Couture (1998), muito comum ao caso de arquivos em fase permanente e a centros de documentação, que costumam agrupar diversos fundos documentais em conformidade com sua política institucional. A aquisição de documentos deve perpassar pela função de avaliação, uma vez que para serem adquiridos os documentos devem ter sua viabilidade comprovada pela instituição que os absorverá.

A avaliação, por sua vez consiste na etapa do trabalho arquivístico que seleciona os documentos, direcionando-os para guarda permanente ou para eliminação. Tem por finalidade racionalizar o trabalho e garantir o espaço físico nos arquivos, sem que haja prejuízos em termos de conteúdo. Conforme Ieda Pimenta Bernardes:

A função da avaliação de documentos é uma atividade de trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental (BERNARDES, 1998, p. 14).

Trata-se de uma das atividades principais da gestão documental, que tem como característica marcar o ciclo vital e prazos de guarda dos documentos por meio da tabela de temporalidade – produto de sua execução. Sobre a base que fundamenta a avaliação:

Ressalte-se que o processo de avaliação nunca é feito analisando-se particularmente certos documentos, porque a peça documental, por si só, pouco representa se extraída do contexto no qual foi produzida, ou baseando-se nas unidades administrativas do órgão separadamente (BERNARDES, 1998, p. 18).

Enfim, a avaliação tanto é um processo que se baseia na organicidade do conjunto documental, que se torna inviável sem a classificação documental como norte, pois esta é a responsável por trazer à tona tal organicidade juntamente da proveniência documental. Uma vez que “o objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do

organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos.” (GONÇALVES, 1998, p.12).

A classificação é uma atividade primordial da organização arquivística, e se baseia em seu princípio fundamental, o princípio de proveniência e organicidade. Sua estrutura é o reflexo das relações entre documentos de proveniência comum, ou seja, pertencentes ao mesmo fundo. Dessa forma, a classificação além de dialogar com as demais funções, norteia as funções de avaliação e descrição, que são posteriores a ela. Segundo Lopes, a descrição se inicia ainda na classificação:

A classificação e a avaliação têm o claro objetivo de manter o controle sobre os acervos. Impedir que eles cresçam demais, ordená-los de modo a que se possa acessar as informações. Acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é o de representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística (LOPES, 2009, p. 312).

A descrição arquivística é uma das atividades básicas de organização de um arquivo. Esta visa extrair, sintetizar e esquematizar as informações contidas nos documentos, de forma a torná-los acessíveis – tanto para a pesquisa interna quanto externa. Apesar da maior parte dos teóricos entenderem a descrição como uma tarefa restrita aos documentos de guarda permanente, e sua aplicação prática também se restringir a esse âmbito, tem se defendido que esta, se realizada ainda no momento da produção dos documentos pode contribuir para a melhoria da gestão documental, uma vez que proporcionará uma melhor recuperação dos documentos e acesso aos mesmos. Em relação a tal afirmação, Vanderlei Batista dos Santos argumenta:

Comumente entendida como uma função relacionada à fase permanente, o que consideramos equivocado, a descrição é uma ação que perpassa todo o ciclo de vida do documento, devendo ter seus elementos adequados a cada uma das suas fases, à unidade documental a qual se refere (peça, dossiê, série etc., ou ainda, textual, imagético ou audiovisual) e às necessidades do usuário (produtor ou usuário externo) [...] (SANTOS, 2008, p. 180-181).

Entretanto, para que a realização da descrição ainda na fase corrente seja possível, é necessário que haja uma grande sintonia entre as funções, especialmente produção documental, classificação e avaliação. Isso se deve ao fato de ser tal relação que irá constituir a base para a forma como a descrição irá contribuir com as funções de difusão e conservação, posteriores a ela.

No que se refere às características da descrição, Santos (2008) ressalta ainda que além de dever estar presente em todas as fases do documento, visando facilitar o acesso aos mesmos, esta deve possuir meios que permitam que seja realizada de forma a abranger todos os suportes, tipos e gêneros documentais. O que significa que para realizar uma boa descrição, o arquivista deve fugir do clichê de que documento de arquivo é apenas aquele escrito e em suporte de papel, e buscar munir-se de ferramentas que contemplem a diversidade documental.

A respeito da difusão, Francisco José Aragão Pedroza Cunha (et al, 2015, p. 9) entende que o acesso aos documentos se deve à relevância das funções de avaliação, descrição e classificação a partir da realização da Identificação Documental.

Atentando para a importância de tornar o trabalho arquivístico mais eficiente e eficaz, economizando tempo e esforços, deve-se destacar o quanto a Identificação Documental tem a contribuir para o desenvolvimento e união entre as funções arquivísticas. Uma vez que a realização da descrição e classificação mutuamente tende a contribuir para o desempenho de ambas, a aplicação da Identificação Documental na organização arquivística potencializa ainda mais este benefício, posto que a Identificação tende a antecipar a síntese do contexto e conteúdo necessários para a realização das demais tarefas. Conforme Marcia Pazin:

A identificação documental, etapa prévia à classificação e à avaliação é o momento em que o profissional de arquivo toma contato pela primeira vez com corpus documental com o qual irá trabalhar durante o processo de organização arquivística. Essa etapa consiste em compreender a função dos documentos no momento de sua criação, a partir da análise do

contexto de produção documental e das funções exercidas pela entidade produtora (PAZIN, 2012, p.15).

Com a contribuição da Identificação Documental, as funções arquivísticas tradicionais tornam-se capazes de obter o máximo de suas finalidades, e torna-se possível contextualizar a essência de cada documento individualmente e diante do todo no qual este se encontra inserido.

Independentemente da corrente de pensamento seguida, a abordagem complexa, a qual é tratada por Morin (2007), aplicada a organização de arquivos sempre possibilitará o melhor dessas atividades. As funções arquivísticas, quando colocadas em diálogo, vislumbram características inerentes à complexidade: convergência, emergência, contexto, etc. E são exatamente esses elementos que tornam a informação ainda mais rica na atualidade, pois estabelecem um claro intercâmbio entre documentos de fundos, séries, e até mesmo entre instituições distintas. O que se torna possível por meio do uso de mecanismos que são fruto da globalização – normas de descrição e sistemas informáticos específicos – uma vez que estes possuem meios que facilitam a exploração do contexto e conteúdo dos documentos.

Enfim, as funções arquivísticas devem estar em consonância umas com as outras, e para isso devem ser elaboradas de acordo para que atinjam seus objetivos, valendo-se de diversos coadjuvantes.

2.4 O uso de normas e tecnologia na execução de funções arquivísticas

As funções arquivísticas em geral, são por si, tarefas complexas, uma vez que possuem pontos de intersecção e de seu resultado final emergem resultados paralelos, variáveis do contexto e conteúdo dos arquivos em questão. As mudanças decorrentes da atualidade potencializam os resultados das funções arquivísticas ao explorar a complexidade das mesmas por meio do uso da tecnologia. Louise Gagnon-Arguin (1998, p. 48) acredita que a disciplina arquivística desenvolveu-se em função das necessidades de cada época, mas apesar das mudanças ocorridas nos métodos de trabalho ainda encontra-se as mesmas preocupações funcionais.

Embora as funções arquivísticas tenham sofrido modificações em seus métodos de construção, o conceito que as define e revela seu propósito funcional é algo que transcende o tempo/espaço.

Porém, com as mudanças trazidas com a globalização, as funções arquivísticas passam cada vez mais a ter a necessidade de aderir a ferramentas que acompanhem o desenvolvimento tecnológico e social. Pode-se citar o uso das mídias digitais, internet, e ferramentas em geral – como normas e padrões pré-estabelecidos- que viabilizem a execução das mesmas.

O arquivo reflete influências do contexto social que está inserido. Atualizar-se de acordo com as necessidades e ritmo da sociedade faz com que a mesma cumpra com seus objetivos. Pois conforme Marion Beyea, a evidência dos documentos de arquivo deve ser preservada por meio dos processos seguidos no tratamento arquivístico:

Arquivos são instituições singulares. Eles preservam documentos que possuem evidência. É dessa evidência que deriva grande parte de seu valor – para propósitos de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência – não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contenham informação -, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, suportes dessa evidência, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis (BEYEA, 2007, p. 32).

É com vistas a assegurar a preservação dessa evidência, inerente aos documentos de arquivo que as normas voltadas para o tratamento arquivístico se fundamentam. Para garantir que o papel dos documentos seja alcançado, é preciso que haja padronização desde o seu surgimento até seu destino final, ou seja, que englobe todas as funções arquivísticas. Compreendendo tal necessidade, o Conselho Nacional de Arquivos-Conarq se ocupou de criar Câmaras Técnicas encarregadas dos estudos relativos à padronização de procedimentos técnicos:

Instalado em 1994, o Conarq, por intermédio de seu plenário, deliberou sobre a constituição, dentre outros órgãos, de Câmaras Técnicas, de caráter permanente, com a função de

elaborar estudos, normas, procedimentos técnicos e administrativos necessários à implementação e consolidação da política nacional de arquivos (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

No entanto, as normas de arquivo não se limitam as câmaras técnicas do Conarq. O universo das normas arquivísticas é amplo, e abrange normas nacionais e internacionais, as quais abordam os mais diversos temas do meio arquivístico.

Apesar do grande número de normas que envolvem as atividades de arquivo, existe ainda uma dificuldade no estabelecimento do aspirado padrão, talvez consequência do grande número delas. Mas segundo Michael Fox:

Normalização é sobre consistência, não uniformidade. É sempre um desafio responder às necessidades de nossos clientes, mas nosso trabalho deve servi-los como eles desejam ser servidos (FOX, 2007, p. 30).

Embora haja críticas a esse respeito, tanto o surgimento cada vez maior de normas, quanto o uso da tecnologia para a execução das mesmas, são responsáveis pela fundamentação das funções arquivísticas sob um novo viés, pois esses mecanismos tornam possível uma padronização do trabalho, o que traz a possibilidade de troca de informações entre os arquivos. Como disse Michael Fox (2007, p.29), as normas tornam o trabalho mais eficiente.

Otro factor destacable ha sido el desarrollo de las tecnologías en los archivos. Lejos de anular prácticas y principios caracterizadores de la archivística, la informática se ha dado respuesta a las exigencias de la disciplina. Sin embargo, pese a su adaptación, está obligando a utilizar patrones de trabajo similares. Formar parte de una red o trabajar con una aplicación informática utilizada por otros archivos, implica seguir unas reglas comunes de actuación (BONAL ZAZO, 2001, p. 22).⁷

⁷ “Outro fator importante tem sido o desenvolvimento das tecnologias nos arquivos. Longe de anular princípios e práticas que caracterizam a arquivística, a informática tem respondido às exigências da disciplina. No entanto, apesar da sua adaptação, está obrigando a utilizar padrões de trabalho similares. Formar parte de uma rede ou trabalhar com um aplicativo de software utilizado por outros arquivos, envolve seguir regras comuns de atuação.” (BONAL ZAZO, 2001, p. 22, tradução nossa).

Assim, mecanismos de sistemas voltados para a organização arquivística, como o ICA-AtoM⁸- comumente utilizado em arquivos permanentes -, possibilitam a troca de informações de sistemas descritivos entre instituições distintas ou até mesmo entre fundos distintos dentro de uma mesma instituição.

Essa nova geração de instrumentos de pesquisa eletrônicos disponibilizados em sistemas que armazenam informações de forma estruturada e dinâmica, quando bem elaborados possibilitam ao usuário do arquivo usufruir diversas funcionalidades que facilitam e incrementam sua pesquisa, especialmente no que se refere às possibilidades de recuperação da informação (FLORES; HEDLUND, 2014, p. 89).

Contudo, tanto o ICA-AtoM – enquanto software desenvolvido especialmente para a descrição arquivística – quanto o uso da tecnologia em geral para a descrição em arquivos, são meios pensados com objetivo de tornar possível a aplicação das normas de descrição, bem como do sistema multinível de descrição, de forma coerente, eficaz e eficiente. É importante destacar que a descrição é uma das funções com a maior variedade de normas a seu respeito – como ISAD-G, ISAAR-CPF, ISDF, ISDIAH, NOBRADE, etc.

Em arquivos permanentes a descrição multinível, consiste em sintetizar todos os dados contidos nos instrumentos de pesquisa em uma única descrição, o que traz diversos benefícios, como a possibilidade de integração de dados. Dessa forma, tem substituído cada vez mais, a elaboração de instrumentos de pesquisa. De acordo com André Porto Ancona Lopez:

O sistema multinível permite descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte, desde que sua classificação obedeça ao princípio da proveniência (LOPEZ, 2002, p.16).

⁸ Segundo (FLORES, HEDLUND, 2014, p. 92-93) — O software ICA-AtoM é resultante de um projeto de mesmo nome. O projeto ICA-AtoM (International Council Archives – Access to Memory) teve seu início através de um relatório em 2003, da Comissão de Tecnologia da Informação do ICA, que estabelecia requisitos funcionais para um " Open Source Archival Resource Information System" (OSARIS) [...] O software ICA-AtoM é totalmente voltado ao ambiente web, com suporte a vários idiomas e se destina a auxiliar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do ICA. Foi desenvolvido para ser utilizado em conjunto com outras ferramentas de código aberto: Apache, MySQL , Hypertext Preprocessor (PHP), Symfony e Qubit Toolkit ."

Como instrumentos de pesquisa, são compreendidos os diversos tipos de produtos elaborados na descrição documental com a finalidade de viabilizar a pesquisa, explicitando o conteúdo documental a partir dos diversos níveis hierárquicos de um arquivo. Tais níveis são: instituição, fundo, série, item documental. Dessa forma, cada um dos instrumentos de pesquisa – guia, inventário, catálogo e índice – corresponde a descrição de um nível diferente.

Embora a hierarquização da descrição em níveis esteja presente tanto nos instrumentos de pesquisa quanto na descrição multinível, a descrição multinível está mais voltada para o anseio de representar a informação contida nos documentos da maneira mais fiel o possível. Isto se deve ao fato de a descrição multinível ser fruto da normalização, bem como do avanço tecnológico. Conforme sugere Adrian Cunningham (2007, p.81) “cabe a nós, arquivistas, elaborar sistemas de descrição que reflitam as realidades dinâmicas e complexas do arquivamento.”

Por outro lado, os avanços alcançados na C&T para a área de arquivos só representarão avanços se todos os procedimentos relativos à gestão de documentos em suporte convencional, como por exemplo a classificação e a avaliação de documentos, forem também utilizados para a produção, preservação e acesso aos documentos digitais (OLIVEIRA, 2007, p.145).

De modo geral, o maior problema das confusões terminológicas que podem ocorrer nas normas de descrição é o comprometimento da recuperação da informação. Pois caso seja cometido um equívoco em uma atividade, este poderá resultar em um impacto negativo em atividade posterior, o que pode comprometer o resultado final do tratamento arquivístico. Contudo, o simples ato de representar está sujeito a imperfeições, pois a representação por mais clara, normalizada e benfeita, jamais será capaz de absorver todo contexto e conteúdo da realidade.

Enfim, sempre existirá algo entre o documento original e sua reprodução. Pois os produtos das funções arquivísticas – tal como tabela de temporalidade, plano de classificação, descrição - não permitem que o real estado dos documentos seja verificado em sua totalidade e exatidão – eles não substituem os documentos originais.

3 IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL: TRAJETÓRIA, TEORIA E QUESTIONAMENTOS

3.1 O espaço da Identificação Documental na Arquivologia

A Arquivologia teve grande desenvolvimento após o final da II Guerra Mundial, devido ao crescimento da produção documental, desencadeado entre outros fatores pelo desenvolvimento tecnológico e crescimento da população.

Esse período pós-guerra coincide também com o remodelamento das sociedades ocidentais a uma nova forma de vida e pensamento - o pós-modernismo. Porém, como coloca Jameson (2006, p.17), é preciso ressaltar que “o conceito de pós-modernismo não é amplamente aceito nem sequer compreendido hoje.” Ou seja, o significado de pós-modernidade ainda possui diversas contradições. Da mesma forma, a compreensão da Arquivologia como uma ciência pós-moderna também não é um consenso.

Contudo, sendo a Arquivologia uma ciência social aplicada, a qual tem a capacidade de se adaptar e acompanhar as necessidades impostas pelo tempo e espaço - principalmente as de cunho jurídico - uma vez considerado o fenômeno denominado como pós-modernidade, é possível dizer que este exerceu influência significativa perante a Arquivologia. Pois a pós-modernidade é marcada por mudanças sociais e culturais intensas, bem como o aumento cada vez maior na produção de documentos.

De modo que é necessário para a Arquivologia manter-se sempre atualizada e desenvolvendo meios que garantam a eficácia e eficiência de seu trabalho – aplicação dos princípios e funções arquivísticas - independentemente de contextos socioculturais, ou seja, adaptando-se ao contexto da produção documental em questão. É nesse ponto que a Identificação Documental surge como uma grande aliada na organização de arquivos. Segundo Rodrigues (2011a), a Identificação Documental surgiu como uma solução para tratar grandes volumes de documentos desorganizados -

resultado do aumento na emissão de documentos - visando facilitar a realização das demais tarefas.

De acordo com Concepción Mendo Carmona, o conceito de Identificação Documental e os estudos a seu respeito surgem após reuniões entre profissionais ibero-americanos:

Tal definición se fue gestando en reuniones profesionales para referirse a una realidad constante en los archivos de países con una larga tradición administrativa y archivística, cuyos procedimientos administrativos y práctica diaria no se habían preocupado por la transferencia sistemática de sus fondos documentales; acumulando fondos indiscriminadamente en depósitos de archivo. El término empezó a utilizarse en los países del área ibero-americana para referirse a la metodología propia para el tratamiento que debería darse a los mismos. [...] Aunque, en España la consolidación de la metodología de la identificación se produce en 1991 en el seno de las Jornadas mencionadas, en realidad no se trata de una creación que parta de la nada. Su origen está en experiencias y proyectos anteriores como el Seguimiento y Control de Archivos Administrativos (S.C.A.A.) creado y diseñado por M^a Luisa Conde Villaverde para su aplicación en el Archivo General de la Administración. No se puede olvidar tampoco la labor que, desde el año 1981, había realizado el Grupo de Trabajo de Archiveros de Madrid, cuya metodología fue sintetizada por Vicenta Cortés. Las Jornadas, por tanto, supusieron el respaldo definitivo y la plataforma de lanzamiento de un término y un método de análisis que permite controlar los fondos documentales tanto en fase de creación, como cuando se encuentran acumulados en archivos centrales, intermedios e incluso históricos, si se diera el caso (MENDO CARMONA, 2004, 41-42).⁹

⁹ “Esta definição foi se formando em reuniões profissionais para se referir a uma realidade constante nos arquivos de países com vasta tradição administrativa e de arquivamento, cujos procedimentos administrativos e prática diária não haviam se preocupado com a transferência sistemática dos seus acervos documentais; acumulando fundos indiscriminadamente em depósitos de arquivo. O termo foi usado pela primeira vez nos países ibero-americanos para se referir à metodologia própria para o tratamento a ser dado a casos similares. [...] Embora na Espanha a consolidação da metodologia de identificação tenha ocorrido em 1991 no âmbito da conferência mencionada, na realidade não é uma criação que começa do nada. Sua origem está na experiência e projetos anteriores, como o monitoramento e controle de processos administrativos (S.C.A.A.) criado e desenhado por Maria Luisa Conde Villaverde para aplicação no Arquivo Geral da Administração. Também não podemos esquecer o trabalho que desde 1981, havia sido realizado pelo Grupo de Trabalho de Arquivistas de Madrid, cuja metodologia foi sintetizada por Vicenta Cortés. Por conseguinte, a conferência assumiu a aprovação final e a plataforma de lançamento por um tempo e um método de análise que permite controlar os fundos documentais, tanto em progresso quanto aqueles que se encontram acumulados em arquivos centrais, intermediários e até mesmo históricos, se for o caso.” (MENDO CARMONA, 2004, 41-42, tradução nossa).

Dessa forma, o reconhecimento da Identificação Documental ocorreu em momento oportuno, posto que a emissão e acúmulo de documentos crescia cada vez mais. Ao realizar análise minuciosa da gênese documental por meio do estudo dos tipos documentais e funções administrativas, a Identificação Documental extrai o contexto e conteúdo dos documentos que serão a base tanto da descrição quanto da classificação, de modo que a partir da Identificação Documental ambas tarefas podem ser realizadas concomitantemente, poupando tempo. Terry Cook acredita que:

[...] convenções informais, práticas localizadas, expectativas sociais e normas culturais: estes formam o verdadeiro contexto dos arquivos. Estas são as muitas variáveis que os próprios arquivistas devem pesquisar a fim de entender o contexto real e mais profundo e, portanto, serem capazes de executar todas as funções arquivísticas embasados num entendimento muito melhor de contexto e, portanto, de significado de documentos. O conhecimento da pesquisa que os arquivistas adquirem sobre o contexto, será então transmitido para os pesquisadores, de modo que os documentos arquivísticos possam ser usados com mais sutileza e nuances (COOK, 2012, 145-146).

Contudo, tal análise minuciosa do contexto nem sempre é uma tarefa fácil de ser realizada. Há vários fatores entre a produção e acumulação dos documentos que podem dificultá-la. A Identificação Documental é fundamental para que se cumpra essa pretensão em se alcançar maior eficácia, pois investiga a gênese documental, o que facilita a recuperação do contexto e propicia o relacionamento entre as várias funções arquivísticas.

Enfim, a Identificação Documental se insere na Arquivologia como uma amplificadora dos princípios e funções arquivísticas devido a seu viés investigativo, o que possibilita que se consiga o máximo das mesmas.

3.2 Identificação Documental no cenário nacional e internacional

Diante da forma variável como a Identificação Documental é marcada na Arquivologia, há diversos problemas que cercam sua aplicação prática e seu

reconhecimento científico. Dentre eles, o fato de que enquanto área de estudo esta ainda se recente da escassez de pesquisas, de modo que o tema é abordado em poucos países. Nesta dissertação, estão sendo considerados os estudos realizados em dois países – Brasil e Espanha. Contudo, há ainda questões relativas às diferentes abordagens conceituais de cada corrente, o que não significa exatamente um embate ou discordância entre as mesmas, mas talvez um problema terminológico que dificulta o estabelecimento de um consenso e possível expansão dos estudos.

Esse problema terminológico nos estudos a respeito da Identificação Documental é marcado principalmente pela variedade de termos utilizados para se referir ao mesmo conceito. A literatura espanhola aborda a temática como Identificação. Já na literatura brasileira é possível encontrar os termos Identificação, Identificação Documental e Identificação Arquivística – sendo este último sugerido por Rodrigues (2011a).

Acredita-se que apesar dessa inconsistência terminológica que se apresenta, e das incompreensões que esta é capaz de gerar, ambos os termos se referem à mesma temática. Conforme Cruz Mundet, Identificação é:

Proceso del trabajo archivístico previo e indispensable para muchos otros como la clasificación, la descripción y la selección de fondos, así como para la gestión de procesos. Consiste en el análisis de la entidad como estructura organizativa (su historia, su organización y sus procesos), el análisis funcional, el análisis de la normativa en la que se sustenta y de los tipos documentales resultantes. Los factores fundamentales de la identificación son: el órgano productor, la competencia, la función y el tipo documental. (CRUZ MUNDET, 2011, p.206).¹⁰

Jardim (2015, p.20), supõe que as diferenças conceituais da Arquivologia, marcadas por correntes próprias, devem-se ao fato de que os desdobramentos específicos de cada país se dão em contextos histórico-culturais diversos, o que foi propício para que ao longo do tempo tenham

¹⁰ “Processo de trabalho arquivístico previo e indispensável para muitos outros como a classificação, a descrição e a seleção de fundos, assim como para a gestão de processos. Consiste na análise da entidade como estrutura organizacional (sua história, sua organização e seus processos), a análise funcional, a análise das normas que a regem e dos tipos documentais resultantes. Os fatores fundamentais da identificação são: órgão produtor, a competência, a função e o tipo documental.” (CRUZ MUNDET, 2011, p.206, tradução nossa).

surgido expressões como “arquivologia francesa”, “arquivologia canadense”, “arquivologia brasileira” etc. O autor considera ainda que tais atributos dirigidos à Arquivologia de distintos países sugerem a ideia de que uma disciplina científica pode, em termos epistemológicos, ser classificada em decorrência de características nacionais.

Aqui especificamente, discutiremos as relações e diferenças entre a abordagem espanhola e a brasileira, dado que representam os principais focos de estudo sobre Identificação Documental. Verificar pontos em comum em cada abordagem talvez seja um caminho para compreender o que de fato é Identificação Documental e quais são os seus procedimentos e métodos de aplicação.

A Espanha é precursora nos estudos sobre Identificação Documental e trouxe grandes contribuições para a temática. Segundo Pedro López Gómez:

Por medio del análisis documental, y en el proceso de identificación de las distintas series documentales, pasamos desde los orígenes legislativos, normas, procedimiento y trámite que ha originado cada serie en concreto, al conocimiento del órgano emisor/receptor y sus funciones y competencias, las actividades desarrolladas en el ejercicio de las mismas, y la plasmación documental que se manifestaron, en el tiempo y a lo largo del tiempo (LOPEZ GÓMEZ, 1998, p. 39)¹¹

De modo que a partir de uma acurada análise documental, aliada a identificação de séries documentais, é possível reunir informações relativas à posição hierárquica do documento em relação aos seus níveis superiores orgânicos, conforme proveniência. Da mesma forma, é capaz de contribuir para o entendimento da configuração física e intelectual assumida pelo documento no ato de seu registro. Enfim, a Identificação Documental, revela-se um importante instrumento para o estudo da produção documental, com vistas à contextualização da informação.

¹¹ “A través da análise documental, no processo de identificar as diferentes séries documentais, passamos desde a legislação, normas, procedimentos e trâmites que originou cada série em particular, para o conhecimento do órgão emissor / receptor e as suas funções e competências, às atividades desenvolvidas no seu exercício, e a produção documental que se manifesta em tempo e ao longo do tempo.” (LOPEZ GÓMEZ, 1998, p. 39, tradução nossa).

Ainda sobre a proveniência, Antonia Heredia Herrera ressalta que não apenas o estudo da instituição é importante para essa construção, mas também a identificação das séries documentais, completando a ideia anterior:

Las soluciones a posteriori, siempre a destiempo, suponen una reconstrucción – nunca invención – que exige conocimiento de la institución, de sus competencias materializadas en funciones y actividades, de su estructura, de la identificación de las series que son testimonio y prueba de dichas funciones y actividades (HEREDIA HERERA, 2003, p.7).¹²

Quanto à aplicação da Identificação Documental e aos aspectos que a permeiam, é interessante ressaltar que na Espanha esta possui enfoque no fundo, enquanto no Brasil a mesma costuma partir da Tipologia Documental. Quanto ao estudo do contexto e dos documentos, Maria Luísa Conde Villaverde afirma que:

En efecto, a partir de ese momento la investigación en los archivos se centrará en los diferentes aspectos de la reconstrucción del contexto de producción de los documentos (identificación del sujeto productor, de su dimensión orgánica y funcional, etc.), así como de su caracterización como testimonio único de los hechos documentados (necesidad de su conservación permanente o posibilidad de selección y eliminación transcurrido el plazo de vigencia de sus valores administrativos; períodos de permanencia en cada una de las etapas de su ciclo vital; confidencialidad de su contenido informativo, etc.) (CONDE VILLAVARDE, 2006, p. 35).¹³

Entende-se então que a reconstrução do contexto de produção, pela Identificação Documental, a relaciona com os demais procedimentos arquivísticos. Contudo, deve-se ter cautela ao relacioná-los, visto que nesse ponto há uma linha tênue para diferenças conceituais, devido a alguns teóricos

¹² “As soluções a posteriori, sempre em atraso, representam uma reconstrução - nunca invenção - o que exige conhecimento da instituição, de suas competências materializadas em funções e atividades, de sua estrutura, da identificação das séries que são testemunho e prova das ditas funções e atividades.” (HEREDIA HERERA, 2003, p.7, tradução nossa).

¹³ “De fato, a partir daquele momento a investigação nos arquivos incidirá sobre diferentes aspectos da reconstrução do contexto de produção de documentos (identificação do sujeito produtor, de sua dimensão orgânica e funcional, etc.), bem como de sua caracterização como um testemunho único dos fatos documentados (necessidade de sua preservação permanente ou possibilidade de seleção e eliminação após transcorrido o prazo de vigência de seus valores administrativos; períodos de permanência em cada uma das etapas de seu ciclo vital; confidencialidade do seu conteúdo informativo, etc.)” (CONDE VILLAVARDE, 2006, p. 35, tradução nossa).

considerarem a Identificação Documental como função arquivística e outros não.

No Brasil, a discussão se afasta um pouco da abordagem espanhola, e compreende que a Identificação Documental vai além de possuir relação com as funções arquivísticas, também se trata de uma função. Tal apontamento é colocado por Ana Célia Rodrigues:

No contexto da identificação, os estudos teóricos desenvolvidos indicam que se trata de uma função arquivística, ainda sem sistematização. Os procedimentos formulados para reconhecer os documentos de arquivos e seus vínculos de proveniência e organicidade, é uma pesquisa preliminar desenvolvida que gera informações registradas em instrumentos próprios e são a base das análises para a avaliação, classificação, descrição e produção de documentos de arquivos (RODRIGUES, 2008, p. 13).

Contudo, não há um consenso no país a respeito dessa definição e ainda assim, trata-se de um pensamento que se restringe muito ao âmbito nacional.

Ana Célia Rodrigues traz ainda questionamentos tanto a respeito da Identificação Documental como função arquivística quanto da necessidade de busca pela sistematização da mesma, visto que a entende como função:

Permanecem, entretanto, algumas questões inéditas no âmbito destas discussões teóricas, que merecem aprofundamento em suas análises: é possível reconhecer a identificação como função independente no contexto das metodologias arquivísticas e neste sentido utilizar os padrões estabelecidos no ensino da arquivologia? Podemos falar de uma metodologia de identificação, especificamente brasileira, que mereça uma sistematização dos métodos e instrumentos elaborados, a exemplo do que vem fazendo a Espanha? (RODRIGUES, 2011b, p.123).

A sistematização citada é um ponto muito importante, pois a Identificação Documental ainda não a possui em suas etapas para facilitar sua prática. Aliás, antes de se pensar em sistematizar a prática da Identificação Documental é preciso sanar as inconsistências existentes entre a pesquisa e a prática, o que ocorre não apenas com a Identificação Documental, mas com diversas temáticas da Arquivologia. De acordo com Michel Duchein:

A terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional. Se a terminologia arquivística é pouco precisa, é

bem a prova de que arquivologia, ela mesma, está longe de ser uma ciência exata; não é ruim que esta obra nos ajude a essa tomada de consciência (DUCHEIN, 2007, p.14).

Enfim, a Arquivologia possui diversos fundamentos e conceitos comuns entre as diferentes correntes, outros ainda difusos e defendidos por correntes específicas, o que demonstra que esta se trata de uma ciência ainda em construção.

Dessa forma, é essencial dar sequência aos estudos do passado, pesquisar novas temáticas e acompanhar as necessidades dos tempos atuais, pois só assim a área pode se repaginar para continuar cumprindo sua missão.

Antonia Heredia Herrera resume muito bem o problema de delimitar conceitos na Arquivologia, o qual se trata de um campo muito amplo, com abordagens de vertentes distintas e suscetível a fatores sociais e culturais. A autora afirma que são muitas questões que envolvem o documento de arquivo:

Son muchas las preguntas que si agolpan. ¿Existe una documentación específica de archivo? ¿Puede hablarse con propiedad de <documento de archivo> o hemos de considerarlos simplemente como soportes que contienen información? ¿Existe una metodología archivística? Y frente a todo lo cuestionado, una información defendida e aceptada por todos: el soporte en un documento no es lo esencial (HEREDIA HERRERA, 1988, p.350-351).¹⁴

A citação de Heredia traz reflexão e diálogo, permitindo-se pensar que as dificuldades colocadas são amplas, posto que a Identificação Documental é um tema que assume determinadas particularidades de acordo com a corrente específica a abordá-la.

Contudo, acredita-se que a Identificação Documental enquanto método de análise de documentos traz amparo teórico e prático para repensar as questões aqui postas. Compartilha-se da posição de Camargo e Goulart, ao afirmarem que:

¹⁴ “Há muitas perguntas que se manifestam. Existe documentação específica de arquivo? Podemos falar com propriedade de <documento de arquivo> ou devemos considerá-los simplesmente como suportes que contem informação? Existe uma metodologia arquivística? E contra todo o questionado, uma informação defendida e aceita por todos: o suporte em um documento não é o essencial.” (HEREDIA HERRERA, 1988, p.350-351, tradução nossa).

[...] o arquivo é sempre maior do que o somatório das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo. Convém ainda lembrar que, sendo a estabilidade de sentido um dos traços característicos do elo que os documentos de arquivo mantêm com atividades e funções de organismos e pessoas-elo este responsável, aliás, por seu atributo mais importante, a autenticidade-, nenhum esforço de interpretação, por mais que se afaste das evidências empíricas ou procure transcendê-las, pode prescindir dessa relação monossêmica originária (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 48).

Nessa perspectiva, a Identificação Documental, independentemente do viés que assume de acordo com a corrente que a aborda, se destaca por possibilitar uma organização documental que vai além dos aspectos físicos do documento, permitindo uma visão mais ampla, aprofundada no estudo da proveniência e organicidade. Contudo, vale ressaltar que o estudo das semelhanças e diferenças existentes a seu respeito na literatura são de suma importância para seu reconhecimento entre os profissionais arquivistas, além de possibilitar um consenso acerca da mesma, trazendo com isso melhores aplicações práticas.

3.3 Identificação Documental e as questões que envolvem a produção documental

A produção documental é um processo complexo que varia de acordo com o sistema jurídico necessário para documentar e realizar atividades cotidianas. Desse modo, está envolta por um rol de exigências e procedimentos que garantem tanto sua formalidade, como fidedignidade. É importante ressaltar que a produção documental equivale ao momento da gênese dos documentos, o que torna seu estudo essencial para o trabalho arquivístico. De acordo com Heloísa Bellotto:

Convém hoje que os arquivistas se aproximem dos estudos da gênese documental. Os estudos da diplomática e tipologia levam a entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e o como ele é estruturado no momento de sua produção (BELLOTTO, 2004, p.45).

Os estudos relacionados à produção documental se estreitam aos de Identificação Documental, pois esta última se fundamenta nas bases do processo de produção documental, uma vez que investiga a gênese dos tipos documentais. A partir desses estudos a respeito da cadeia de produção documental, a Identificação Documental também pode influenciar o sistema de registro de informação, com vista à racionalização da máquina administrativa e burocrática.

De acordo com o Arquivo Nacional o excesso de burocracia tem influenciado negativamente o funcionamento dos arquivos:

[...] A complexidade de funções atribuídas aos organismos da administração pública, na atualidade, trouxe consigo sérias dificuldades no controle dos documentos, em razão do excesso de burocracia, da proliferação de cópias e da consequente inoperância dos arquivos no fornecimento sistemático de informações aos seus usuários (BRASIL, 1986 p.7).

Contudo, os procedimentos burocráticos são essenciais para a garantia de um atributo específico dos documentos, que vai além de registrar funções e atividades jurídicas e administrativas, e diversas outras ações que os originam. Trata-se da necessidade de garantir a autenticidade e genuinidade da *actio* e *conscriptio*, no momento de sua produção:

Então, é preciso partir para o grande segundo sinal: a função. A gênese do documento de arquivo é determinada pela função a que ele se destina; e implica na relação entre a natureza da sua finalidade e um teor capaz de conferir-lhe, adequadamente, alguma autenticidade e alguma confiabilidade.

Na verdade, a função para a qual está se criando o documento é que vai ditar qual espécie documental deve ser a escolhida. E é esta mesma espécie que vai impor o “modelo” da redação (BELLOTTO, 2015, p.281).

São os elementos que constituem a espécie e o tipo documental que irão resguardar a verdade documental, tanto em termos de contexto quanto de conteúdo. De acordo com Randolph Starn:

The document testifies there to the truths (at least) of the procedures of its making and conservation, which can be

decoded, comprehended, and, for that matter, contested. (STARN, 2002, p.392-393)¹⁵.

Questões relativas à fidedignidade documental também são essenciais para a gestão documental, em virtude de criarem mecanismos de preservação do verdadeiro teor documental, essencial para que o documento possa cumprir o seu legado, assim como para o desenvolvimento das funções arquivísticas em geral. Como destaca Ana Célia Rodrigues:

Os estudos de identificação de tipologias documentais vêm nutrindo o debate científico internacional sobre a formulação de requisitos para a gestão documental, sobretudo em ambiente eletrônico. Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática aplicada ao estudo dos documentos eletrônicos, discutindo especificamente o momento de sua produção (RODRIGUES, 2011b, p. 110).

No meio digital os elementos de garantia da verdade documental são ainda mais importantes, pois se trata de um ambiente suscetível a fraudes e perdas, as quais são acompanhadas de perda de conteúdo documental. De modo que cabe aos produtores se valerem de meios que preservem autenticidade e genuinidade de seus registros, sob risco de perda da confiabilidade da cadeia burocrática que cerca a criação de documentos. Segundo Randolph Starn:

To such abstract certainties, my response has been to investigate how the authenticity of texts and artifacts has actually been established or invalidated, over time, by such fundamental authenticating institutions as the library, the museum, and the archives (STARN, 2002, p.387).¹⁶

Assim, o princípio de proveniência é fundamental, em todos os aspectos, no estudo da produção documental, considerando que o conhecimento da proveniência e da relação de um documento com os demais

¹⁵ “O documento testemunha as verdades (pelo menos) dos procedimentos de sua fabricação e conservação, que podem ser decodificadas, compreendidas, e, até mesmo, contestadas.” (STARN, 2002, p.392-393, tradução nossa).

¹⁶ “A tais certezas abstratas, minha resposta foi investigar como a autenticidade de textos e artefatos foi realmente estabelecida ou invalidada ao longo do tempo por instituições fundamentais como a biblioteca, o museu e os arquivos.” (STARN, 2002, p.387, tradução nossa).

de seu fundo pode denunciar certos tipos de fraudes documentais. Aliás, a Identificação também pode contribuir muito nesse sentido, uma vez que se trata de uma análise minuciosa em direção à gênese documental. É preciso compreender a proveniência a fundo para realizar qualquer etapa do tratamento arquivístico, o que inclui a Identificação Documental.

Considerando que o princípio de proveniência e a Identificação Documental trocam influências positivas, conforme Mendo Carmona afirma que:

La identificación es la mejor herramienta para aplicar el principio básico de la archivística: el de respeto a la procedencia y a la estructura interna del fondo. Consiste en la investigación de las características de los dos elementos implicados en la génesis del fondo: el sujeto productor y el objeto producido. Se entiende por sujeto productor la *persona física, familia u organismo* que ha producido y/o acumulado el fondo. Se entiende por objeto producido la totalidad del *fondo* y *cada una de las agrupaciones documentales* que lo conforman.

En el método analítico se sustenta todo el tratamiento archivístico que los documentos, que componen el fondo, deben recibir a lo largo de todo su ciclo vital. Se aplica en dos fases sucesivas de trabajo.

La primera fase del análisis se centra en la identificación del organismo productor del fondo documental. [...] El segundo paso o fase de la identificación se centra en el análisis de cada una de las series documentales generadas. (MENDO CARMONA, 2004, p.42-43, grifos do autor).¹⁷

Ainda que o processo de produção documental seja fundamental para entender a origem de documentos, em grande parte das vezes, o fator de acumulação é determinante para a definição da proveniência de documentos e

¹⁷ “A identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da arquivística: o respeito à proveniência e à estrutura interna do fundo. Consiste na investigação das características dos elementos envolvidos na gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido. Entende-se por sujeito produtor o indivíduo, família ou organização que produziu e/ou acumulou o fundo. Entende-se por objeto produzido a totalidade do fundo e cada uma das agrupações documentais que dele fazem parte.

No método analítico se sustenta todo o tratamento arquivístico que os documentos que compoem o fundo devem receber ao longo de todo seu ciclo vital. Aplica-se em fases sucessivas de trabalho.

A primeira fase da *análise* centra-se na *identificação* do organismo produtor do fundo documental. [...] O segundo passo ou fase de identificação, centra-se na análise de cada uma das séries documentais geradas.” (MENDO CARMONA, 2004, p.42-43, tradução nossa).

permitir sua organização, a partir de fundos – muitas vezes fazendo uso da Identificação Documental para determinar a origem e procedência da documentação.

Embora Terry Cook não trabalhe com as temáticas de Identificação Documental ou Tipologia Documental, este compreende que o conceito de fundo é algo complexo, uma construção obtida a partir da reconstituição da proveniência:

The fonds, therefore, should be viewed primarily as "an intellectual construct." "The fonds is not so much a physical entity in archives as it is the conceptual summary of descriptions of physical entities at the series level or lower, **and** descriptions of the administrative, historical and functional character of the records creator(s) - **as well as** descriptions of the records-creating processes (metadata). The fonds is thus the conceptual "whole" that reflects an organic process in which a records creator produces or accumulates series of records which themselves exhibit a natural unity based on shared function, activity, form or use. It is at the heart of this process or **relationship** linking the creator to the records that the essence of provenance or *respect des fonds* can be found and must be protected. **It is at this functional heart, moreover, that archival descriptive systems should be aimed, structured and standardized.** (COOK, 1993, p.33, grifos do autor).¹⁸

Em suma, é ousado, porém não equivocado, dizer que o princípio de proveniência é o que relaciona a Identificação Documental não apenas com a produção documental, mas com todas as funções arquivísticas.

¹⁸ "Os fundos, entretanto, devem ser vistos primeiramente como "uma construção intelectual". "Os fundos não são mais uma entidade física nos arquivos como é o resumo conceitual de descrições de entidades físicas no nível de série ou inferior, e descrições de caráter administrativo, histórico e funcional sobre o criador dos documentos – **bem como** descrições dos processos de produção de documentos (metadados). Os fundos são portanto, o "todo" conceitual que reflete um processo orgânico em que um produtor de documentos produz e acumula séries de documentos que exibem elas mesmas, uma unidade base que compartilha função, atividade, forma e uso. Isso é o cerne desse processo ou **relacionamento** que liga o produtor aos documentos, que é a essência da proveniência ou *respeito aos fundos* que pode ser encontrada e deve ser protegida. **É neste coração funcional, além disso, que os sistemas descritivos arquivísticos devem ser direcionados, estruturados e padronizados.**" (COOK, 1993, p.33, tradução nossa).

4 O LEGADO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO À IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL

4.1 Diplomática e Documento: da Idade Média a Contemporaneidade

Compreendendo a importância da Diplomática para a Arquivologia, este capítulo irá discorrer sobre as relações entre Diplomática e Identificação Documental. Será traçado um breve resumo do desenvolvimento da Diplomática e do documento – visto que o desenvolvimento e expansão de um conceito fora fundamental para o do outro, de forma mútua. Além disso, busca-se compreender o papel da Diplomática e do documento na produção documental atualmente.

É necessário considerar as diversas abordagens que a Diplomática assumiu ao longo do tempo. Dessa forma, trataremos sobre Diplomática Científica, Diplomática Histórica, Diplomática Forense e Diplomática Contemporânea. Pois de certa forma, todas suas abordagens exercem uma parcela de contribuição para a Arquivologia.

Contudo, no âmbito da Identificação Documental, a Diplomática Científica e a Diplomática Contemporânea se destacam por exercer influência mais significativa. A Diplomática Científica contribui a Identificação Documental através de seu método fixo, voltado para análise dos caracteres extrínsecos e intrínsecos dos documentos. Já no caso da Diplomática Contemporânea essa influência se deve ao fato de essa ser a área de especialização da Diplomática que melhor retrata aspectos formais da produção documental e dos tipos documentais – que são objetos de investigação da Identificação Documental.

Diante do contexto atual, a evidenciação de aspectos importantes da produção documental e constituição de tipos documentais se torna objeto de estudo privilegiado para a Identificação Documental, pois há diversos fatores influenciadores da produção de documentos, sendo um dos principais deles o crescimento acelerado de novas tecnologias, bem como o aumento da variedade dos tipos documentais.

Dessa forma, a contribuição tanto da Diplomática Científica quanto da Diplomática Contemporânea para a Identificação Documental transcende a questão da verificação da autenticidade e genuinidade dos documentos, de modo que a Identificação Documental caminha em direção à reconstituição do contexto de produção, a partir da observação de elementos como a gênese documental, tradição documental, caracteres externos e internos, entre outros, a fim de compreender a função e importância dos documentos em seu conjunto documental.

À luz da vontade de averiguar quais os aspectos que influenciam a gênese e a contextualização dos documentos arquivísticos na atualidade, os elementos que envolvem a problemática serão apresentados e discutidos criticamente neste capítulo.

Sabe-se que a origem do ato de documentar é bastante remota e já se fazia presente nas civilizações pré-históricas por meio das pinturas rupestres, que serviam como forma de registrar atividades cotidianas, tal como caça, lutas e rituais em geral. A respeito das pinturas rupestres, Argüello Garcia, destaca que:

La datación por temas supone que es posible identificar objetos cuya lectura los asocia a una época determinada. [...] En algunos casos la distinción de determinados tipos de plantas permite suponer que el arte rupestre no puede ser más antiguo que la época cuando se introdujo la agricultura en cada zona; en otros se supone que el nivel de detalle como fueron representadas determinadas figuras brinda la posibilidad de diferenciar el arte de las poblaciones cazadoras de las pastoriles [...] (ARGUELLO GARCIA, p. 58, 2008).¹⁹

Com o surgimento da escrita e as mudanças na forma de vida do ser humano, ampliaram-se as formas de documentar, e os documentos tornaram-se muito atrelados à escrita. Assim, o registro escrito cresceu gradualmente ao longo dos anos, juntamente da preocupação com a legalidade dos

¹⁹ “A datação por temas supõe que é possível identificar objetos cuja leitura associa a uma determinada época. [...] Em alguns casos a distinção de determinados tipos de plantas permite supor que a arte rupestre não pode ser mais antiga que a época de introdução da agricultura local; em outros se supõe que o nível de detalhe que foram representadas determinadas figuras marca a possibilidade de diferenciar pela arte as populações caçadoras das pastoris.[...]” (ARGUELLO GARCIA, p. 58, 2008, tradução nossa).

documentos. Segundo Bellotto (2002b, p.15), ainda na Idade Moderna iniciaram-se os estudos em torno da Diplomática, mais precisamente no séc. XVII. Inicialmente, com o intuito de certificar a autenticidade dos documentos por meio de elementos capazes de analisar se os mesmos eram falsos ou não. Bruno Delmas relembra que:

[...] a Diplomática é uma disciplina criada por um monge beneditino, dom Jean Mabillon, monge da abadia de Saint-Germain-des-Prés, em Paris, por ocasião de uma controvérsia com o jesuíta Daniel van Papenbroeck, no final do século XVII. A polêmica se deu sobre a autenticidade de um diploma de doação merovíngio, guardado nos arquivos da abadia de Saint-Denis, perto de Paris. [...] Depois, em meados do século XVIII, o método foi estendido por dois eruditos beneditinos, dom Tassin e dom Toustain, aos atos oficiais e, sucessivamente, a todos os documentos das instituições da Idade Média, não mais como objetivo de prova jurídica, mas tanto de erudição histórica, quanto de uma Diplomática prática de classificação, de conservação e de inventário. Passamos assim da crítica de atos reais autênticos para o reconhecimento da presunção de autenticidade dos documentos administrativos (DELMAS, 2015, p.33-34).

Entretanto, o conceito de documento nesse período estava vinculado ao ato escrito – até mesmo pelo fato de a compreensão de documento até então se restringir aos registros jurídicos, dos quais se ocupava a Diplomática. Porém, essa compreensão cresceu com o decorrer dos estudos, tanto no que se refere à ampliação do conceito de documento, quanto à atuação da Diplomática. Conforme Bellotto:

Nascida assim, muito imbricada à Paleografia e ao Direito Eclesiástico, a Diplomática tem evoluído em direção ao Direito, à Heurística e à Arquivística, modificando para tanto seus instrumentos e apresentando maior ampliação de objeto e campo de ação do que em sua origem. (BELLOTTO, 2002b, p. 16).

Dessa forma, a Diplomática desenvolveu-se concomitantemente ao documento com fins probatórios, de maneira que o surgimento de novas abordagens da Diplomática - as quais foram posteriores a seu momento inicial, na Idade Moderna - ocorreram em função do documento. Contudo, nesse período o objeto de estudo da Diplomática é o documento de natureza jurídica, escrito e redigido segundo formas padronizadas. Conforme explica Alberto Tamayo:

Pero restringiendo ese sentido con el propósito de acercarlo lo más posible al concepto de documento como objeto de la Ciencia Diplomática, podemos eliminar la mayor parte de aquellas cosas para quedarnos tan sólo con las que nos puedan proporcionar noticia *escrita* de un acontecimiento, cualquiera que sea la importancia o el significado que pueda tener. Y aún, en una acepción más precisa, si lo que de ordinario llamamos documento se refiere a hechos y acontecimientos de la vida y del tráfico jurídico-económico, quizá pudiéramos ceñir nuestro concepto de documento a la materialización por escrito de un acto o de un negocio en virtud del cual se crea, se modifica o se extingue una determinada situación jurídica (TAMAYO, 1996, p. 55).²⁰

Entretanto, segundo Georges Tessier (1961) o objeto de análise da Diplomática transcende barreiras culturais e temporais, inclusive de suportes, formatos e gêneros, versando sua análise desde as tabuletas de argila babilônicas, papiros gregos, documentos japoneses do século XIII, aos documentos administrativos atuais.

No que se refere à variação do suporte dos documentos analisados pela diplomática, essa afirmativa é de fato interessante, pois de acordo com Miccoli, (1995, Apud Guimarães; Nascimento; Neto, 2005) os documentos jurídicos não fizeram uso do suporte de papel antes da segunda metade dos anos 1200, visto que antes dessa data o suporte documental costumava variar entre cera, papiro ou pergaminho.

Contudo, o alcance da análise diplomática no tempo e no espaço, podendo ser aplicável a documentos das mais diversas localidades e épocas, deve ser questionado. Pois ainda que todos os documentos jurídicos possuam uma estrutura que os caracteriza, esta pode ser diversa de acordo com a sociedade na qual se encontra, posto que os sistemas jurídicos se diferem de cultura para cultura. Conforme critica Olivier Guyotjeannin:

²⁰ “Se restringindo nesse sentido, a propósito de abranger o máximo possível o conceito de documento como um objeto da ciência Diplomática, podemos eliminar a maioria daquelas coisas para ficar apenas com as quais podemos fornecer um aviso *por escrito* de um acontecimento, qualquer que seja a importância ou significado que possam ter. E mesmo, em um sentido mais preciso, se o que chamamos de documento comum refere-se a fatos e acontecimentos da vida e do tráfico jurídico-econômico, talvez pudéssemos unir nosso conceito de documento à materialização escrita de um ato ou um negócio em virtude do qual se cria, se modifica ou se extingue uma determinada situação jurídica.” (TAMAYO, 1996, p. 55, tradução nossa).

[...] Therein rests, without a doubt, the secret of the brilliant break-throughs of *archivistique* and diplomatics, at newer junctures, in the studies of antiquity, in both the Near East and the “classical” understanding of antiquity; and also in the older but no less successful introduction, with arms and baggage, of medieval French diplomatics into a Japanese domain. These societies produce, in effect, a documentation which is voluminous enough to authorize compararisons and serializations, and rare enough so that each document possesses a potential for multiple dimensions of information.

Applied to other eras, diplomatics ought to reformulate its line of inquiry (GUYOTJEANNIN, 1996, p. 420)²¹.

Visando minimizar essas variantes nos sistemas jurídicos, as quais incluem diferenças nos tramites e fluxos documentais, decorrentes das especificidades da burocracia e do volume documental produzido, a Diplomática avançou ampliando seu campo, rumo a outras perspectivas – conforme será especificado melhor mais abaixo. Embora tais abordagens da Diplomática tenham sido insuficientes para sanar as dificuldades impostas pelas diferenças culturais, de certa forma, foram bastante significativas para refletir o documento de arquivo. A respeito do documento de arquivo, entende-se que:

El concepto de documento archivístico es más amplio que el de documento diplomático, pues el primero incluye no sólo éste sino también otros que carecen de ese carácter como cartas o peticiones que no tienen por qué engendrar derechos ni obligaciones (GALENE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p. 24)²².

²¹ “[...] Nela reside, sem dúvida, o segredo da brilhante união entre arquivística e diplomática, nunca reunidas em estudos da antiguidade, tanto no Oriente Próximo quanto na compreensão “classica” de antiguidade; e também na introdução mais antiga, mas não menos bem-sucedida, de armas e bagagens, da diplomacia medieval francesa em um domínio japonês. Essas sociedades produzem, de fato, uma documentação que é suficientemente volumosa para autorizar as comparações e as serializações, e rara o suficiente para que cada documento possua um potencial para múltiplas dimensões de informação.

Aplicada a outras épocas, a diplomática deveria reformular sua linha de investigação.” (GUYOTJEANNIN, 1996, página 420, tradução nossa).

²² “O conceito de documento de arquivo é maior do que o de documento diplomático, pois o primeiro inclui não apenas este, mas também outros que tem esse caráter, como cartas ou petições que não precisam gerar direitos ou obrigações.” (GALENE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p. 24, tradução nossa).

Ou seja, embora se tratem de conceitos diferentes, o conceito de documento diplomático é abrangido pelo conceito de documento de arquivo, posto que todo documento diplomático também será arquivístico. Contudo, o conceito de documento de arquivo é maior e pode abranger até mesmo documentos de cunho informal. Além disso, os princípios que norteiam os documentos arquivísticos também os distinguem claramente dos documentos diplomáticos. Sendo os princípios de proveniência e organicidade os principais deles, até pelo fato de considerarem as relações entre os documentos de mesmo conjunto documental, o que dificulta a aplicação da Diplomática desenvolvida por Mabillon, visto que esta analisa os documentos individualmente.

A respeito dos documentos de arquivo, Heloísa Bellotto considera que:

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. [...] (BELLOTTO, 2004, p.37).

Da mesma forma que os documentos se distinguem em função de suas características, com a Diplomática ocorre o mesmo, pois tem a necessidade de acompanhar o desenvolvimento do documento. Manuel Romero Tallafigo (1994) apresenta e distingue as diferentes abordagens que a diplomática assumiu ao longo de seu desenvolvimento: Diplomática Científica, Diplomática Histórica, Diplomática Forense e Diplomática Contemporânea:

Como Diplomática Científica, compreende-se a abordagem tradicional desenvolvida por Mabillon. Seu objeto de estudo é a estrutura formal do documento, de forma que consiste na análise das partes que o constitui. Apesar de seu método ser aplicável a documentos contemporâneos, este fora desenvolvido pensando nos diplomas medievais, o que faz com que alguns itens da estrutura sugerida por tal método não sejam compatíveis com a estrutura dos documentos contemporâneos. De acordo com Bellotto (2002b, p.39-40), o método analítico comparativo da Diplomática Científica divide o documento em três partes: protocolo inicial; texto; protocolo final/escatocolo.

A Diplomática Histórica por sua vez, se caracteriza pela análise da veracidade das informações contidas no documento. Desse modo, possui a

finalidade de compreender as condições de produção e origem dos documentos. De acordo com Juan Carlos Galene Díaz e Mariano García Ruipérez essa abordagem histórica da Diplomática foi inicialmente apresentada por Julius Ficker e Teodoro von Sickel, dessa forma:

[...] Ficker considera la Diplomática como auxiliar de la Historia del Derecho, perfilando con nitidez las dos fases principales del documento diplomático: la «actio» y la «conscriptio». A la Diplomática —según él— le interesa, además de las formas, el contenido del documento en función de los datos jurídicos e institucionales que puede aportar (GALENE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p.12)²³.

A Diplomática Forense ou Jurídica caracteriza-se antes de qualquer coisa, pela análise da legalidade dos documentos, pois seu conjunto de regras distinguem os documentos legítimos e genuínos dos demais. De acordo com Manuel Romero Tallafigo:

Es el carácter jurídico y forense de la Diplomática, que yo creo que no puede olvidar, aunque esté incardinada dignamente y con magníficos frutos en las Areas de Conocimiento de Historia o de Ciencias y Técnicas Historiográficas. Ese carácter la convierte siempre en actual, en ciência aplicada y técnica jurídica, y la desviste de los tonos medievalistas y positivistas con que más se presenta en las bibliografías y donde, sin duda, há alcanzado sus cotas más famosas (ROMERO TALLAFIGO, 1994 p.23)²⁴.

Dessa forma, é sua relação com o direito e aspectos jurídicos formais que fazem com que a Diplomática Forense perpetue sua permanência no tempo e a distingue da Diplomática Científica.

²³ “[...] Ficker considera a Diplomática como auxiliar da História do Direito, delineando claramente as duas fases principais do documento diplomático: a «actio» e a «conscriptio». Na Diplomática, - segundo ele - interessa, além das formas, o conteúdo do documento em função dos dados jurídicos e institucionais que podem levantar.” (GALENE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p.12, tradução nossa)

²⁴ “É o caráter legal e forense da diplomática, que creio que não se pode esquecer, a qual está incorporada com dignidade e com magníficos frutos nas áreas de conhecimento de História ou Ciências e Técnicas Historiográficas. Esse caráter a torna sempre atual, na ciência aplicada e técnica jurídica, e a desvia de tons medievalistas e positivistas com os quais mais se apresenta nas bibliografias e onde, sem dúvida, alcançou suas soluções mais famosas.” (ROMERO TALLAFIGO, 1994 p.23, tradução nossa).

A Diplomática Contemporânea, também conhecida como Diplomática Arquivística ou Tipologia Documental²⁵, é a abordagem mais recente da Diplomática e volta-se para a análise de documentos de arquivo, especificamente dos tipos documentais. Trata-se de um estudo voltado muito mais à gênese documental do que simplesmente a autenticidade formal dos documentos. Partindo dessa abordagem, Luciana Duranti (1996) considera que o tipo documental pode revelar e perpetuar as funções de um documento, daí a importância dos estudos de Tipologia Documental, especialmente como aliada à Identificação Documental.

Uma vez que tem sua origem voltada especificamente para o documento arquivístico, a Tipologia Documental pode também se voltar para o estudo de documentos não diplomáticos, independentemente do formato, suporte ou gênero. Porém, seu principal objeto ainda é o documento escrito e formal. Segundo Heloísa Liberalli Bellotto, a análise tipológica pode ser realizada tanto a partir da perspectiva Diplomática quanto da Arquivística:

Na análise tipológica a partir da Diplomática, parte-se da espécie. Portanto, a identificação Diplomática de um documento independe das características do conjunto. Neste sentido, a análise vai verificar se:

- 1) a expressão Diplomática (espécie) corresponde realmente ao ato jurídico-administrativo para o qual ela está servindo de meio;
- 2) a tramitação (procedimento de gestão) corresponde/ correspondeu à expressão Diplomática, já que o ato implícito na espécie tem trâmites obrigatórios;
- 3) vai abster-se do levantamento das relações internas dentro do conjunto documental ao qual a unidade estudada pertence, porque a verificação Diplomática independe das características do conjunto.

Na análise tipológica a partir da Arquivística, parte-se do princípio da proveniência e, portanto, a análise vai verificar se:

- 1) o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos;

²⁵ Heloísa Liberalli Bellotto (2002b, p.20) em consonância com Bruno Delmas (1998), compreende que “[...] a Tipologia pode ser chamada de Diplomática Arquivística ou, melhor ainda, de Diplomática Contemporânea, se se atentar o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados, como exemplarmente demonstra Bruno Delmas. Para ele, a preocupação da disciplina é, atualmente, menos o estudo da estrutura, forma, gênese ou tradição, e mais o da tipologia dos documentos.”

- 2) os procedimentos de gestão são sempre os mesmos quando se dá a tramitação isolada dos documentos isolados;
- 3) os conjuntos (séries) formados pelas mesmas espécies recebem na avaliação uniformidade de vigência e de prazos de guarda ou eliminação;
- 4) na constituição do fundo e de suas subdivisões, os conjuntos não estão sendo dispersos;
- 5) os documentos da série possuem a devida frequência de eliminação (BELOTTO, 2002b, p.95).

Essas diferenças em relação à abordagem da análise tipológica se devem ao fato da arquivística considerar os documentos em seu contexto orgânico de produção, enquanto a Diplomática Científica considera-os isoladamente.

Dessa forma, cada abordagem da Diplomática analisa aspectos distintos relativos aos documentos, perpassando pela verificação da autenticidade, genuinidade e falsidade dos mesmos – que assumem um significado distinto para cada tipo de análise diplomática.

Duranti (1996, p. 29) ressalta que “La *autenticidad diplomática* no coincide con la *autenticidad legal*, aun cuando ambas puedan conducirnos a la atribución de una *autenticidad histórica*, en una disputa judicial.”²⁶ Ainda segunda a autora, em relação aos documentos, os termos autêntico e genuíno se distinguem:

Un documento es “autentico” cuando presenta todos los elementos que se han estipulado para proveerlo de autenticidad. Un documento es “genuino” cuando es verdaderamente lo que se propone ser. Por lo tanto, una sentencia es legalmente auténtica cuando está firmada por el magistrado y es también genuína si la firma no está falsificada. De acuerdo a esto, un privilegio que pretende haber sido emitido por una chancillería imperial es diplomáticamente auténtico, cuando todas sus formas corresponden perfectamente a las que prescriben las reglas de esa chancillería y es también genuino, si realmente ha sido emitido por esa chancillería.

Sin embargo, la distinción entre autenticidad y genuinidad no es válida en sentido histórico. En realidad, el derecho y la diplomática evalúan separadamente las formas del documento y sus autores, de modo tal que podemos tener un documento

²⁶ “A *autenticidade diplomática* não corresponde à *autenticidade jurídica*, ainda quando ambas podem nos levar à atribuição de *autenticidade histórica*, em uma disputa judicial.” (DURANTI, 1996, p.29, tradução nossa).

auténtico que no es genuíno y vice-versa. Por el contrario, la historia evalúa solamente el contenido del documento, de modo tal que, desde el punto de vista histórico, auténtico es sinónimo de genuíno (DURANTI, 1996, p. 30) ²⁷.

É importante ressaltar que autenticidade e genuinidade atestadas aos documentos são embasadas na confiabilidade de seu produtor, pois é isto antes de qualquer coisa, que as assegura.

Randolph Starn faz uma crítica à verdade documental, até mesmo a objetividade da verdade histórica, a qual é investigada pela Diplomática Histórica. O autor, que se vale de um exemplo de novela para elucidar sua crítica, deixa claro que o documento enquanto produto social é suscetível a fraudes:

My favorite literary archives of deceit are those in Leonardo Sciascia's novella *The Council of Egypt*. After the revolution breaks out in France, fraud fights fraud in Sicily. Against the phony titles authenticated by scholars for their patrons, the rogue Benedictine monk Don Giovanni Vega concocts the fake minutes of a Mameluke council out of an old Arabic life of the Prophet. Don Giovanni has no illusions about historical truth or the mask of objectivity, but he expects the doctored document to be taken to prove that the historical claims of the nobility to titles and lands on the island are spurious. When the ruse is finally exposed, the town philosophe observes: "Every society produces the particular kind of imposture that suits it best, so to speak. Our society is a fraud, a judicial, literary, human fraud—yes, I would say human too, for it is fraudulent in its very essence. So our society has produced, quite simply and naturally, a reverse fraud." A worldly wise monsignor dismisses this indictment as "squeezing philosophy out of a common crime." The would-be reformer, implicated in a botched conspiracy against the Bourbon regime, is tortured and beheaded, but the story does not quite end there. His obviously

²⁷ "Um documento é "auténtico" quando apresenta todos os elementos que são estipulados para fornecer-lhe autenticidade. Um documento é "genuíno", quando é verdadeiramente o que se propoe a ser. Portanto, uma sentença é legalmente autêntica quando está assinada pelo juiz e também é genuína se a assinatura não é forjada. De acordo com isso, um privilégio que supostamente tenha sido emitido por uma chancelaria imperial é diplomaticamente autêntico quando todas as suas formas correspondem perfeitamente às que prescrevem as regras dessa chancelaria e é também genuíno se ele realmente foi emitido por essa chancelaria.

No entanto, a distinção entre autenticidade e genuinidade não é válida em sentido histórico. Na verdade, o direito e a diplomática avaliam separadamente as formas do documento e seus autores, de modo que podemos ter um documento autêntico que não é genuíno e vice-versa. Pelo contrário, a história avalia apenas o conteúdo do documento, de tal modo que, do ponto de vista histórico, autêntico é sinônimo de genuíno." (DURANTI, 1996, p. 30, tradução nossa)

forced confession awaits reading in the archives; and from its documents, the author of the story is able to tease out the truth of the whole affair (STARN, 2002, p.389)²⁸.

De fato, a verdade do documento é algo que vai além dos critérios das diversas abordagens diplomáticas, pois se trata de uma atividade humana, de modo que não raramente a falsidade documental ultrapassa os mecanismos de criação do documento ao derivar da intencionalidade humana relacionada aos interesses envolvidos. De acordo com Le Goff (1992, p.34), “não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao pesquisador não fazer papel de ingênuo”.

4.2 Aspectos de tipologia documental e produção documental na atualidade: novos desafios para a Diplomática

A produção documental abrange o processo de registro de ações geradas a partir de funções e atividades desenvolvidas. Trata-se de registros que consolidam atos, de forma que manifesta o resultado da cultura na qual está envolto seu produtor. Os elementos da produção documental que

²⁸ “Meus arquivos literários favoritos, se não me engano, estão na novela de Leonardo Sciascia no Conselho do Egito. Depois da revolução irromper na França, a fraude combate a fraude na Sicília. Contra os falsos títulos autenticados por estudiosos para seus patronos, o monge beneditino Don Giovanni Vega considera os minutos falsos de um conselho de Mameluke fora de uma antiga vida árabe do Profeta. Don Giovanni não tem ilusões sobre a verdade histórica ou a máscara da objetividade, mas espera que o documento adulterado seja tomado para provar que as reivindicações históricas da nobreza aos títulos e terras da ilha são espúrias. Quando o estratagema é finalmente exposto, o filósofo da cidade observa: “Toda sociedade produz o tipo particular de impostura que melhor lhe convém, por assim dizer. Nossa sociedade é uma fraude, uma fraude judicial, literária, humana - sim, eu diria também humana, porque é fraudulenta em sua própria essência. Assim, nossa sociedade produziu, de forma simples e natural, uma fraude inversa”. Um monsenhor sábio mundano rejeita esta acusação como “espremendo a filosofia de um crime comum”. O reformador, implicado em uma conspiração frustrada contra o Regime Bourbon, é torturado e decapitado, mas a história não termina completamente lá. Sua confissão obviamente forçada espera leitura nos arquivos; e por esses documentos, o autor da história é capaz de esconder a verdade a todo o caso.” (STARN, 2002, p.389, tradução nossa).

constituem o documento e tornam possível sua análise pela Diplomática, são a gênese documental e a tradição documental.

Como gênese, entende-se a união entre *actio* e a *conscriptio*, que são elementos que compõem o documento. De acordo com Bellotto (2002b, p.33), enquanto a *actio* corresponde ao conteúdo do documento (mensagem implícita, proveniência, função, contexto, etc), a *conscriptio* diz respeito à forma física (suporte, escrita, sinais de validação, etc), a qual é apresentada por meio de uma espécie documental. Já a tradição documental, de acordo com Bellotto (2002b, p. 25) é entendida como a forma do documento, que é o estágio de preparação e transmissão de um documento (minuta, original, cópia).

A espécie documental consiste na configuração formular do documento, uma vez que é constituída pelos elementos da *conscriptio*. É a espécie que dá origem ao tipo documental, que por sua vez, corresponde à característica que esta espécie assume em função da atividade que a gerou.

Contudo, a definição de tipo documental é algo que tem causado polêmica entre os arquivistas, já que muitos o compreendem de maneira distinta, entendendo-o como o título do documento ou como a unidade documental, o que pode resultar em consequências no trabalho realizado. Segundo Antonia Heredia Herrera:

Tipo documental no es la unidad documental. El tipo documental no tiene fecha, la unidad documental sí. No se describe el tipo documental, sí la unidad de documental. Tipo documental a la hora de la identificación y de la descripción es una característica de una unidad documental (HEREDIA HERERA, 2007, p.44)²⁹.

Aliás, essa dificuldade em se compreender e conceituar tipo documental tem preocupado muitos pesquisadores. Renato Tarciso Barbosa de Sousa é outro pesquisador que com essa preocupação, elaborou uma fórmula simples

²⁹ “Tipo documental não é a unidade documental. O tipo documental não tem data, a unidade documental sim. Não se descreve o tipo documental, mas sim a unidade documental. No momento da identificação e da descrição, tipo documental é uma característica de uma unidade documental.” (HEREDIA HERERA, 2007, p.44, tradução nossa)

para identificação dos tipos documentais. Segundo o autor, tipo é igual ao substantivo (espécie documental) aliado a uma locução adjetiva (preposição e um substantivo representativo da função). (SOUSA, 2008, p. 155)

Contudo, com a ampliação do conceito de documento arquivístico, abriu-se uma enorme variedade de tipos documentais. A maioria dos tipos documentais contemporâneos emergentes é caracterizada como informais, não tradicionais. De modo que documentos como fotografias, que antes não eram considerados como arquivísticos ou com valor jurídico agregado, passam a possuir este valor.

Atualmente, a fotografia é considerada como evidência legal, podendo servir como prova em determinados contextos e padrões. Para Carter (2010) a compreensão da fotografia como evidência legal pelo ambiente jurídico, se deve aos meios de certificação atribuídos pelo ambiente no qual está inserida no momento de sua produção. Ou seja, se deve a aplicação de métodos diplomáticos no momento de sua produção. Conforme Randolph Starn, é a institucionalização que determina a autenticidade:

This claim recalls the medieval tautology yoking the authenticity of a document to protocol rather than to contents: a document is true because it is in the archives. (STARN, 2002, p.392)³⁰

Por outro lado, essa mesma crença na institucionalização, traz a possibilidade de se incorporar a arquivos documentos que, diferentemente do caso citado a respeito da fotografia, não possuem elementos que certifiquem nem autenticidade e nem genuinidade. Diferentemente da Diplomática, a Arquivologia tem seu foco na proveniência e organicidade, embora também considere os fatores relativos à verdade documental. De modo que para um documento ser considerado arquivístico, um dos fatores fundamentais é que este se relacione organicamente com os demais de mesma proveniência, compondo um conjunto arquivístico.

³⁰ “Essa afirmação lembra a tautologia medieval que atribui a autenticidade de um documento ao protocolo e não ao conteúdo: um documento é verdadeiro porque está nos arquivos.” (STARN, 2002, p.392).

É importante destacar que existe diferença entre os termos veracidade e autenticidade, conforme Sonia Troitiño Rodriguez:

A noção de autenticidade para a diplomática se distingue da de veracidade. A veracidade diz respeito ao teor informacional das afirmações contidas no documento, enquanto que a autenticidade é confirmada através de sinais de validação (TROITIÑO, 2011, p.66).

Os arquivos pessoais são exemplo de conjuntos arquivísticos constituídos majoritariamente em função de sua organicidade, considerando que fundos pessoais muitas vezes reúnem documentos que por serem informais não tem sua autenticidade e genuinidade bem fundamentadas, de modo que a existência de nexos orgânicos é um dos principais critérios para que estes sejam inseridos no fundo documental.

Esses se tratam também de bons exemplos de arquivos que reúnem grande quantidade de documentos informais, mas com grande potencial informativo. Dessa forma, os arquivos pessoais conquistam cada vez mais espaço.

Uma interessante perspectiva sobre a institucionalização de documentos informais, de cunho pessoal, é a proporcionada pelos egodocumentos. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007, p.38) trata-se de um termo do historiador Jacob Presser para se referir a documentos como autobiografias, diários, cartas pessoais, entre outros em que o autor escreve sobre si. Tais documentos não possuem sua produção institucionalizada, nem sequer possuem instrumentos que validem sua originalidade, valendo-se nesse sentido apenas de aspectos como o reconhecimento de grafia e até mesmo a própria inserção desses documentos juntamente a outros do mesmo fundo. De modo que a institucionalização desse tipo de documentação em arquivos pessoais representa uma ampliação no conceito de tipo documental e em sua variedade, já que se torna mais flexível a questão dos elementos formais.

Contudo, o documento de arquivo não se limita a um suporte específico ou gênero padrão, como ressalta Bruno Delmas:

Da mesma forma, pouco importa que as técnicas modernas multipliquem, ao lado dos textos tradicionais, a produção de dados, de imagens, de documentos visuais e sonoros, virtuais ou reais, em suporte eletrônico ou ótico, de objetos. As

condições de sua criação fazem deles, ipso facto, documentos de arquivo como os outros, com o mesmo caráter pessoal e a mesma presunção de autenticidade. Escritos, ou mais precisamente, registros, servem de referência ou de prova (DELMAS, 2010, p.133.).

Por outro lado, com o grande aumento na produção de documentos em meio digital, a produção documental passa a ter que redobrar seus cuidados com as questões de autenticidade, pois o ambiente digital é mais suscetível a fraudes. Não apenas a autenticidade e genuinidade documentais podem ser comprometidas nesse tipo de ambiente, fatores como fluxo documental, eficácia e fluidez de atividades, entre outros, também podem ser comprometidos quando os documentos gerados em ambiente digital não seguem os padrões e cuidados necessários.

Dessa forma, a produção documental deve passar a empregar métodos advindos da Diplomática para resguardar documentos digitais de possíveis falsificações e erros que comprometam o desenrolar das atividades. Contudo, a aplicação da Diplomática em meio digital é um desafio, de forma que esta deve adaptar-se e buscar amparo na tecnologia. Pensando na segurança dos documentos digitais, surgiu o projeto INTERPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems):

O objetivo geral da International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems (Interpares) é, com base na arquivologia e diplomática, identificar métodos que garantem a gestão e preservação dos documentos digitais a partir do momento em que estes deixam de interessar à instituição que os criou e passam a assumir um contexto de importância histórico-social (INNARELLI, 2008, p.37).

Contudo, por trás da produção de documentos em meio digital, deve-se fazer presente a figura do arquivista, que apesar de não ser comum nesta etapa de criação da documentação, se faz essencial para a mesma, especialmente quando ocorre em ambiente digital. Conforme afirma Bruno Delmas:

A “Diplomática digital” não pode se limitar ao reconhecimento da autenticidade. Para esta, o processo digital deve, como para os arquivistas responsáveis pela conservação perene dos dados, situar-se no ponto de origem, no momento de criação do documento. O diplomata não pode tratar um documento digital produzido sem a sua

intervenção; ou melhor, não se pode criar um documento digital sem a intervenção de um arquivista diplomata. Além de intervir na concepção, ele deve usar dispositivos adequados para acompanhar o documento ao longo de sua gênese e difusão. Para documentos jurídicos, ele deve garantir a rastreabilidade de seu andamento. Em tal situação, a Diplomática está mais do que nunca ligada à Arquivologia, que tem as mesmas preocupações de perenização com os dados informáticos (DELMAS, 2015, p.50).

Dessa forma, os documentos digitais requerem que os arquivistas se valham de instrumentos que garantam a segurança dos documentos em meio digital, tais como sistemas de trilha de auditoria, assinatura digital, chaves públicas, entre outros.

Enfim, trata-se de um grande desafio aos arquivistas, tão inevitável quanto necessário, como ressalta Johanna Smit (2015, p.246): “[...] apesar da dificuldade, será necessário aprendermos a conviver com este mundo em constante ebulição digital”, pois o documento de arquivo recebe influências culturais do ambiente em que seu produtor está inserido. Assim, para que a legalidade dos documentos sobreviva às mídias da contemporaneidade, é necessário que haja adaptação.

4.3 Documentos de arquivo na contemporaneidade: relações entre Diplomática e Identificação Documental

De fato, tanto a Diplomática quanto o documento tem apresentado transformações desde o momento de sua criação até os dias de hoje, demonstrando o forte elo que os mantêm.

Nesse sentido, a aplicação da Diplomática atualmente tem se ampliado em relação a seu propósito original de averiguar a verdade contida nos documentos, contribuindo para a reflexão a respeito das práticas de produção e organização de documentos arquivísticos. Isso se deve não apenas ao fato de as condições para a investigação Diplomática ter se apresentado de forma

distinta nas diferentes abordagens de seu método. Mas principalmente pelo fato da Diplomática ter conquistado seu espaço junto a Arquivologia.

Assim, a Identificação Documental busca por meio do estudo da produção e dos tipos documentais, estabelecer a proveniência e organicidade dos documentos. Aliás, a Identificação trata-se de uma alternativa para tratar as necessidades do período atual, no qual há uma variação cada vez maior de tipos documentais, documentos produzidos em meio digital e aumento da emissão de documentos.

Dessa forma, a Identificação Documental encontra-se entre os métodos que foram fortemente influenciados pela Diplomática. No Brasil, a Identificação Documental ainda é pouco discutida e seu conceito fora introduzido a partir de trabalhos de pesquisadores ibero-americanos, conforme destaca Clarissa Schimdt:

Assim como os estudos de Tipologia têm representatividade no campo dos arquivos em nosso país através das ideias e obras de Bellotto, o Brasil passa a valer-se dos conhecimentos sobre Identificação ao fazer parte do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, cuja organização coube à Espanha e contou ainda com a participação de Colômbia, México e Portugal. Um dos principais objetivos do grupo era resolver problemas de falta de espaço e excesso de documentos nos arquivos públicos em seus países (SCHMIDT, 2012, p.206).

A Identificação Documental por se caracterizar como um estudo profundo da gênese documental, na qual o órgão produtor e o tipo documental assumem um papel central no processo de contextualização do documento de arquivo, trata-se de uma tarefa preliminar da organização arquivística, conforme destaca Márcia Pazin:

Durante a maior parte da fase inicial de organização, uma das principais atividades dos técnicos é a identificação dos documentos, visando a compreender as funções e atividades que representam, para posteriormente categorizar os tipos documentais predominantes (PAZIN, 2011, p. 109).

Contudo, desvendar as características dos documentos através dos aspectos que a Identificação Documental evidencia, nem sempre é simples. O sujeito produtor e os tipos documentais irão variar de acervo para acervo. De modo que a importância desse método se deve justamente a isso, pois uma

vez que para se conhecer os aspectos relativos à produção documental é necessário estudo, nada melhor que um método minucioso adequado a isso para explicitá-la.

Uma vez que a Identificação Documental é um método aplicado a documentos de arquivo, a análise diplomática contribui muito para a composição de diversos aspectos de sua metodologia. A Diplomática, mesmo considerando os documentos individualmente, se faz essencial para a contextualização dos mesmos.

A Diplomática vem a relacionar-se com a Identificação Documental exatamente através da produção documental, ponto fulcral para ambos estudos. Da mesma forma que a Diplomática oferece a base para o estudo de aspectos primordiais da produção documental, como tradição documental, gênese documental e categorização dos documentos, a Identificação Documental busca elucidar tais aspectos.

No caso de tratamento de arquivos permanentes, a Diplomática, mesmo considerando os documentos individualmente, se faz essencial para a contextualização dos mesmos, especialmente quando há escassez de informações. Segundo Pazin, (2011, p.112) “A descontextualização dos documentos é um risco que a maioria dos arquivistas corre ao analisar os documentos de seu acervo.”

Apoiar-se na Diplomática é essencial para que a Identificação Documental possa contextualizar os documentos de forma coerente e desvendar sua organicidade, até pelo fato de a organicidade ser um dos principais elementos que distinguem o documento de arquivo. De modo que se desprende de formas, suportes, gêneros etc., ao averiguar o documento. Nesse aspecto, a Diplomática contribui com a Identificação Documental por meio da explicitação do contexto.

De acordo com Duranti (1996, p.60), mesmo na perspectiva Diplomática, que analisa o documento em sua singularidade, a operação de identificar o documento supõe o estabelecimento de um "nexo qualificado" entre o mesmo e a função que cumpriu.

A diplomática explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos. Uma clara compreensão dessas relações e interações capacitaria os arquivistas a recomendar aos autores dos registros a simplificação de funções, dos métodos de trabalho e dos procedimentos de registro, o que é considerado o fundamento básico de toda atividade de gestão de documentos. [...] a diplomática orienta o reconhecimento dos padrões e facilita a identificação dos registros, enquanto quando a criação dos registros não é controlada, a diplomática orienta o desenvolvimento de padrões e a formação de um sistema no qual são formuladas e estabelecidas as categorias de tipos de documentos capazes de transmitir conteúdo e revelar procedimentos e contexto (DURANTI, 1994, p.61-62).

Essa abordagem, a partir de uma perspectiva ampla em direção ao contexto e conteúdo, se faz ainda mais importante para a Identificação de documentos cuja gênese não é clara – tal como documentos que por conta de contextualização foram ressignificados, como o caso do arquivo do ex-presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa, que será abordado no capítulo 5.

Nesse sentido, contribui inclusive para que documento de arquivo seja visto além de seu suporte e formato, demonstrando que sua caracterização se torna explícita de fato, na Identificação Documental:

Se a abordagem contextual coloca no mesmo patamar, para os arquivistas, documentos de natureza diversa (inclusive aqueles que, por tradição e em razão de seu formato, são sempre encaminhados para bibliotecas e museus), não os isenta da difícil tarefa de identificá-los. [...] (CAMARGO, 2015, p. 17).

Como ressalta Concepción Mendo Carmona, o trabalho do arquivista é apenas trazer à tona as características do documento por meio das atividades de análise e organização, pois as mesmas já se encontram implícitas:

[...] hemos de decir que la organización no la crea el archivero, le viene impuesta por la propia documentación; a él sólo le toca reconstruirla, rehacerla. En definitiva, viene impuesta por la persona o administración que la produjo. El archivero tiene que identificarla y, si la documentación se encuentra fragmentada o desorganizada, entonces sólo le resta reorganizarla,

respetando los principios rectores de la archivística (MENDO CARMONA, 2004, p. 38).³¹

Dessa forma, a Diplomática pode oferecer a Identificação Documental uma análise adequada dos tipos de documentos e contexto de produção, contudo, este trabalho não pode fazer nada além do que explicitar essas características, de modo que a excelência do trabalho é responsabilidade do profissional que o realiza.

Ou seja, Diplomática e Identificação Documental podem se unir para a compreensão da contextualização dos documentos em sua formulação atual. De acordo com Luciana Duranti:

Agora, mais do que nunca, os arquivistas necessitam de princípios sólidos, permanentes e universais sobre os quais se apoiar, e de conceitos estabelecidos e claramente definidos contra os quais formas novas, ou aparentemente novas, possam ser lançadas, como em uma câmara de neblina, e com os quais possam ser comparadas. Esses princípios e conceitos estão enraizados na ciência da diplomática: é essencial colocar os elementos de seus velhos padrões em contato com os novos padrões determinados pelas tecnologias da informação e fazer novas conexões de modo que as várias partes do sistema de prova documental se reorganizem num todo novo. O trabalho que temos pela frente requer que abramos nossas mentes (DURANTI, 1994, p. 13).

Enfim, a Diplomática tem muito a contribuir para que consigamos lidar com o contexto em que os documentos estão sendo gerados na atualidade, porém é preciso que saibamos transitar entre o antigo e o novo, aproveitando o que há de melhor, de acordo com a realidade vivenciada.

³¹ “[...] Nós temos que dizer que a organização não cria o arquivista, ela é imposta pela própria documentação; a ele só toca reconstruí-la, refazê-la. Em suma, é ditada pela pessoa ou administração que a produziu. O arquivista tem que identificá-la e, se a documentação está fragmentada e desorganizada, então só lhe resta reorganizá-la, respeitando os princípios básicos da archivística.” (MENDO CARMONA, 2004, p. 38, tradução nossa).

5 RELAÇÕES ENTRE A IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL E A COMPREENSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

5.1 Arquivos pessoais: limites e convergências entre público e privado

O termo arquivo pessoal é comumente usado no Brasil para nomear conjuntos documentais acumulados por pessoas ou famílias. Mas segundo Ana Maria de Almeida Camargo, tal definição é inconsistente e costuma gerar atritos em relação à natureza dos documentos, que são confundidos com documentos institucionais de caráter privado, conforme a autora:

Convém examinar, inicialmente, o sentido da expressão “arquivos pessoais”. Embora se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o epíteto é aplicado. Refiro-me aos documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários. A observação é válida também para expressões que convertem uma das facetas do titular em atributo geral de todos os documentos de seu arquivo, estendendo-o para os de outras pessoas com perfil semelhante: “arquivos literários”, “arquivos científicos”, “arquivos políticos”, “arquivos militares”, “arquivos religiosos” etc. (CAMARGO, 2009, p.28).

Devido sua complexidade, que dificulta a compreensão de seu conceito e sua importância, os arquivos pessoais possuem pouco investimento. Porém, os estudos acerca dos mesmos se tornam cada vez maiores, o que possibilita que cada vez mais se realcem os limites e relações entre arquivos públicos e privados e seus documentos.

Os documentos de arquivo podem ser divididos em categorias. Em relação a sua natureza, os documentos podem ser divididos em pessoais e institucionais. Porém, em relação ao seu caráter, os mesmos podem ser públicos ou privados – ou seja, de acordo com as características das informações contidas em um documento, este pode ser de interesse público ou

privado, independentemente de sua natureza.³² Além disso, a proveniência de um documento está relacionada, entre outras coisas, à sua produção de efeito – que é voltada para o âmbito da função do documento. Assim, um documento de natureza pessoal, pode ter caráter público, por exemplo.

Sobre a dificuldade comumente encontrada ao se categorizar documentos como pessoais, Ariane Ducrot ressalta que:

[...] a natureza jurídica e a maneira particular como os arquivos privados entram nas instituições arquivísticas suscitam problemas que não se apresentam no caso dos arquivos públicos - ao menos, não da mesma forma. Nas duas categorias, porém - arquivos públicos e privados -, uma boa classificação resulta da observância de três fatores: inicialmente, ela é preparada, por meio de operações que evitarão muitas dificuldades posteriores; em seguida, ela é realizada segundo o princípio fundamental da arquivística, que é o do *respect des fonds*, ou princípio da proveniência, cuja aplicação aos arquivos privados tem pontos em comum com os arquivos públicos, mas apresenta, também, pontos que lhe são particulares; por fim, ela se apóia em regras específicas de cada categoria de arquivos, sem prescindir da intuição e do pragmatismo para corresponder à natureza própria de cada fundo (DUCROT, 1998, p. 152).

Contudo, apesar da distinção entre os diferentes tipos de arquivo ser cada vez mais marcada e nítida, o resultado de suas relações muitas vezes causa dúvidas. A custódia pública ou privada nem sempre é o que determina a natureza dos documentos, até pelo fato de haver casos de existência de documentos pessoais em fundos públicos e vice-versa. Conforme Ulpiano Bezerra de Meneses,

A primeira observação é que a grade de significações entre 'pessoal' e 'público' é ambígua e flexível. Há situações críticas que podem advir do deslocamento, não do primeiro pólo ao outro, mas de um pólo intermediário. Em outras palavras, a matriz crítica transcende o estrito nível individual e se refere a uma instância coletiva (MENESES, 1998, p. 97).

³² Os prontuários médicos são exemplo de documentos cuja produção é institucionalizada, fruto de estrutura e funções bem definidas, porém as informações tratadas tem caráter privado. Atualmente, há a tendência de nomear o documento como prontuário do paciente devido, justamente, ao caráter da informação registrada.

Assim, para definição da tutela de documentos de arquivo muitas vezes se leva em consideração a produção de efeito, já que esta dita o interesse direto sobre o teor documental. Produção de efeito diz respeito à influência do documento perante a sociedade e quais atividades e funções o envolvem. Ou seja, a qual âmbito este incide ou recebe influência direta. Para Paola Carucci (1987, p. 38) a formalização legal distingue os fatos e atos jurídicos cujos efeitos incidem sobre o interesse coletivo daqueles cujos efeitos dizem respeito apenas aos envolvidos. Assim, os documentos de um fundo arquivístico pessoal podem ter diversos produtores, mas apenas um titular. Como nos casos de arquivos de pessoas públicas, artistas, escritores, cientistas, etc, nos quais o interesse se estende para além dos envolvidos nos documentos.

Todo conjunto documental arquivístico é orgânico, de modo que todos os documentos fazem parte de algo maior: o próprio fundo. Assim, o que determina a natureza e caráter dos documentos, é a proveniência, pois todos os documentos de mesmo fundo possuem proveniência comum. Conforme destaca Luciana Duranti:

Desde un punto de vista archivístico, los documentos son públicos cuando han sido creados o recibidos por una oficina pública, es decir su estado de públicos les viene no sólo por su proveniencia sino también con relación a la regla fundamental que rige cada colectividad de acuerdo a la cual cada elemento individual adquiere la naturaleza del conjunto al que pertenece. Un fondo archivístico es un todo documental; si el fondo es público por su proveniencia, cada documento dentro de él es público y también viceversa. Por ejemplo, una carta escrita por un departamento del gobierno a un individuo privado es un documento público por su proveniencia, pero archivísticamente es privado, porque forma parte del fondo archivístico creado por el destinatario. (DURANTI, 1996, p.84).³³

³³ "De um ponto de vista de arquivístico, os documentos são públicos quando eles foram criados ou recebidos por um órgão público, ou seja, seu estado de público não é atribuído apenas com base em sua origem, mas também em relação à regra fundamental que rege cada comunidade de acordo com que cada elemento individual adquire a natureza do grupo a que pertence. Um conjunto de arquivo é um todo documental; se o fundo é público pela sua origem, cada documento dentro dele é público e vice-versa. Por exemplo, uma carta escrita por um departamento do governo a um indivíduo particular é um documento público pela sua origem, mas arquivísticamente é privado, porque é parte do fundo de arquivo criado pelo destinatário." (DURANTI de 1996, p.84, tradução nossa).

Enfim, para que haja compreensão do caráter público ou privado de documentos arquivísticos, é de suma importância o conhecimento de sua proveniência, que muitas vezes é confundida com procedência³⁴. A procedência está mais relacionada ao direito de propriedade, ao conjunto no qual um documento integra e se relaciona com os demais. Já a proveniência se volta à origem do documento, ao cerne de sua gênese, ou seja, é definida pela relação entre produção, acumulação e uso. Muitas vezes, a procedência é coincidente à proveniência, porém, em determinadas situações, por diversos fatores, a procedência não corresponde à proveniência.

Assim, o trabalho da Identificação Documental se faz crucial para distinguir a proveniência em casos onde esta parece turva. O que é muito importante em casos de incorporação de acervos pessoais por parte de instituições, já que não se conhece a documentação.

Os arquivos pessoais inserem-se no âmbito dos arquivos privados. Como tal, costumam ficar no limite da intimidade e exposição, já que apesar da proveniência de documentos de acervos pessoais ser privada, nem sempre o teor documental também o será. Ou seja, em um arquivo pessoal podem existir fatores capazes de dificultar a capacidade de discernir suas nuances:

O caráter exclusivamente privado de um arquivo foi e é uma questão problemática. Aquele que nasce como arquivo privado pode mudar de natureza, se se alterarem as relações entre a entidade produtora e o Estado. Podem existir casos em que um mesmo arquivo é simultaneamente público, segundo um determinado ordenamento jurídico, e privado, segundo um outro ordenamento jurídico. Um arquivo pode ser público e conferir pública fé aos documentos que o integram nas suas relações com determinado sujeito, e privado nas relações com outros. Esta situação era frequente na Idade Média e na Idade Moderna: o mesmo arquivo era público para os súbditos de um principado, isto é, para aqueles que residiam na circunscrição territorial da autoridade que tinha constituído o arquivo, e privado para os não súbditos. Além disso, não são raros os casos em que os arquivos públicos têm origem nos arquivos

³⁴ Procedência: “Termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do **arquivo (1)** quando se trata de **entrada de documentos** efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de **proveniência**”. (BRASIL, 2005, p. 137, grifo do autor).

privados. São disso exemplo os arquivos notariais, que em alguns ordenamentos são considerados privados, ou pelo menos de propriedade privada do notário e dos seus herdeiros. Nasceram como arquivos produzidos por uma pessoa física dotada de pública fé, que tem poder de registrar e atestar a autenticidade das decisões tomadas. Nos antigos arquivos privados, pessoais ou de família, existiram desde sempre documentos de natureza pública que derivaram de funções, de cargos ou de ofícios públicos, desempenhados muitas vezes em domínios longínquos e em territórios de ou nas nações. (MOURA; GARCIA, 1998, p.177-178).

É importante ressaltar que isso ocorria antigamente. Hoje, os arquivos notariais são propriedade do estado e os notários devem ingressar na carreira por meio de concurso público, conforme a Lei nº 8.935, 18 de novembro de 1994.³⁵ Porém, tal afirmação serve para ilustrar o fato de que muitas vezes os documentos públicos são produzidos a partir e em decorrência de ações de pessoas físicas em função do cargo que ocupam, o que ocorre com os políticos e em alguns casos, até mesmo funcionários públicos.

De acordo com Ariane Ducrot, uma questão que separa o universo dos arquivos pessoais dos arquivos públicos é o estudo necessário para distinguir e tratar os arquivos pessoais, devido à riqueza de detalhes e tipos documentais que costumam envolver os mesmos:

De uma maneira geral, a natureza dos arquivos pessoais demanda uma classificação mais refinada que a dos arquivos públicos. Trata-se aí de um desafio, numa época em que os arquivos públicos avolumaram-se de tal maneira que não se pode tratá-los senão em massa, salvo exceções. O valor histórico desses arquivos privados, os numerosos autógrafos que contêm e seu volume, geralmente restrito, justificam esse tratamento particular (DUCROT, 1998, p. 163).

³⁵ Conforme a Lei Federal nº 8.935, 18 de novembro de 1994: “Art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos: I - *habilitação em concurso público de provas e títulos*; II - nacionalidade brasileira; III - capacidade civil; IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares; V - diploma de bacharel em direito; VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.” (BRASIL, Lei nº 8.935, 18 de novembro de 1994, grifo nosso).

As especificidades dos arquivos pessoais e o aumento cada vez maior do número de documentos em arquivos públicos são sem dúvida um dos fatores que dificultam que a sociedade volte sua atenção para os arquivos pessoais. Contudo, uma linha de estudo que muito contribuiu e ainda contribui para o reconhecimento dos arquivos pessoais é o Total Archives. Conforme Millar (1998), o Total Archives é um conceito que surgiu no Canadá a partir de propostas de integração arquivística que se iniciaram por volta de 1800. Dessa forma, até se chegar ao movimento do Total Archives os ideais que o originaram passaram por diversas fases de desenvolvimento, sendo que no início ainda não era compreendido como tal. Ou seja, o conceito de Total Archives é recente, porém suas raízes remontam ao século XIX. O desenvolvimento do Total Archives tem se destacado com os estudos de Terry Cook, um dos principais pesquisadores a defender a teoria, e que nos traz duas semelhanças entre arquivos pessoais e públicos:

O documento-proposta do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais reconhece duas similaridades importantes entre os arquivos pessoais e os públicos. Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa (COOK, 1998, p. 131).

Resumidamente, o Total Archives caracteriza-se como uma abordagem na qual os arquivos de modo geral tem a contextualização como enfoque, de modo que são compreendidos como um todo orgânico capaz de relacionar-se e complementar-se mutuamente. Conforme Terry Cook (1998, 143) “[...] No

Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos.”

Laura Millar ressalta que a integração proposta pelo Total Archives deve ser compreendida como uma forma de preservar e dar acesso ao patrimônio documental, com responsabilidade e respeito:

The essence of total archives was that Canadian society took collective responsibility for the preservation of a documentary heritage. The core of the archival system was that this responsibility must be shared. At the end of the twentieth century, the archival system has devolved from that position of collective responsibility to what seems to have become a collection of distinct and separate agencies, each with its individual responsibilities, but perhaps not equipped to carry its weight of responsibility within the network. The concepts of life cycle, of continuum, of integrated records management are all worthwhile strategies for managing the record. And managing the record is critical to preserving that core worth keeping. However, strategies are not goals. The heart of total archives is that a good society remembers itself, honestly and with respect. The goal of archival management ought to be to preserve a balanced documentary memory of Canadian society – of all aspects of Canadian society – so that future generations have a complete memory. The goal is not the past, and the goal is not the present. The goal is the future. How we manage the record through its life ought to be of less concern than why we manage it. As archivists, we must strive to ensure that our primary motivation is preservation and access, in order to help society preserve that part of its memory found in its documentary heritage (MILLAR, 1998, p.139)³⁶.

³⁶ “A essência do Total Archives é a responsabilidade coletiva pela preservação de um patrimônio documental que a sociedade canadense assumiu. O núcleo do sistema arquivístico era que essa responsabilidade devia ser compartilhada. No final do século XX, o sistema de arquivos passou daquela posição de responsabilidade coletiva para o que parece ter se tornado uma coleção de agências distintas e separadas, cada uma com suas responsabilidades individuais, mas talvez não equipadas para exercer seu peso de responsabilidade dentro da rede. Os conceitos de ciclo de vida, de continuum, de gestão integrada de documentos são estratégias que valem a pena para gerenciar o registro. E gerenciar o documento é fundamental para preservar esse núcleo que vale a pena manter. No entanto, as estratégias não são metas. O coração do Total Archives está no fato de que uma boa sociedade lembra a si própria, com honestidade e respeito. O objetivo do gerenciamento de arquivos deve ser preservar uma memória documental considerável da sociedade canadense - de todos os aspectos da sociedade canadense - para que as futuras gerações tenham uma memória completa. O objetivo não é o passado, e o objetivo não é o presente. O objetivo é o futuro. Como gerenciar o documento ao longo de sua vida, deve ser de menor preocupação do que por que gerenciá-lo. Como arquivistas, devemos nos esforçar para que nossa principal motivação seja a preservação e o acesso, a fim de ajudar a sociedade a preservar a parte de sua memória encontrada em sua herança documental (MILLAR, 1998, p.139, tradução nossa)”.

É certo que fatores como cultura, legislação, sistema político entre outros, influenciam os arquivos e suas relações – ou seja, o sistema jurídico incide diretamente na produção documental. Como disse Laura Millar (1998, p.105) documentos e arquivos não existem fora de um contexto social e cultural. Independentemente das características do sistema jurídico, os arquivos pessoais sempre vão se relacionar com os públicos e vice-versa, podendo muitas vezes até gerar dificuldade no reconhecimento da proveniência de alguns documentos, quão forte pode ser esta interação, já que é o Estado que rege a maioria dos ditames burocráticos.

Terry Cook compreende que mudanças trazidas pelo pós-modernismo podem influenciar a perspectiva dos arquivos e arquivistas:

Baseado nas mudanças fundamentais na natureza das instituições governamentais e empresariais, nos meios dos registros e na natureza dos processos de geração e manutenção de arquivos; e considerando, ainda, o contexto pós-moderno em que vivemos e os novos conhecimentos que estão sendo desenvolvidos sobre a história e o caráter da memória, irei contestar neste trabalho a idéia tradicional de arquivos públicos, ou do arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos, especialmente devido às novas exigências, tanto para a avaliação quanto para a organização e descrição de arquivos institucionais, que agora surgem para lidar com os registros eletrônicos, ou gerados por computadores. Meu argumento é que a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade (COOK, 1998, p. 132).

Em contrapartida, essa interação maior entre arquivos públicos e privados e influências mútuas na gênese documental, podem muitas vezes dificultar ainda mais a compreensão da proveniência, pois esta pode parecer muito vaga/tênue em função da interação entre diferentes jurisdições. Assim, em decorrência da dificuldade em se definir a proveniência, abre-se espaço para outras dificuldades, tal como a delimitação do acesso e a coerência na incorporação de documentos.

No caso do acesso, a dificuldade pode ocorrer pelo fato de alguns documentos que foram produzidos em âmbito público possuírem produção de efeito pessoal e vice-versa.³⁷ O que com o crescimento de leis que asseguram o direito dos cidadãos à informação pública e resguardam as informações sigilosas e de cunho pessoal, pode representar grandes riscos ao arquivista que não tenha discernimento e amparo suficiente para definir o que se deve ou não ter acesso público.

Ou seja, as fronteiras entre institucional e pessoal nem sempre são tão facilmente reconhecidas, já que muitos documentos pessoais são emitidos por instituições públicas ou até mesmo privadas. E em alguns casos, quando descontextualizados, podem se confundir com o fundo documental da mesma instituição. Mas também ocorrem casos inversos, onde o fundo da instituição se confunde com algum fundo pessoal, como comumente ocorre com documentos de gabinete de políticos, documentos relativos a pesquisas científicas, etc. No geral esses casos são complexos e se caracterizam como incorporações indevidas.

A fim de obtermos bons resultados, devemos considerar a vertente trazida pelo Total Archives com a proposta de integrar e ao mesmo tempo respeitar as particularidades inerentes a cada acervo arquivístico.

5.2 Constituição de acervos pessoais: entre a espontaneidade e a construção

Com as diversas mudanças impulsionadas pela contemporaneidade, o ato de documentar passou por importantes transformações. Não apenas em

³⁷ Um exemplo de documentos produzidos em âmbito institucional público com produção de efeito pessoal são as certidões de nascimento, casamento, óbito. Esses documentos possuem o rigor dos documentos oficiais e sua existência ocorre em função da necessidade do Estado de possuir controle. Porém, normalmente sua proveniência ocorrerá nos acervos pessoais dos cidadãos aos quais se referem, relacionando-se organicamente com os demais documentos de mesmo conjunto documental. Ou seja, apesar de serem produzidos em âmbito público os efeitos da função de tais documentos incidirão sob o âmbito privado em primeiro lugar.

suas funções, mas também em sua forma. A sociedade tem se preocupado cada vez mais com a posição do indivíduo na sociedade, de modo que os arquivos pessoais estão se valorizando. Assim, documentos que antes não eram vistos como arquivísticos, ou que sequer eram considerados como documentos, hoje estão em foco, fazendo-nos repensar a respeito da concepção de documento de arquivo.

Apesar do aumento repentino no interesse em reunir documentos pessoais em arquivo, tal modismo não altera os propósitos e funções originais do documento, apenas a forma como este se mostra – seu discurso – pode ser alterada. Assim, a construção de discursos falsos muito comuns aos arquivos pessoais e principalmente às coleções³⁸, tem aumentado significativamente. Conforme Priscila Fraiz:

Uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ,1998, p. 62-63).

A organicidade de um arquivo pessoal de fato diz muito a seu respeito e a respeito da forma como os documentos foram tratados por seu titular. Isso pode ser um indício da intenção de se construir um arquivo e/ou publicar egodocumentos³⁹, além de ser capaz de revelar as funções dos documentos presentes no acervo e suas relações. De modo que é a explicitação da

³⁸ **Coleção:** “Conjunto de **documentos** com características comuns, reunidos intencionalmente.” (BRASIL, 2005, p. 52, grifo do autor).

³⁹ Egodocumentos: Conforme já mencionado no capítulo 4, segundo Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007, p.38) trata-se de um termo do historiador Jacob Presser para se referir a documentos como autobiografias, diários, cartas pessoais, entre outros em que o autor escreve sobre si.

organicidade documental que irá distinguir os fundos pessoais de coleções, independentemente de tipo documental, formato ou gênero dos documentos que os constituem.

Dessa forma, é importante atentarmos para os riscos de coleções pessoais serem identificadas como arquivos pessoais:

Estas considerações, associadas ao que já foi anteriormente exposto, permitem tomar um problema crucial associado ao tema do documento pessoal no espaço público: a coleção. A coleção privada, com efeito, é a forma, senão exclusiva, pelo menos dominante, pela qual objetos pessoais, em nossa sociedade, expõem-se à esfera pública. Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõem, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático. Na coleção fica patente esse caráter de interlocução, de ato em que está em jogo a subjetividade em diálogo (MENESES, 1998, p. 96).

Tanto coleções quanto arquivos pessoais no espaço público são suscetíveis à violação da privacidade, posto que o conteúdo presente em muitos documentos comuns a esse âmbito tem caráter íntimo. Assim, divulgar ou não tais documentos é uma decisão muito particular, que deve ser previamente acordada entre a instituição receptora e o doador do acervo - o próprio titular, ou no caso de este ser falecido, seus familiares. De acordo com Prochasson (1998, p. 108), “a violação da intimidade que a pesquisa histórica inevitavelmente perpetra deve sempre dar lugar a compensações afetivas.” Contardo Calligaris (1998) acredita que a simples emissão de documentos autobiográficos, como diários íntimos, se origina da vontade de publicação por parte do titular, mesmo quando póstuma, pois para o autor trata-se da construção de uma imagem:

Protestar que o diário era íntimo - certamente não destinado a publicação, nem póstuma - é uma ingenuidade. Pois compor uma imagem para os outros está se tomando, provavelmente, a poética ordinária do sujeito moderno: de repente, ela orienta os seus atos autobiográficos, sejam eles privados ou públicos, sejam eles, se públicos, favoráveis ou não aos percalços de sua vida (CALLIGARIS, 1998, p. 54).

Essa exposição voltada para o indivíduo tem sido cada vez mais comum na atualidade, não apenas no âmbito dos arquivos, mas principalmente nas redes sociais, onde as pessoas expõem relatos de seu cotidiano, compartilham fotos, entre diversos registros capazes de construir uma imagem perante a sociedade. Conforme é possível refletir a partir do que é exposto por Artières (2013), essas práticas de registro que são comumente disseminadas na atualidade se diferem dos arquivos pessoais em um ponto fundamental, não passam de registros criados para suprir necessidades imediatas e se esvanecer no tempo, apesar de se caracterizarem como práticas autobiográficas, se assemelhando nesse ponto a coleções.

Como bem questionou Artières (2013, p. 46), “e se essa pratica, que poderíamos imperfeitamente qualificar de arquivamento de si, revelasse alguma estética da existência?” Diferentemente das coleções, os documentos arquivísticos dialogam entre si e entre documentos de outros arquivos. Mas a estética da existência não recai sobre a funcionalidade de alguns documentos, e sim sobre torná-los públicos. Como reforça Phillipe Artières:

Trata-se, por meio dessas experiências, de fazer da própria vida, arquivando-a, uma obra de arte. Esse ato implica a adoção de um modo de existência muitas vezes defasado em relação aos modos de vida contemporâneos. Por isso mesmo, não são os acontecimentos da vida os valorizados, mas o ato de arquivá-los (ARTIÈRES, 2013, p. 48).

Além do fato de o desenvolvimento tecnológico vir aumentando cada vez mais o número de registros em meio cibernético, este os coloca em outro plano. Especialmente no caso das fotografias, isso complica não apenas no tratamento desse tipo de registro em si, mas traz também a dúvida se esses documentos de fato podem ser considerados como arquivísticos, ainda que apenas em contextos específicos. Esse questionamento se estende para os diversos tipos de mensagens trocadas via internet (e-mail, facebook, whatsapp, entre outras):

Fora as formas de expressão tradicionais, a contemporaneidade traz em seu bojo novas formas de expressão escrita, fruto das transformações nos

relacionamentos. Assim, não raramente hoje, formas de comunicação mantidas através de emails, bate-papos, troca de mensagens utilizando serviços como Whatssap, Line ou similares, no âmbito privado, assumiram foro privilegiado pelas facilidades de comunicação que proporcionam como popularidade, agilidade, gratuidade, entre outros atrativos (TROITIÑO; FONSECA, 2016, p.39).

Aliás, no caso das mensagens, as mudanças contemporâneas trazem ainda mais ambiguidade, uma vez que são trocadas em ambiente eletrônico envolto por senha e suposta preservação de privacidade. De modo que o estabelecimento de nexos entre as mesmas com um conjunto documental arquivístico se trata de uma invocação, e requer o consentimento do destinatário ou até mesmo do próprio remetente. Assim, criar uma relação entre documentos arquivísticos com tais registros, além de ser algo muito difícil de realizar, trata-se de uma construção, o que é característica de coleção e não de arquivo.

Philippe Blom defende as coleções como construções calculadas, voltadas para o objetivo de perpetuar a memória no tempo:

Cada coleção é um teatro de memória, uma dramatização e uma *mise-en-scène* de passados pessoais e coletivos, de uma infância lembrada e da lembrança após a morte. Ela garante a presença dessas lembranças por meio dos objetos que as evocam. É mais do que uma presença simbólica: é uma transubstanciação. O mundo além do que podemos focar está dentro de nós e através delas, e por intermédio da comunhão com a coleção é possível comungar com ele e se tornar parte dele (BLOM, 2003, p. 219).

Em contrapartida, a fim de distinguir arquivos pessoais e coleções deve-se ter em mente que os documentos de arquivo provêm de um contexto orgânico específico, independentemente se físico ou virtual. Contudo, a relação entre registros virtuais e registros arquivísticos ainda é uma questão muito difusa, conforme destaca Aline Lopes Lacerda:

[...] Chega a ser contraditório o fato de que, se, de um lado, qualquer pessoa pode hoje, cada vez mais, documentar sua vida das mais variadas formas visuais possíveis, de outro, sabemos ainda muito pouco sobre as relações entre essas formas documentárias e os mundos – tanto das rotinas concretas quanto das formas e relações simbólicas – da vida privada. Nesse sentido, a investigação mais profunda sobre as relações de produção dos documentos nesse domínio da vida

é importante para o desenvolvimento da teoria e da metodologia arquivísticas na contemporaneidade (LACERDA, 2013, p.62).

Assim, muitos documentos cujos seus similares eram comumente encontrados em arquivos, hoje representam um drama aos arquivistas, que precisam lidar com as dificuldades impostas pelo desenvolvimento tecnológico:

A mutação tecnológica altera não apenas o processo de arquivamento, mas o que é arquivável [...] a forma como experimentamos o que queremos guardar na memória ou em arquivo – e as duas coisas são diferentes – é condicionada por um determinado estado, ou uma certa estrutura, da possibilidade de arquivamento. Assim, o arquivo, o poder tecnológico do arquivo, determina a natureza do que tem de ser arquivado. [...] Então, é claro, por esse motivo, [...] a estrutura e o significado do arquivo são, naturalmente, dependentes do futuro, do que está por vir, do que terá vindo (DERRIDA, 2002, p. 46, Apud McKEMMISH, 2013, p. 33).

Dessa forma, é importante atentarmos para o fato de que sob o ponto de vista estético, o conteúdo e função não importam, apenas o registro. Dessa forma, criam-se perigosas armadilhas que colocam em risco características essenciais ao documento arquivístico, tal como a “naturalidade” e autenticidade:

É sob essa ótica que a ‘espontaneidade’, a ‘autenticidade’ e a ‘verdade’ dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas lugares mais perigosos que outros (GOMES, 1998, p. 8).

Contudo, é equivocado compreender que a reunião de documentos para formação de arquivo pessoal é por si proposital, equiparando a produção documental com as redes sociais. Principalmente pelo fato de que a cultura do registro tem marcado fortemente a contemporaneidade, de modo que os indivíduos ficam reféns do mesmo para provar sua existência e a consistência de suas ações. Isso não apenas do ponto de vista estético, como fora

abordado anteriormente, mas principalmente do ponto de vista burocrático, já muitos dos documentos acumulados por pessoas são documentos formais produzidos em função de imposições do Estado, essenciais para assegurar direitos e necessários nas relações entre pessoas e instituições. Assim, muitas vezes há uma função social importante por trás da estética da existência, segundo Artières (1998, p. 13) “para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é punida”. Ainda conforme o autor:

[...] essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, pag. 14).

Em contrapartida ao desejo de ser reconhecido socialmente por meio de documentos pessoais, há também o desejo inverso: o de destruição de documentos com a finalidade de não ser exposto ou obter reconhecimento social. Embora essa seja uma realidade menos frequente e restrita aos arquivos, as coleções por si se relacionam ao desejo de ser lembrado, como apontou Calligaris (1998). Assim, a decisão de guardar ou destruir é da mesma forma muito particular e, em determinados casos não consiste exatamente em mutilação, como será melhor abordado posteriormente.

Tal reflexão vem evidenciar uma problemática já existente: o que deve ser preservado ou não em um arquivo pessoal? E ainda: entre os documentos informais o que de fato é arquivável? As cartas representam um tipo de documento em que esse questionamento é frequente. Apesar de as cartas, de certo modo, representarem uma escrita de si, não se pode considerar que a guarda desses documentos pressupõe que se tornem públicos ou que integrem um acervo arquivístico, pois sua função original e muito íntima é de comunicar. Contudo, sua preservação por parte do titular muitas vezes envolve questões sentimentais, tanto que alguns optam por destruí-las a fim de assegurar que não serão expostos. Aliás, existe uma diferença importante entre a vontade de se publicar um maço de cartas e a vontade de se formar um arquivo ou

coleção, conforme será discutido melhor abaixo. A respeito das cartas, Manuela Parreira da Silva considera que:

[...] queimar uma carta significa destruir o próprio vínculo (amoroso) que ela suporta; conservar as cartas de alguém é preservar a sua própria corporalidade; devolvê-las corresponde a negar-se como destinatário, como pessoa, a negar a sua história; tirar e guardar uma cópia dela pode ser uma forma de auto-afirmação; assim como sabê-la chegada ao destinatário e até tornada do domínio público pode ser vivido como uma manifestação de poder (SILVA, 1998, p.138).

Por outro lado, a constituição de coleções pessoais está envolta em intencionalidade do ponto de vista de perpetuação, já que as coleções não possuem a mesma “naturalidade” dos arquivos e costumam ser formadas pela junção de documentos informais, especialmente egodocumentos, conforme reflete Renato Janine Ribeiro:

Mas há também a atividade de colecionar, não a si, mas a objetos. Em que medida estes constituem, também, arquivos pessoais? Se o arquivo consistir basicamente em textos, e em uma organização de textos dotada, já por seu organizador, de sentido, o contraste entre uma atividade e outra será agudo (RIBEIRO, 1998, p. 40).

Nos casos de arquivos pessoais onde há a existência de uma ordem original e seleção previamente efetuadas pelo próprio titular do acervo, a proveniência e organicidade entre os documentos podem ser mais facilmente percebidas. No entanto, tal situação tanto pode ser favorável ao trabalho dos arquivistas quanto pode torná-lo ainda mais difícil no que se refere a classificação.

O arquivo pessoal do historiador americano Moses Finley⁴⁰ é um bom exemplo de arquivo com organização prévia e supostamente calculada pelo

⁴⁰ O historiador Moses Finley (New York, 1912 - Cambridge, 1986) “nasceu em Nova York em 1912, nomeado Moses Finkelstein. Mudou de sobrenome aos 29 anos por razões desconhecidas. Em 1952 então professor da universidade de Rutgers havia 4 anos, foi convocado a comparecer diante de um subcomitê do Comitê de Segurança Interna do Senado dos EUA acusado de haver formulado uma escola comunista no Institute of Pacific Relations, organismo de pesquisa sediado em Nova York na década de 1930. Tendo se negado a responder sobre sua filiação passada ao Partido Comunista, terminou perdendo ser posto na Universidade em 1953. Foi para a Inglaterra em 1954 e lá permaneceu até 1986, ano de sua morte. Naturalizou-se britânico em 1962.” (PALMEIRA, s/d, p.129).

titular. Curiosamente possui várias brechas causadas por destruição de documentos:

[...] A preservação de alguns documentos e não de outros teria sido em parte decidida pelo titular, embora não se conheçam os critérios seguidos. O que se pode imaginar é que Finley tenha selecionado seus documentos com vistas à reunião futura deles em arquivo. A profusão de textos publicados sobre sua obra desde meados dos anos 1970, assim como sua posição institucional e simbólica na história antiga, indicava-lhe a probabilidade de que ocorresse com seus papéis algo similar ao que sucedera aos papéis de colegas acadêmicos célebres, devidamente arquivados. A Finley se atribui ainda a decisão de constituir um arquivo reacionado quase exclusivamente às suas atividades como “trabalhador intelectual” – não há itens relacionados a círculos familiares ou de amizade, ou melhor, não se encontra algo que não esteja de algum modo relacionado à sua atuação como professor e pesquisador. Trata-se de um arquivo, digamos, “profissional”, o que constitui apenas uma das dificuldades para qualificá-lo como “pessoal” em sentido estrito (PALMEIRA, 2013, 93).

A destruição de alguns documentos por parte do titular é muito comum em arquivos pessoais e causa diversos questionamentos. O que se pode supor é que tal ação revela o não reconhecimento de determinados documentos como importantes e passíveis de serem preservados, enquanto outros são reconhecidos como representativos de atividades ou imbuídos de valores que justifiquem a sua guarda.

O escritor inglês Patrick White⁴¹ tinha como hábito destruir vários de seus papéis pessoais, como forma de evitar que sua vida fosse arquivada algum dia. Era uma eliminação consciente e eletiva, conforme relata:

Meus manuscritos são destruídos assim que os livros são impressos. Ponho muito pouco em cadernos de anotação, não guardo as cartas dos meus amigos e peço que não guardem as minhas; e qualquer coisa que esteja inacabada quando eu morrer deve ser queimada. As versões finais dos meus livros são o que eu quero que as pessoas vejam, e tudo de

⁴¹ De acordo com o site Infobiografias (2017), Patrick White (Knightsbridge, 1912 - Sydney, 1990), ingressou em Cambridge para estudar história, mas decidiu dedicar-se para as línguas modernas. Como escritor, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1973. Foi oficial de inteligência no Oriente Médio durante a Segunda Guerra Mundial. Morou muitos anos na Austrália, e se manifestava contra a participação da Austrália na Guerra do Vietnã, à política anti-Estado em relação aos indígenas e aos danos ao meio ambiente. (INFOBIOGRAFIAS, 2017).

importante para mim estar ali (WHITE, 1994, p.492 Apud McKEMMISH, 2013, p.22).

Mário de Andrade⁴² também deixou claro o desejo de que suas correspondências não fossem publicadas, através de uma carta enviada a Manuel Bandeira, com datação de São Paulo, 25 de janeiro de 1925, onde o escritor disse ao amigo:

As cartas que mando pra você são suas. Se eu morrer amanhã não quero que você as publique. Nem depois da morte de nós dois, quero um volume como o epistolário Wagner-Liszt. Essas coisas podem ser importantes, não duvido, quando se trata dum Wagner ou dum Liszt que fizeram arte também pra se eternizarem. Eu amo a morte que acaba tudo. O que não acaba é a alma e essa que vá viver contemplando Deus⁴³ (ANDRADE, 1925 Apud MORAES, 2001, p. 182).

Seu pedido não fora atendido e algumas de suas cartas chegaram a ser publicadas posteriormente à sua morte.

Entretanto, da mesma forma que há diferença entre coleção e arquivo, também há diferença entre a intenção de publicar uma coletânea de documentos e a de formar um arquivo ou coleção. É de suma importância, tanto para o tratamento arquivístico quanto para preservação da privacidade do titular, que se saiba distinguir ambas intenções, como lembra Bruno Delmas:

Tudo o que é pessoal acaba por assumir caráter sigiloso, o que vale também para os documentos de arquivo. [...] O “sigilo dos arquivos” nada tem a ver com o direito do autor ou produtor de obras literárias ou audiovisuais, nem com a deontologia da informação da mídia, mas com o direito à intimidade e à vida privada. O acesso a um arquivo pessoal depende exclusivamente da autorização de seu proprietário (DELMAS, 2010, p. 59).

Discutir a composição de um arquivo pessoal é tratar sobre um dilema. Se por um lado é comum a destruição de documentos, por outro, o expurgo

⁴² Segundo o site UOL Educação (2017), Mário Raul de Moraes Andrade (09/10/1893-25/02/1945) foi um dos criadores do modernismo no Brasil. De família rica e aristocrática, formou-se no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde seria professor. Na literatura, deixou importantes obras, como: *Macunaíma*; *amar*, verbo intransitivo; *Clã do jabuti*; *Ensaio Sobre a Música Brasileira*; e muitas outras. Morreu de ataque cardíaco, aos 51 anos. (UOL, 2017).

⁴³ Ver carta completa em: Anexo I

nem sempre deverá ser sinônimo de mutilação ou ocasionará brechas, se tratando apenas de uma seleção realizada pelo titular apenas com os documentos que possuem potencial de testemunho e interesse público.

Entretanto, muitas vezes a dispersão de documentos é um fato real em arquivos e pode resultar na inserção de documentos em fundos distintos de seus originais. Isso ocorre com frequência em função do extravio de documentos de seu contexto original de acumulação. Dessa forma, os documentos produzidos e acumulados dentro de uma determinada cadeia burocrática, são ressignificados e estabelecem novas relações orgânicas, como ocorreu no arquivo de Washington Luís Pereira de Sousa⁴⁴.

O fundo Washington Luís, que hoje se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo possui diversos documentos de origem pública, como relatórios e ofícios - conforme exposto no guia da mesma instituição - os quais foram desmembrados de seus conjuntos originais quando o titular exerceu cargos políticos como Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, entre outros. Os documentos acabaram se relacionando com outros em âmbito privado a ponto de estabelecer novas relações orgânicas irreversíveis. Situações como essa são recorrentemente encontradas nos arquivos pessoais, como evidencia Luciana Heymann:

À crítica de que essa metáfora possa conter uma dose de vitalismo, Randolph responde esclarecendo que, longe de ser um objeto autônomo e unificado, o arquivo é formado por múltiplos elementos e possui uma identidade contingente, que pode sofrer desmembramentos ou ser reintegrada de formas

⁴⁴ Segundo o Guia do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Washington Luís Pereira de Sousa (26/10/1869-04/08/1957) Nasceu em Macaé-RJ. "Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Foi promotor público na cidade de Barra Mansa (RJ) entre 1892 e 1893 e, neste mesmo ano, tornou-se sócio de um escritório de advocacia em Batatais (SP). Também em Batatais, foi vereador entre 1897 e 1898 e intendente (prefeito) entre 1898 e 1899. Washington Luís casou-se com Sofia de Oliveira Bastos na cidade de São Paulo em 1900. Foi ainda deputado estadual de São Paulo, de 1904 a 1906; secretário de Justiça, de 1906 a 1912; deputado estadual de São Paulo, de 1912 a 1913; prefeito da cidade de São Paulo, de 1914 a 1919; presidente (governador) do estado de São Paulo, de 1920 até 1924; senador entre 1925 e 1926 e presidente da República entre 1926 e 1930. Devido à Revolução de 1930, Washington Luís viu sua carreira pública interrompida quando teve que se exilar por 17 anos na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, dedicou-se aos estudos de História. Washington Luís faleceu em 4 de agosto de 1957 em São Paulo." (SÃO PAULO, 2017).

diferentes, por meio de novas conceituações (HEYMANN, 2013, p.72).

O primeiro pensamento nesses casos costuma ser o de reestabelecer a proveniência e ordem original dos documentos, ou seja, devolver os documentos a seu conjunto original – o que é algo extremamente complicado, e nem sempre há elementos que possibilitem reestabelecer tal ordem. Além disso, uma vez desmembrados, os documentos podem estabelecer conexões com as outras unidades documentais no fundo ao qual foram inseridos, como no caso do fundo Washington Luís, que por sorte trata-se de um arquivo pessoal de interesse público, pelo fato do titular ter sido político, especialmente por ter sido presidente da República.⁴⁵ Nesse caso, por coincidência, o fundo original dos documentos que foram ressignificados também se encontra hoje no Arquivo Público de São Paulo, de modo que uma possível solução para esse problema seria a construção de catálogos de referência cruzada, onde na descrição do documento se recompusesse essa conexão.

Conforme lembra Costa:

Os arquivos privados classificados como de interesse público, apesar de continuarem a ser bens privados, integram o patrimônio cultural da nação. Essa contradição, aparentemente de difícil solução, tem que ser pensada a partir da idéia do interesse público que, por ser comum a toda sociedade, se sobrepõe aos interesses individuais. No caso da propriedade privada, o exercício desse direito possui limite igualmente previsto no texto constitucional brasileiro, qual seja, sua função social ou sua utilidade pública (COSTA, 1998, p. 197).

Dessa forma, o arquivo de Washington Luís vem a ser um ótimo exemplo, em defesa do que é pregado pelo Total Archives. Pois se por um lado o envolvimento dos documentos públicos ali ocorrera de tal forma que devolvê-lo seria quase que desestruturar o fundo, pelo outro, os documentos ressignificados no fundo continuaram sendo públicos por conta da característica geral do acervo, que é de interesse público, sendo este o laço

⁴⁵ A Lei Federal nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, determina que toda documentação de ex-presidentes deve ser tratada e disponibilizada para acesso público. Conforme: “Art. 3º Os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do § 1º do art. 216 da Constituição Federal [...]”. (BRASIL, Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, grifo nosso).

mais estreito da complementação entre acervos públicos e privados que tanto é destacada e incentivada pelo Total Archives.

A respeito da ressignificação de documentos, Ariane Ducrot revela que:

Pode tratar-se de outros arquivos privados tomados por empréstimo pelo autor do fundo e que ele não tenha restituído. *Se estiverem claramente individualizados e se for conhecido o detentor do fundo de onde provêm, ser-lhe-ão restituídos. Se estiverem misturados com o fundo de quem os tomou de empréstimo, procurar restabelecer a ordem original dos dois fundos seria um remédio pior que a doença.* Em se tratando de arquivos públicos conservados por aqueles que os constituíram no exercício de suas funções, também é preciso deixar as coisas como estão: esses arquivos não têm mais lugar no fundo público a que deveriam ter sido incorporados à época; além disso, se o princípio da propriedade jurídica estiver sendo violado, já que a lei prevê que tais arquivos são de propriedade pública, o da proveniência não o estará (DUCROT, 1998, p.156, grifo nosso).

Sobre os casos complexos de ressignificação de documentos em fundos distintos dos originais e descarte de documentos pessoais e dispersões é preciso que haja severos estudos e reflexões, para que a integridade do fundo não se abale, como ressalta Ana Maria Camargo:

A integridade do fundo fica, em geral, bastante comprometida depois de determinadas práticas seletivas no âmbito dos arquivos pessoais. Admitida como operação rotineira nos organismos públicos, a avaliação começa hoje a ser encarada como estratégia racional que, a par do descarte de documentos redundantes, procura garantir a permanência de um núcleo representativo da entidade produtora, capaz inclusive de espelhar a própria dinâmica da acumulação ao longo do tempo, em termos proporcionais. Mas os arquivos pessoais estão bem longe desses procedimentos e da justificativa maior que os anima, a saber, a manutenção da qualidade probatória dos documentos em relação às atividades de que se originaram (CAMARGO, 2009, p.30).

Enfim, arquivos pessoais e documentos pessoais devem ser analisados de forma crítica para que não se tornem simples coleções e para que sobretudo, as coleções possam ser identificadas e diferenciadas dos mesmos. É preciso acima de tudo que se compreendam os arquivos pessoais como arquivos de fato e que como tal, requerem seleção:

[...]pois se, como observava G. Perec, "existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. [Se] Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia", não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios.

Por quê? Primeiro, porque a perda é induzida por certas práticas (a correspondência, por exemplo, é por natureza uma escrita perdida). Depois, porque dessa vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos (um diário íntimo, por exemplo, é por definição uma seleção e não é jamais exaustivo). Enfim, porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias (ARTIÈRES, 1998, p.9-10).

A eliminação, exposição, ou até mesmo a ressignificação de documentos em arquivos pessoais não devem ser vistas com estranhamento, pois fazem parte da realidade dos arquivos. Como produto social, os arquivos, as formas de documentar e suas funções estão sempre se renovando, sempre em movimento. Trata-se de algo comum à realidade do meio arquivístico.

5.3 O dilema dos tipos documentais em arquivos pessoais

Em arquivos pessoais o que faz com que documentos não diplomáticos sejam considerados como documentos de arquivo é o mesmo que caracteriza todo e qualquer documento de arquivo, proveniência e organicidade. Pode parecer estranho, mas o que justifica a existência de determinado documento em meio a um arquivo pessoal – acumulado em razão de interesse de seu titular, sem vínculos explícitos com fatores como produção ou uso – é sua contextualização dentro do fundo arquivístico ao qual pertence. Isoladamente, muitos documentos não fariam sentido algum em um arquivo, poderiam formar ou constituir no máximo coleções. Mas a proximidade e intimidade de suas relações com as demais unidades une-os de tal forma que um passa a relacionar-se organicamente com o outro.

Introduz-se nesta altura a questão do documento histórico. Para reduzir um complicado problema à sua mínima expressão, no nível empírico pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há, em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. *No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação.* Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. - este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica (MENESES, 1998, p.95, grifo nosso).

Dessa forma, é importante lembrar que como documento de arquivo, podemos considerar qualquer documento produzido/recebido em função de uma atividade. De modo que nessa definição podem-se incluir documentos tridimensionais e informais de modo geral:

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca (CAMARGO, 2009, p 28).

O fato dos arquivos pessoais serem constituídos por uma grande variedade de documentos, que muitas vezes não se enquadram nas tipologias tradicionais, contribui para o não reconhecimento desses como arquivos. Além de que a organização em função da vida do produtor, muitas vezes ignora a teoria arquivística e os afasta dos demais documentos do fundo – os documentos formais – o que compromete a organicidade arquivística:

[...] ganham o estatuto de documentos de arquivo por força do instrumento a que estão vinculados. Uma vez rompidos esses vínculos, os objetos, em sua maioria, deixam de ter o mesmo significado. Escapam dessa condição apenas aqueles que explicitam suas funções e trazem gravadas as circunstâncias em que as exerceram, como as placas de homenagem, os troféus, as condecorações e as insígnias, tão comuns nos arquivos pessoais. Se a estabilidade de sentido é uma das características que diferenciam os arquivos de outras instituições de custódia, como os museus, a impossibilidade de garanti-la faz com que os objetos percam o próprio estatuto documental (CAMARGO, 2011, 160-161).

Contudo, realizar tal análise é algo complexo e requer de metodologia específica, aliás, é nesse ponto que a Identificação Documental se faz tão essencial para compreender as especificidades dos arquivos pessoais e tratá-los, especialmente para que se compreendam os ditames entre proveniência e procedência e sua relação com o direito de propriedade dos documentos.

Assim, como ressalta Eliane Vasconcellos, no caso das cartas, o direito de propriedade é do destinatário e cabe a ele resolver seu destino:

A carta torna-se propriedade do destinatário, e a este cabe optar quanto ao destino que dará ao documento: ou lê e destrói, ou guarda consigo, muitas vezes deixando-as para a posteridade. Neste caso, cabe aos seus herdeiros defender a reputação do morto. Normalmente, os que guardam cartas são pessoas letradas, que têm consciência do valor informativo nelas contido. [...] Quando tomadas como documento, elas devem ser comparadas a outras cartas e a outros documentos, pois se deve desconfiar sempre da sinceridade epistolar. No momento em que a carta é publicada, ela adquire um novo status: este documento que supostamente diz a verdade, este testemunho da esfera do privado passa a ser olhado por todos e a crítica pode agora opinar sobre as informações que ali

aparecem representadas. Algumas vezes seus autores mudam de opinião ou de pontos de vista e cartas escritas em determinada época são até repudiadas mais tarde. Na carta o signatário fala ao seu interlocutor como se este estivesse presente e, mais do que isto, por detrás da máscara, diz certas verdades ou expõe certos pensamentos (VASCONCELLOS, 2012, p. 40-41).

Arquivos pessoais costumam ser constituídos por diversos tipos documentais não diplomáticos e ocasionalmente até mesmo por documentos em suportes não convencionais, o que torna ainda mais difícil distinguir um arquivo pessoal de uma coleção. O que define um conjunto documental como arquivístico é dentre outras coisas, a peculiaridade de suas relações entre os demais documentos do mesmo fundo.

Se a abordagem contextual coloca no mesmo patamar, para os arquivistas, documentos de natureza diversa (inclusive aqueles que, por tradição e em razão de seu formato, são sempre encaminhados para bibliotecas e museus), não os isenta da difícil tarefa de identificá-los. [...] (CAMARGO, 2015, p.17).

Assim, alguns documentos cujo suporte, formato ou tipo não são convencionais, tais como roupas, joias, livros, pertences de uso pessoal em geral, entre outros, podem fazer parte de um arquivo pessoal. Contudo, para tanto devem relacionar-se organicamente com os demais documentos do fundo ao qual pertencem.

De acordo com Camargo (2015, p. 16), a tendência a se chamar esse tipo de objeto de tridimensional é equivocada, pois se formos considerar o conceito exato de tridimensional, até mesmo o papel possui tridimensionalidade. Ainda segundo Camargo (2011, p.158), a melhor definição para esse tipo de documento seria utilizar o termo *reália*,⁴⁶ muito empregado na biblioteconomia para designar “objetos coletados na natureza (pedras, conchas, insetos etc.) e também àqueles fabricados pelo homem, artesanal ou industrialmente, em contraponto ao que é literatura ou ao que é réplica.”

⁴⁶ Reália: “(Do latim *realia*) objetos, coisas autênticas que existem de fato, como, p. ex.: amostras, artefatos e modelos. Ant: réplica; espécimes. < > artefato, objeto, réplica.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 306).

Porém, deve-se considerar também que nem todos os documentos emitidos em suporte não convencional podem ser compreendidos como *reália*. Por vezes, documentos diplomáticos não são emitidos em papel, sem alterar seu tipo documental ou vínculo arquivístico.

Camargo (2015) menciona um exemplo de documento em suporte não convencional que não pode ser compreendido como *reália*, pois se enquadra a um tipo documental diplomático. Trata-se de um diploma de honraria concedida ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela Prefeitura Municipal de Arapiraca (AL), em 1998. De acordo com a autora:

[...] ambíguos são os documentos que, apesar de sua estrutura convencional, são registrados em suporte distinto do papel. Não teria cabimento considerá-los *realia* apenas em razão do material em que foram gravadas as informações que lhes dão sentido. A Comenda Coronel Esperidião Rodrigues, com que foi agraciado o presidente, é certificada por espécie em metal, aplicada em base de acrílico. Trata-se de documento do gênero textual, como tantos outros, e de diploma, que é título pelo qual se confere cargo, dignidade, habilitação ou proficiência a uma pessoa. *A solenidade do suporte não pode obscurecer a natureza do documento, cuja linguagem e fórmula não deixam margem a dúvidas* (CAMARGO, 2015, p. 23, grifo nosso).

Do outro lado estão os documentos informais – grupo do qual faz parte as *reálías*. Porém, nem todos os documentos informais são exatamente *reálías*, a maioria dos documentos informais se caracteriza como egodocumentos veiculados em suporte de papel. Porém, o sentido que ambos assumem na composição do arquivo é complexo e ocorre de forma semelhante.

Os documentos informais em arquivo - sejam eles *reálías* ou não - se caracterizam por não possuir potencial valor probatório jurídico em razão de sua função original. Entretanto por questões relativas à acumulação e ao contexto, adquirem valor arquivístico e relacionam-se organicamente. Sobre estes, destaca-se que:

No caso de escritores, artistas plásticos, cientistas, políticos e outros indivíduos cuja produção tenha alcançado a “nobreza cultural” de que nos fala Bourdieu, as instituições de custódia manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra: esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc.

A suposição de que tais documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões passa então a justificar a cisão entre o que se julga extremamente relevante para a pesquisa (a obra e suas formas) e o que é secundário, a ponto de ser descartado. Muitas das operações seletivas que integram o protocolo de aquisição chegam a rejeitar in limine certas espécies, destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor (CAMARGO, 2009, p. 29).

Em casos específicos, como os de arquivos de estilistas, documentos pré-originais, comumente tidos como secundários, ocupam papel central, diferentemente do que costuma ocorrer em outros arquivos. Nesses casos, documentos como os pré-originais devem ter sua preservação em foco tanto quanto a dos originais, uma vez que estes é que irão permitir o amparo para que outras criações surjam.

Para um estilista, guardar um exemplar de cada peça confeccionada é algo inviável e nesse caso específico, o documento original não seria capaz de dizer tanto a respeito do processo criativo quanto seus blocos de croquis e esboços. Ou seja, apesar de não ser o original, é o croqui que é incumbido da função de expor o trabalho e ideias. Contudo, nem sempre esse sentido fica claro nos arquivos pessoais, conforme sugere Ana Maria Camargo:

Nem todos os manuscritos encontrados num arquivo pessoal constituem estágios anteriores de um texto cuja versão final foi publicada ou se destinava a publicação. Quando podemos ligar o rascunho ao discurso, ao artigo, ao ensaio, à carta, ao relatório ou à tese, trabalhamos com o conceito arquivístico de forma, ou seja, identificamos as etapas de preparação e transmissão do documento. Às vezes é impossível estabelecer nexos de sentido entre tais manuscritos e as diferentes atividades a que se dedicou o titular do arquivo, especialmente quando se trata de anotações informais, marcadas pela espontaneidade (CAMARGO, 2015, p.25).

Aliás, a respeito de arquivos pessoais de estilistas é interessante lembrar que o produto final gerado a partir de esboços e croquis entre outros documentos, é a peça de vestuário, que pode ser única ou múltipla, e também pode se fazer presente como *reália*.

Porém, os objetos de uso pessoal, como peças de vestuário, joias, entre outros, podem ser encontrados em arquivos pessoais independentemente de

estes serem de estilistas ou não, mas antes em função de como se relacionam com o restante do acervo e da carga informacional que carregam, conforme já fora mencionado.

Além de relacionarem-se com a memória e trajetória de seu proprietário, as peças de vestuário também podem dizer muito a respeito de uma sociedade, demonstrando sua cultura, economia, modo de vida, etc. Conforme ressalta Peter Stallybrass:

[...] Pensar sobre a roupa, sobre roupas, significa pensar sobre memória, mas também sobre poder e posse. Comecei a ver o quanto a Inglaterra da Renascença era uma sociedade da roupa. Com isso, quero dizer não apenas que sua base industrial era a roupa e, em particular, a manufatura da lã, mas também que a roupa era a moeda corrente, muito mais que o ouro ou a moeda. Ser um membro de uma casa aristocrática, ser um membro de uma guilda, significava vestir-se de libré, significava ser pago, sobretudo, em roupas. E quando um membro de uma guilda tornava-se livre, dizia-se dele, ou mais raramente dela, que tinha sido "vestido" (STALLYBRASS, 2008, p.12).

Além dos objetos de uso pessoal, há as *reálías* que são acumuladas em função de recebimento de mérito em eventos diversos, como medalhas e troféus, muito comuns aos arquivos pessoais de cientistas que, segundo explica Maria Celina Soares de Mello e Silva (2014, p.37), tem uma produção documental muito ampla. De acordo com Anne Cooke (1991) quando os documentos não são textuais, mas tem uma relação intrínseca com a instituição, eles podem tanto fazer parte de um acervo museológico quanto arquivístico, sem causar problemas, como pode ocorrer com placas comemorativas, troféus, medalhas, flâmulas, etc.

Em relação a fotografias, apesar de não ser um tipo de documento restrito aos arquivos pessoais, se coloca em um dilema ainda maior quando inseridas em conjuntos documentais pessoais, pois a identificação da relação orgânica com os demais documentos pode ser complexa. Aline Lopes Lacerda considera que:

Na bibliografia sobre arquivos fotográficos, de modo geral, poucos trabalhos se detêm sobre a natureza e constituição nos domínios público e privado. A maioria gira em torno de regras e métodos de tratamento técnico, ou sobre a conservação e preservação desses registros. Ainda hoje se discute se as fotografias deveriam ser consideradas documentos de arquivo, considerando que sua forma de constituição estaria mais próxima dos itens de coleção. Em resumo, documentos fotográficos ainda são vistos como “especiais”, tanto na área arquivística quanto na dos estudos históricos que se servem dela como fonte ou objeto (LACERDA, 2013, p.57).

Assim, em arquivos pessoais a contextualização de alguns documentos ocorre não por espontaneidade como é comum, mas por ressignificação desses documentos, desvendando sua relação com as demais peças do fundo e estabelecendo vínculo arquivístico. Conforme destaca Sue McKemmish:

Sua capacidade de funcionar em múltiplos papéis depende do modo como definimos e gerenciamos esses registros e dos contextos em que os situamos – como registro público ou privado, como objeto de museu ou como obra de arte. Em um mundo virtual, podemos situá-los simultaneamente em múltiplos contextos, tornando possível que desempenhem papéis variados – a canção como performance e registro oral; o diário como registro e publicação; um edifício como parte de um sítio histórico e de um arquivo; registros do governo como componentes de arquivos pessoais e públicos; uma pintura rupestre como arte e arquivo... (McKEMMISH, 2013, p. 26).

Enfim, o contexto, acumulação e uso de fato são de suma importância para o papel que os documentos irão desempenhar. Desse modo, é a partir deles que documentos informais podem se inserir em arquivos públicos e especialmente nos pessoais, devido à aquisição de valor probatório, e/ou na maioria das vezes, valor de testemunho:

Como a autenticidade se sobrepõe ao conteúdo informativo dos arquivos – é a ela que corresponde a “verdade” particular e estrita que os profissionais da área encontram no vínculo entre as diferentes espécies e seu contexto de origem –, o valor probatório dos documentos continua a recair, com exclusividade, sobre as ações de que se originaram. E a regra é válida para toda e qualquer espécie: das anotações em fichas às mais elaboradas formas discursivas da subjetividade (as autobiografias, por exemplo), dos croquis e esboços à

explicação circunstanciada de um quadro e seus padrões de intenção (CAMARGO, 2009, p. 35).

Nesse ponto, a arquivística recorre à Diplomática, onde se pode descobrir a autenticidade documental, definindo quais aspectos envolvem essa questão. A Identificação Documental muito tem a contribuir para isso, uma vez que se vale do método diplomático para sua aplicação.

5.4 Aspectos da Identificação Documental em arquivos pessoais

Os arquivos pessoais são importantes para a esfera social como um todo, conforme demonstra o Total Archives. Porém, definir padrões para os tipos documentais de arquivos pessoais é ao mesmo tempo um desafio e um risco, considerando a grande diversidade de situações. Ainda que haja fatores comuns entre distintos arquivos pessoais, a individualidade de como se constituem os conjuntos documentais é o que marca cada um deles.

Contudo, Aline Lopes Lacerda acredita que seja necessário o estabelecimento de tipo de padrão:

[...] os registros provenientes da dimensão mais privada da vida do indivíduo carecem ainda de uma investigação que delimite um padrão de comportamento responsável pela produção e pela acumulação de diferentes formas documentárias, típicas da vida privada. (LACERDA, 2013, p. 60).

Talvez a solução não esteja necessariamente em encontrar um padrão, mas uma metodologia que possibilite que se recuperem as características da produção e acumulação de documentos de acordo com o caso.

Seguindo esse pensamento, a Identificação Documental pode contribuir para evidenciar o que, efetivamente, é espontâneo em um arquivo pessoal. Considerando que se ampara na gênese documental, tem a capacidade de elucidar os diversos questionamentos que rondam os arquivos de origem particular, tal como as dificuldades em se entender a complexidade dos tipos documentais, definir a proveniência e distinguir os documentos de arquivo dos demais tipos de documentos.

Como questiona Heloísa Bellotto, identificar a gênese de documentos pessoais não é algo simples. Se a aplicação da Identificação Documental por si já é uma atividade que requer profundidade de estudos, a mesma em arquivos pessoais é um desafio:

Para identificar um documento é preciso que o profissional se concentre “na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos com seu criador e com seu próprio conteúdo”, só assim chegará à sua verdadeira natureza no dizer de Luciana Duranti (1995). Mas como conseguir essa identificação se, no caso dos documentos privados das espécies e dos tipos inusitados, pouco se poderá saber do contexto de produção e da aplicação? (BELLOTTO, 2015, p.280).

Paradoxalmente, a Identificação Documental em arquivos pessoais vem como aliada para lidar com diversas dúvidas. Baseada na produção documental e Tipologia Documental, esta busca elementos que revelem a identidade arquivística. A principal delas é em relação às características que fazem de um arquivo pessoal de fato um arquivo e não uma coleção. Cabe aqui lembrar que Theodore Schellenberg (2006, p.270) usa o termo coleção para definir os arquivos pessoais, segundo ele “As coleções de papéis privados dividem-se em dois tipos que podem ser diferenciados pela maneira pela qual eles vieram a existir. São: a) coleções naturais ou orgânicas, e b) coleções artificiais.”

Apesar de o autor diferenciar as coleções entre naturais e artificiais, permitindo compreender que as primeiras correspondem ao que entendemos como arquivos pessoais e as segundas à acumulação calculada de documentos por particulares, o uso do termo coleção se deve ao fato de muitas vezes as traduções serem literais, o que pode ocasionar problemas de compreensão. Desta forma, a análise do contexto e organicidade dos conjuntos documentais é crucial.

O estabelecimento do contexto entre os documentos em arquivos pessoais ocorre muitas vezes por meio de ressignificação dos mesmos com os demais. Nesse âmbito, a Identificação Documental serve como aliada ao estabelecimento do nexos existente entre os documentos, pois a mesma se pauta na recuperação da proveniência, passando por todos os elementos

inerentes a um arquivo. De maneira que é isso que a faz tão importante para evidenciar e diferenciar as características de um arquivo pessoal. De acordo com Theo Thomassem:

O contexto de proveniência é mais social do que institucional ou funcional, e pode ser mais bem descrito em termos de interação social do que em termos de funções de negócios (THOMASSEM, 2012, p. 24).

A investigação da proveniência em arquivos pessoais potencializada pela Identificação Documental traz a contextualização dos arquivos pessoais com seu meio. Ou seja, evidencia as relações existentes entre os documentos de arquivo, independentemente e além de sua categoria, conforme propõe a teoria do Total Archives.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção documental enquanto fruto das diversas formas de relações sociais, se caracteriza como um processo complexo. Assim, para que se possa compreender a funcionalidade dos registros documentais, a Arquivologia deve se amparar em estudos específicos sobre Identificação Documental e Tipologia Documental.

Conforme Sue McKemmish:

Produzir e manter registros atesta nossas vidas, evidencia, representa e memorializa nossas interações e relacionamentos; e nos situa no mundo. Mas, assim como os indivíduos que foram objeto das biografias de Holmes, também os registros são como as partículas subatômicas, definíveis somente em termos de um movimento ondulatório – jamais se encontram em toda a sua complexidade em qualquer lugar ou tempo específico, e são definíveis apenas em termos de relações contextuais e documentais múltiplas e dinâmicas. Sob esse ângulo, os registros são como objetos dinâmicos – fixados somente se seu conteúdo original e sua estrutura forem representados -, “em constante evolução, sempre em mutação” (Cook 1997, p. 20), ligados como estão a outros registros e a camadas sempre crescentes de metadados contextuais, que respondem por seus significados e permitem que sejam acessados e usados enquanto se deslocam pelo espaço-tempo. Da mesma forma, o arquivo empresarial ou pessoal e os arquivos coletivos estão em constante evolução e mudança de formato (McKEMMISH, 2013, p.29-30).

Conforme foi apresentado nesta dissertação, há casos em que alguns documentos adquirem função diferente da que tinham originalmente. Estes representam casos ambíguos e intrigantes para a Arquivologia, sendo que a maioria destes pode ser representada pelo caso de objetos ditos *reália* e outros documentos não oficiais que em sua função original não possuíam potencial para documento arquivístico, mas por conta de sua interação com o fundo documental adquirem valor arquivístico e passam a relacionar-se organicamente com os demais documentos do fundo, de forma a integrá-lo. Há também os casos de documentos que tem sua proveniência ressignificada em fundo documental distinto de seu original, dificultando tanto a compreensão de

seu papel no fundo arquivístico em que se inseriram quanto a respeito de qual tratamento arquivístico que lhe deve ser dado. Trata-se de situações comuns em arquivos pessoais, as quais evidenciam a mensagem do conceito de Total Archives, uma vez que o elo que integra os documentos arquivísticos está acima de qualquer clichê atribuído a respeito da formação de arquivos.

Nesse sentido, a Identificação Documental representa uma grande aliada a Arquivologia, pois possui caráter investigativo, o que possibilita que esta se aplique às diversas realidades de arquivo. Tal caráter é reflexo de sua relação com a Diplomática – uma troca mútua – já que tem contribuído também para o desenvolvimento dos estudos de Tipologia Documental. Em arquivos pessoais a Identificação Documental serve ainda para elucidar questões ligadas à proveniência, posto que se trata de um estudo investigativo que se molda a cada realidade específica, buscando recriar os passos e relações dos documentos desde o momento de sua gênese até seu destino final, a fim de compreender sua razão de ser.

Apesar das diferenças conceituais existentes a respeito da Identificação Documental entre a corrente brasileira e espanhola, a aplicação desta é de grande importância para disseminar o potencial dos arquivos pessoais e distingui-los, pois propõe uma análise minuciosa. Contudo, o avanço dos estudos da temática, buscando sanar os embates e diferenças existentes entre as correntes, em direção a um consenso, pode ampliar o alcance da Identificação Documental. Resultando assim, em sua melhor aplicação, bem como em uma maior aproximação com a produção, o que poderia amplificar seu potencial investigativo, sobretudo em arquivos pessoais.

Os tipos documentais presentes em arquivos, tem se tornado cada vez mais variados, sem contar as mudanças constantes que ocorrem com os suportes e formatos documentais sob influência da pós-modernidade e seus avanços tecnológicos, entre outras coisas. Heloísa Bellotto chama atenção para o fato de que para fazer-se valer a proposta do Total Archives, precisa-se nos desprender de alguns padrões que nos são impostos, tal como o enfoque em espécies, tipos documentais e suportes específicos:

E se pensarmos na questão dos "arquivos totais", será que vale a pena, ainda, pensarmos na estrita diferenciação das espécies e tipos documentais, característicos da velha e não da nova diplomática, pondo de lado os documentos derivados da criação artística ou literária, por não terem nascido de uma "necessidade utilitária" ou funcional? No item que se segue, a autora declara que aqueles documentos resultantes do que chamamos de trabalho de documentação colocam, às vezes, problemas delicados para serem resolvidos. Isso também já não estaria ultrapassado? Na sua exemplificação, Mme. Ducrot faz diferenças meticulosas entre certas espécies documentais constantes de acervos pessoais: o caso do mapa da expedição geográfica (autorizado a integrar o acervo); os recortes de jornal (proibidos de integrar o acervo); coleções de documentos históricos não resultantes de acumulação natural (dê-se-lhes tratamento biblioteconômico); livros integrando arquivos pessoais (idem); objetos integrando arquivos pessoais (recusase-lhes um lugar nos "arquivos totais", passando-se-os aos museus) etc.(BELLOTTO, 1998, p. 206).

O que define se um documento é de arquivo ou não, se constitui fundo ou coleção, não é seu suporte e nem seu tipo. Mas sim o contexto, suas relações com outros documentos. Além da organicidade, o que caracteriza um documento como arquivístico é sua proveniência – a qual muitas vezes pode ser atípica e possuir pormenores que a tornem difícil de definir.

É importante ressaltar que a variedade de suportes, formatos, tipos... é uma realidade dos arquivos pessoais, mas não é exclusiva destes, podendo ocorrer em arquivos institucionais. O processo burocrático também prevê a criação e incorporação de documentos em suporte diferenciado, como *reálías*, e de tipos documentais que não estão previstos na administração. De modo que para distinguir esses documentos e reconhecer seu caráter arquivístico é essencial a contribuição da Identificação Documental.

As dúvidas em relação a como tratar determinados tipos documentais tem relação com a verdade assegurada pelos padrões dos documentos formais, na qual se pauta a Diplomática, pois muitos documentos informais não possuem características que assegurem elementos como autenticidade e genuinidade. Entretanto, tais padrões têm se modificado muito e se tornado cada vez mais flexíveis.

Deve-se atentar para o fato de que os documentos de arquivos pessoais, como os de todas as outras origens, necessitam de avaliação. Assim, o fato de o titular do acervo descartar alguns documentos nem sempre deve ser visto como uma mutilação ao mesmo. Dependendo de características como o tipo documental do documento eliminado, relação contextual com as demais unidades documentais, valor jurídico, prazo prescricional de sua função, entre outras coisas, a eliminação é absolutamente cabível e até mesmo necessária. Um titular que guarda tudo quanto possível, sem restrições, apresenta tendência a ser um acumulador.

Por outro lado, documentos não oficiais não devem ser descartados em função de seu suporte, formato, ou tipo documental não serem tradicionais. Dependendo do contexto em que se encontram e dos elementos que os envolvem, estes podem não apenas estabelecer organicidade, mas possuir valor probatório e/ou valor de testemunho, e serem reconhecidos até mesmo judicialmente.

Assim, tanto os casos de incorporação de tipos documentais diferenciados, quanto os casos de incorporação de documentos de outros fundos, são comuns aos arquivos pessoais. Em ambos os casos é o contexto que define as características arquivísticas do documento. Entretanto, o estabelecimento de contexto em virtude dessas questões representa uma linha tênue entre a formação de acervo arquivístico e a construção de coleções.

É por isso que a Identificação Documental se faz tão importante para os arquivos pessoais, pois através de sua metodologia estuda a proveniência e a tipologia, ambos fatores que explicitam o contexto arquivístico - evitando equívocos.

Em suma, a Identificação Documental é de extrema importância para a organização de arquivos pessoais, pois este tipo de acervo costuma ter uma produção e acumulação documental muito variada, podendo muitas vezes ser difícil distingui-los de acervos institucionais ou de coleções.

REFERÊNCIAS

ARGUELLO GARCIA, Pedro María. Tendencias recientes em la investigación del arte rupestre en suramérica. Una síntesis crítica. **Arqueología Suramericana**, v. 4, n. 1, p. 53-75, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/6070495/Tendencias_recientes_en_la_investigacion_del_arte_rupestre_en_Suramerica._Una_sintesis_critica>. Acesso em: 03 fev. 2016.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998: Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências**. Org. Isabel Travancas, Joelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

BEYEA, Marion. A Favor de Normas para a Prática Arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, 2007, p. 31-38. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/69/69>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV Editora, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos históricos**, v. 11, n. 21, p. 207-207, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202_18-07>. Acesso em: 18 jul. 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002a. Disponível em : <<https://pt.scribd.com/doc/51319150/BELLOTTO-Heloisa-Liberalli-Arquivistica-objetos-principios-e-rumos-Sao-Paulo-Associacao-de-Arquivistas-de-Sao-Paulo-2002>> . Acesso em: 05 out. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002b.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: **Dar nome aos documentos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 1998. Disponível em: <http://www.argsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

BLOM, Philipp. **Ter e manter: Uma história íntima de colecionadores e coleções**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BONAL ZAZO, José Luis. **La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas**. Gijón: Trea, 2001.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20term%20arquiv.pdf>>. Acesso em 22 dez. 2014.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Manual de levantamento da produção documental**. Rio de Janeiro, 1986.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991**. Diário Oficial da União, de 6 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=97&sid=52>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 8.935, 18 de novembro de 1994**. Diário Oficial da União, de 21 de novembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8935.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. **Estudos Históricos**, v.11, n. 21, p.43-58, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 26-39, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2065>> Acesso em: 11 ago. 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre espécies e tipos documentais. In: **Dar nome aos documentos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1o, São Paulo, 25 e 26 de novembro de 2010. **Anais**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 157-165. Disponível em: <biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/publicacoes/index.php/sim/article/download/.../23> . Acesso em: 19 set 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CARTER, Rodney G.S. Ocular Proof: Photographs as legal evidence. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 69, p. 23-43, 2010.

CARUCCI, Paola. **Le fonti archivistiche: ordenamento e conservazione**. Roma: La Nuova Itália Scientifica, 1983.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luísa. La investigación en los archivos. Evolución de su contexto y contenido. **ARBOR**, v.CLXXXII, n.717, p. 32-37, jan. /fev. 2006. Disponível em: <<http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/5/5> > Acesso em: 01 dez. 2013.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós- Moderno. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

COOK Terry. Entrevista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012. Disponível em: < www.revistas.usp.br/incid/article/download/48658/52729 >. Acesso em: 12 jun. 2014.

COOK, Terry. The concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions.In: **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists. Canadá, n.35, 1993, p.24-37. Disponível em: < <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11882/12835>>. Acesso em: 23 set. 2016.

COOK, Terry. The Tyranny of the Medium: a Comment on “Total Archives”. **Archivaria**, n.9, p.141-149, 1979. Disponível em: < <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12566/13724> >. Acesso em: 15 dez. 2014.

COOKE, Anne. What do I do with the rowing oat? The Role of Memorabilia in School Archives. **Archives and Manuscripts**, vol. 19, n. 1, maio/1991.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.189-199, 1998. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205> >. Acesso em: 11 ago. de 2013.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Diccionario de Archivística**. Madrid: Alianza. 2011.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundacion German Sanchez Ruiperez. 2003.

CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza; OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. A função de avaliação na gestão documental em hospitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 206-225, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/633/670>>. Acesso em: 9 mai. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística : Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 77-92, 2007. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/74/74>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELMAS, Bruno. Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações. In: **Dar nome aos documentos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel Problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 13-22, jan/dez 2007. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/67/67>>. Acesso em 06 mai. 2016.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/305212028/Michel-Duchain-o-Respeito-Aos-Fundos>>. Acesso em: 25 set. 2016.

DUCROT, ARIANE. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2059>>. Acesso em: 11 ago. de 2013.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, nº13, p.49-64, jan./jun. 1994.

DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona (Sevilla): **Asociación de Archiveros de Andalucía**, 1996.

FERREIRA, Letícia Elaine. **O fundo de arquivo e o princípio de proveniência: uma observação entre a teoria e prática**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-Atom como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria-RS. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf_33> Acesso em: 03 nov. 2015.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2060>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

FOX, Michael. Por que Precisamos de Normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, 2007, p. 23-30. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/68/68>>Acesso em: 06 mai. 2016.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **Typologie des documents des organisations: de la création à la conservation**. Québec: Open de L'Université Du Québec, 1998.

GALENE DIAZ, Juan Carlos; GARCIA RUIPEREZ, Mariano. El concepto de documento desde uma perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y documentación**, 2003, 13, n. 2, p.7-35.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**, v.11, n. 21, 1998, p.121-127. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 1998. Disponível em: <<http://simagestao.com.br/blog-post/como-classificar-e-ordenar-documentos-de-arquivo/>>. Acesso em 08 fev. 2017.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; NETO, Mario Furlaneto. **Aspectos jurídicos e diplomáticos dos documentos eletrônicos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

GUYOTJEANNIN, Olivier. The Expansion of Diplomatics as a Discipline. **American Archivist**, v. 59, fall 1996.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **El principio de procedência y los otros principios de la archivística**. Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: AAB, vol. 6, nº 2, jul/dez 2007. p.25-50.

HEREDIA HERERA, Antonia. Nuevos archivos, nuevos documentos. **Boletín de la ANABAD**, v.38, n.4, 1988, p.349-354. Disponível em: <

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798875>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In.: **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências**. Org. Isabel Travancas, Joelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**, 1997, n. 19, p.41-66. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2041>>. Acesso em: 11 de ago. de 2013.

INFOBIOGRAFIAS. **Biografia Patrick White**. Disponível em: <<http://pt.infobiografias.com/biografia/35849/Patrick--White.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação digital e seus dez mandamentos. In: Santos, Vanderlei Batista dos. **Arquivística: temas contemporâneos**. 2ª ed: Distrito Federal: SENAC, 2008.

JAMESON, Frederic. **A virada cultural: reflexões sobre o pós- moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, v.28, n.2, 2015, p.19-50.

LACERDA, Aline Lopes de. A imagem nos arquivos. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências**. Org. Isabel Travancas, Joelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento. In: **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LOPES, Luiz Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, n. 22-23, p. 37-43, 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5068/1/1998-22-37.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. La Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 1996.

McKEMMISH, Sue. Provas de mim...Novas considerações. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências**. Org. Isabel

Travancas, Joelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística. In: **Documenta & Instrumenta**. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v.1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>> Acesso em: 11 jun. 2014.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89- 104, 1998 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2067>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

MILLAR, LAURA. Discharging our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada. **Archivaria**, n.46, 1998. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12677>> Acesso em: 23 set .2016.

MORAES, Marcos Antonio de.
Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOURA, Maria Madalena Arruda de; GARCIA, Machado. Os Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p.175-187, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Izabel de. Classificação e Avaliação de Documentos: Normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, 2007, p. 125-132. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/78/78>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

PALMEIRA, Miguel Soares. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos Finley Papers. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências**. Org. Isabel Travancas, Joelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

PALMEIRA, Miguel Soares. Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica. **Revista Vernáculo**, n. 8-9-10, s/d, p. 129- 14. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18476/12023>. Acesso em: 05 abr 2017.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. **Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais**. Associação dos Arquivistas de São Paulo, São Paulo, 2012.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. **Obrigações, Controle e Memória: Aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082012-090854/pt-br.php>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 105 – 119, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/20642064/1203>>. Acesso em 06 jun. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068/1207>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/fr.php>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In.: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012, GT 2: Organização e Representação do Conhecimento, 2012. **Anais**. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3687/2810>>. Acesso em: 02 fev. 2017..

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística: subsídios para construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, vol. 4, n. 1, 2011a. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/44/81>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. **Identificação: uma nova função arquivística**. Revista EDICIC, v.1, n.4, p. 109- 129, Oct./Dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=79&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de La Diplomática: ciencia de La autenticidad de los documentos. In. **Archivística y Archivos: diplomática de ahora mismo**. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994 p 13-49.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: Santos, Vanderlei Batista dos. **Arquivística: temas contemporâneos**. 2ª ed: Distrito Federal: SENAC, 2008.

SÃO PAULO, Arquivo Público do Estado. **Guia do Acervo**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia/guia_antigo>. Acesso em: 10 out. 2016.

SHELLENBERG, Theodore. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares, 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SILVA, Manuela Parreira. Para uma teoria da prática epistolar pessoana. In: **Correspondências**. Lisboa: Colibri, 1998.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.849-861. Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: Santos, Vanderlei Batista dos. **Arquivística: temas contemporâneos**. 2ª ed: Distrito Federal: SENAC, 2008.

SMIT, Johanna W. Gêneros textuais emergentes do/no discurso eletrônico digital: um balanço crítico de Sérgio Roberto Costa. In: **Dar nome aos documentos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

STALLYBRASS, Peter. O casaco de Marx: roupas, memória, dor. ; tradução de Tomaz Tadeu. - 3. ed. - Belo Horizonte: **Autêntica Editora**, 2008. Disponível em: <<https://exnemusbrasil.files.wordpress.com/2013/11/32326876-casaco-de-marx.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

STARN, Randolph. Truths in the archives. **Common Knowledge**: Duke University, v. 8, n. 2, 2002, p. 387-401. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/ckn/summary/v008/8.2starn.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

TAMAYO, Alberto. **Archivística, Diplomática y Sigilografía**. Ediciones Cátedra, Madrid, 1996.

TESSIER, GEORGES. La Diplomatie. In: **L'Histoire et ses méthodes**. Paris, Presses Universitaires de France, 1952.

THOMASSEM, Theo. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 15 - 32, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2012_11_JULHO-A-DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

TROITIÑO, Sonia. Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. **Scire**, p.65-72, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/3998/3641>>. Acesso em 07 out. 2016.

TROITIÑO, Sonia; FONSECA, Gabrieli Aparecida da. A aplicabilidade da identificação documental em arquivos pessoais: uma reflexão. **Ibersid**, p. 33-40, 2016. Disponível em: <www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/4251/3838>. Acesso em: 23 set. 2016.

UOL, Educação. **Biografia Mário de Andrade**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/mario-de-andrade.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão Documental em Ambientes Empresariais. In: **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VASCONCELLOS, Eliane. “As cartas que mando pra você são suas”. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 33-48, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2012_11_JULHO-A-DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

WEBER, Max. **O que é burocracia**. Conselho Federal de Administração. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ANEXO I

Carta escrita por Mário de Andrade a Manuel Bandeira, onde o autor revela seu desejo de não exposição de sua pessoa, ainda que póstuma, por meio de divulgação de suas cartas e documentos pessoais.

[São Paulo, post. 25 de janeiro de] 1925.

Manuel.

Escrevo esta da cama onde me botei por causa duma ferida no joelho, que não sara mais. Estou doente. E doença que cansa a gente deixa irritado, um horror. Mas agorinha mesmo recebi a sua carta com as tais observações dum indivíduo que você diz inteligente. Acredito porque você diz, mas as tais observações não provam muito isso, não. Você já me fez algumas na sua carta anterior que mereciam resposta longa. Estava deixando isso pra dias de mais prazer pessoal. Mas agora ajunto tudo e respondo já. Não se engane se o tom é meio fatigado e um pouco irritante. Bote isso na conta da doença porque estou doente de verdade. Me parece mesmo que além das doenças físicas estou de novo com um grande cansaço intelectual. Agora não posso mais esconder isso de mim. Por isso desculpe tudo o que não for do agrado de você e começo. Primeiro você.

Deixemos a “Reza” de lado. Concorde com você. Vamos logo pra questão do brasileiro. Tem uma observação geral que pra você serve e pros outros não, porque são gente que não sabe das condições em que vivo e escrevo. Vêem o fato e criticam o fato, está muito bem, nem posso querer que seja doutro jeito. Mas você tem várias injustiças que saliento já embora não queira com isso prescindir das suas críticas. Pelo contrário mesmo a injustiça é útil pra um sujeito como eu, aberto sempre, curioso, que quer aprender e melhorar. Você compreende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, enorme, nunca foi pra um homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda uma gramática brasileira pra depois de repente, pá, atirar com isso na cabeça do pessoal. Preciso que os outros me ajudem porque,

confesso com toda a fraqueza, embora não seja um ignorante em questões de língua e possa afirmar gritado que sei o português duma forma acima da comum, não sou forte no caso. Não sou. Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: *ajudar* a formação literária, isto é, culta da língua brasileira. Não quero que você pense que estou imaginando criar uma língua nova, como se diz que fizeram Dante e Camões, principalmente o primeiro. Ora, isso é idiota porque Dante seria incapaz de escrever no italiano da *Comédia* se antes dele não tivesse a escola siciliana e toda a porção de trovadores que já escreviam em língua vulgar. Eles é que permitiram a existência dum Dante pra língua italiana como os cronistas e cantadores portugueses permitiram o português de Camões. Naqueles tempos se fazia tudo intuitivamente, é natural. Mas hoje não se pode mais fazer porque existe a crítica, existe a questão filológica bem estudada e em uso, existe a época enfim. Por isso o que eles faziam intuitivamente eu hoje faço com crítica, sistematizações. Mas não toda a crítica e toda sistematização por causa das minhas condições de vida. Primeiro: sou um sujeito que vive na extensão gostosa da palavra. Nada de gabinete. Homem na rua. Puxa! Como cansa escrever deitado! Tenho um poder de festas, de convites, amizades, passeios que satisfaço religiosamente. Não dou pra celebridade e eternização do meu nome e mínima importância. Não tenho nenhuma vaidade nesse sentido. Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades. Depois escrevo por necessidade pessoal. Tenho vontade de escrever e escrevo. (Isto é pro caso dos versos). Mas mesmo isto psicologicamente ainda pode ser reduzido a um fenômeno de amor, porque ninguém escreve pra si mesmo a não ser que um monstro de orgulho. A gente escreve pra ser amado, pra atrair, encantar, etc. Além disso tenho as minhas ocupações que são em número formidável, você sabe. Não tem arte que eu não ame e não me preocupe com os problemas estéticos dela. Estudo muito psicologia. Estética. Filosofia. Línguas. Filologia. Sociologia, etc.etc É demais. É dispersivo. Mas eu já disse pra você que vivo gostando, não vivo pra ser célebre. A parte messiânica do meu esforço, o sacrificar minhas obras, escrevendo-as em língua que ainda não é

língua, não é sacrifício de Jesus, é uma necessidade fatal do meu espírito e da minha maneira de amar, só isso. E ainda tenho eu minhas lições! Mas daí se pensar, ou você, como parece pela sua carta, que estou agindo com leviandade nesta questão de escrever brasileiro, vai um estirão largo, meu Manuel. Não senhor. Não sou leviano, não. Tenho pensado muito no que estou fazendo e creio que já não tem caso a esse respeito que eu não tenha observado e pensado comigo. Você diz por exemplo que eu em vez de escrever brasileiro estou escrevendo paulista. Injustiça grave. Me tenho preocupado muito com não escrever paulista e é por isso que certos italianismos pitorescos que eu empregava dantes por pândega, eu comecei por retirar eles todos da minha escrita de agora. Mais tarde vamos a ver o que a gente pode aproveitar deles. Por enquanto o problema é brasileiro e nacional. Agora você deve ver que pequenas diferenças entre falar duma pra outra região brasileira são fatais não só de pronúncia como de sintaxe. Em todos os países grandes se dá e até nos pequenos. Diferenças léxicas e sintáticas. Não estou escrevendo paulista, não. Ao contrário. Tanto que fundo na minha linguagem brasileira de agora termos do Norte e do Sul. Mas, e vem pra outra injustiça, vocês não viram senão a parte mínima do que eu já fiz nesse sentido. Viram um artigo dois e já fazem crítica como se fosse uma obra inteira. Mais calma, esperem por um livro ao menos. O artigo sobre você foi e é nesse sentido uma tentativa inicial. Tem por exemplo o verbo haver em penca. Agora emprego sistematicamente o verbo ter, salvo em caos especialíssimos, como “não há meio de”, “há que tempo!” etc. E mesmo nestes, em vez de “Há que tempo” prefiro o verbo “fazer”. “Faz quanto tempo”, conforme o sentido da frase.

Porquê? Porque se trata de sistematização culta e não fotografia do popular, meu caro. Agora: essa sistematização tem de ser fatalmente pessoal. Não pode ser doutra forma pois estou começando uma coisa e não tirando uma gramática inteirinha de fatos documentados pela escrita culta e literária. Não quero imaginar que o meu brasileiro – *o estilo que adotei* – venha a ser o brasileiro de amanhã. Não tenho essa pretensão, juro. Por outro lado se eu não fizesse essa sistematização eu seria um escritor sentimentalmente popular e quero ser um escritor culto e literário. Não tenho medo destas palavras nem caí

na admiração incondicional e sentimental do Osvaldo. O caso é outro. Sou um fenômeno culto, sei disso e não me afasto disso. Agora: numas cartas escritas alegremente pra amigos, por brincadeira, com intenção evidentemente pitoresca uso exageros de pândega, pra rir. Isso não quer dizer que vá escrever sempre assim nos meus artigos. Não. Por mais que eu escreva agora direto e simples, ainda faço distinção entre escrever pra público e pra amigos. As cartas que mando pra você são suas. Se eu morrer amanhã não quero que você as publique. Nem depois da morte de nós dois, quero um volume como o epistolário Wagner-Liszt. Essas coisas podem ser importantes, não duvido, quando se trata de dum Wagner ou dum Liszt que fizeram arte também pra se eternizarem. Eu amo a morte que acaba tudo. O que não acaba é a alma e essa que vá viver contemplando Deus. Agora eu vou pros casos particulares. Você tem razão: 2ª pessoa do imperativo de fazer em brasileiro é “faz” e não “faze”. “Mas porém” - Não é intolerável. Existe em italiano. É redundância. Sua observação é razoável no caso da “Reza”. Ali não presta e foi afetação. Vai sair numa conferência, na *Revista do Brasil*. Aí não é afetação, é pândega pra divertir. Usado por pitoresco e só por isso. No *Losango cáqui* que traduzi inteirinho pro brasileiro vem uma vez. Admiravelmente empregado. É o caso duma afirmativa enérgica e veio deslumbradoramente fazer com que o ritmo do verso desembestasse galopando com fartura. É um poema em que eu digo pro tenente que dá ordens de exercícios e que está me irritando na minha liberdade que ele pode mandar quanto quiser que os meus braços, minhas pernas, olhos obedecerão...

“Mas porém da caserna dum corpo que eu sei

Sai o exército desordenado meu sublime” etc.

Veja que eficácia rítmica e psicológica. Eu afirmo com energia individualista que nisso o tenente não manda. Isso é meu e só meu, os sarcasmos, os sentimentos, as paixões. A adversativa duplicada vale ouro aí. E depois o ritmo. O primeiro verso galopa certo “pacapam, pacapam, pacapam, pacapam” e depois tudo se espalha, cada potro vai pra seu lado em desordem apaixonada. Tem casos assim. Botei esse “tem casos” aqui pra torcer a esquina e entrar no que você chama de minha afetação. Você tem razão. Mas

não posso escapar dela por enquanto porque essa afetação é psicológica. A minha naturalidade agora é a afetação porque o problema está me preocupando a todo instante e por isso me desvirtua o modo natural. Estou em época de transição. Estou criando um novo modo natural. Por enquanto se vê nisso muita afetação. Mas também não foi afetação que fez a gente policiar a sua escrita e pôr o pronome aqui porque Camões o botara aqui? Foi. Foi a afetação que fez você escrever policiadamente com o jeito de Portugal uma infinidade de escrituras suas. E eu também. E toda gente. Depois e por isso a afetação ficou geral e mudou de nome. Mais uma razão pra você: é que eu por enquanto tenho os exageros e os defeitos naturais nas revoluções e começos. Acredito que isso é minha sina... Paciência! Nunca hei de escrever obra definitiva pra mim. *Paulicéia* foi um começo. Agora estou noutro começo... Paciência! Mas também por outro lado, Manuel, muita coisa que parece afetação pra você em que a influência e formação lusa são muito fortes, pra mim não são afetações que sempre vivi muito no Brasil. Dos versos metrificados que inda guardo inéditos, muita coisa é nacionalista e até regionalista. Alguns desses mesmo quando os releio lamento não terem sido publicados no tempo.

Pra juntar ao caso do “mas porém”. O mais importante que tirei da observação desse caso é a tendência que temos os brasileiros em substituir o mas pelo porém, que pra nós parece mais forte. O português rarissimamente inicia a frase pelo porém, só usado no meio do período. Pra começar o português usa geralmente o mas. Nós usamos constantemente o porém. Falo na língua de conversa, principalmente popular. Fenômeno geral de Norte a Sul do país. Nisso não fiz sistematização porque também o mas é muito empregado. Só que comecei a usar o porém pra princípio de frases.

Outra observação geral: A toda hora me escapam ainda lusitanismos substituíveis. É natural. Se lembre que faz 32 anos que escrevo português. No artigo sobre você vem um poder deles. Roma não se fez num dia. São os meus novos vícios-de-linguagem.

A respeito das minhas sistematizações você está pensando que elas são muito apressadas. Não são não. E você está generalizando regras que eu me

dei, mais do que eu. Assim o caso do pronome oblíquo que é dos mais importantes. Você diz que o que caracteriza o falar brasileiro nesse sentido é a variabilidade da colocação do pronome, ora antes ora depois do verbo. Não é não. A variabilidade é muito mais maior no português literário. Questão de eufonia nascida da *maneira lusa de dicção*. Nós brasileiros, geralmente antepomos o pronome ao verbo. Geralmente. Tem porém alguns verbos em que se formou como uma locução de pronome e verbo com este antes. Assim com o verbo sentar. E tem os casos de frases intimativas, imperativas em que o verbo vem sempre ou quase sempre antes do pronome. Você cita alguns exemplos que eu já conheço e em que muito tenho pensado. É questão que ainda não resolvi bem e se você conhecesse a minha *Fraulein* veria que emprego várias vezes o erro “que matou-se” e casos análogos. O pronome anteposto ao verbo não é invariável na minha sistematização, é apenas geral, nas intimações posponho o pronome. Com o verbo sentar também quase sempre. Não esqueça duma coisa: sistematização não quer dizer generalização. E tem outras que venho fazendo interessantes. Assim o qualificativo que nós geralmente pospomos ao substantivo. A substituição da preposição “a” por outras. No brasileiro a preposição “a” quase não existe. Estará destinada a desaparecer? Não sei. Em todo o caso ficará limitada a muito poucas regências. O diminutivo, o aumentativo, o superlativo substituído por “muito”, por “por demais” conforme o caso. Você compreende, Manuel, eu empobreci os meus meios de expressão. Não faço dúvida nisso. Empobreci-os conscientemente. Tem uma frase do Machado que me bate sempre na memória. “Alguma coisa é preciso sacrificar”. Eu me sacrifico mas é possível que se ganhe com isso. Agora fazer como você quer, tudo com restrições, tudo apalpando, usar pra mas também para, usar uma coisa mas tem casos em que não usar, não sou desse gênio. Vou até o fim. Sou homem dum Deus só. Não compreendo revoluções com luvas de pelica. O próprio Procurador da República falou que foi por causa disso que o Isidoro levou na cabeça. É o caso dos que quiseram ser modernistas e passadistas ao mesmo tempo. Não sei ser assim. A culpa pode ser minha. Paciência.

Comecei também a usar lugares-comuns brasileiros. É um meio de generalizar, de humanizar a minha escrita. Está visto que não escrevo “calor

senegalesco” mas emprego “um sol de matar passarinho”. Se você souber de alguns desses, do Norte ou do Sul, me mande.

E com você acabei. Agora vamos pro anônimo que depois de muito imaginar eu resolvi que não sei quem é.

O título do artigo “Me parece que pra M. de A.” é uma das ironias mais admiráveis que conheço. Também parou nisso o espírito do cujo. O resto das ironias ou não vale nada ou é malvadez sem justiça. Ele começa por dizer que eu não sei escrever o português. É uma injustiça. Sei mais que a maioria dos que escrevem. Estudei o português e estou consciente dos meus erros em português. Ao menos da grande maioria deles. Do homem que tem publicado os artigos que publicou na *Revista do Brasil*, antes do “Manuel Bandeira” não se pode dizer que não sabe o português sem injustiça grave. Portanto o sujeito ou me ignora e então foi leviano, ou foi injusto e portanto tem má vontade que procura fingir não ter. É falso que os brasileiros digam geralmente “Eu *lhe* vi ontem”. Essa prática existe mas muito mais usual é a gente dizer: “Eu vi você”, “eu vi a senhora ontem na cidade”. E como não se pode intransitivar verbos como ver e outros, porque o próprio povo se utiliza deles como transitivos em casos em que o pronome não entra numa sistematização, em linguagem literária, tais casos continuam modismos, vícios que só podem ser usados pra evidenciar o pitoresco da fala dum personagem. O mesmo se dá com o “Encontrei ele doente”. Não tem língua nenhuma em que o pronome sujeito se use assim como complemento. O escritor brasileiro pode no entanto escrever: “Deixe ele ficar aí” porque aí o ele é sujeito, ou pode ser considerado sujeito de ficar.

O homem ataca o meu “Se contaria e explicaria...” Diz que isso o povo não usa. É verdade. Se trata duma sistematização por analogia. Se você chegar numa roda bem *nativa* e perguntar: “De que se trata?” Um responde: “Se trata de”. Isso juro. O homem diz ainda que a frase ficou confusa. Ficaria se eu grafasse se e não si. Demais isso mostra que o homem pouco sabe de português porque o verbo estando já no condicional eu não poderia empregar o condicionalíssimo “si” que pede o verbo no imperfeito do indicativo ou do subjuntivo: “Si contasse...” ou “Si contava ou não, é coisa que não sei etc...” De

fato tem uma confusão ali, mas porém é muito outra. Confusão ente o “se” pronome pessoal, determinado, que ali se refere a Manuel Bandeira, e o “se” pronome impessoal, equivalente ao *on* francês e que eu agora só uso no “a gente”. Não tem dúvida que me contradisse empregando mais pra diante o “chamar-lhe-iam”. Foi um lusitanismo que me escapou pela razão que eu já disse atrás: vou pro fim, pra depois voltar na questão dos pronomes. O homem acha que devo dizer rijeza por rigidez. Tem razão. Se me lembrasse teria escrito rijeza: ainda o uso de cachimbo...

No caso do *pra* eis vocês dois em contradição. Você acha que estou falando paulista. Ele acha que isso é nortista e que nós “sulistas” (aliás não sei de que Sul é o cujo) dizemos par’alguns. Aqui em São Paulo como em Minas e Rio a gente só diz pra alguns e duvido que no Rio Grande do Sul se diga par’alguns como o homem quer. Aliás o “pra” é empregado até pelos portugueses que jamais falaram para.

No “prá festa” está bem acentuado. Tem contração. É para a festa que você foi se pintar. Basta substituir festa por baile, forrobodó e se vê bem que tem artigo aí. Foi se pintar pro baile e não pra baile.

Desculpe esta carta compridona, Manuel. Se você imaginar quanto ela está me cacetando de escrever assim deitado, já jantei no meio dela até! Você vê quanto eu quero bem você. Porque, franqueza, o tal sujeito me está saindo muito fraquinho. Não quero que você mande esta carta pra ele ou lhe dê as minhas razões não paga a pena. Se me amolo com ele é só pra mostrar pra você que o mais leviano não sou eu e que estou mais forte do que você pensa nas minhas razões.

Fora o título do artigo o homem só tem observações inteligentes a respeito de pronomes. Porém são de ordem sentimental e não propriamente crítica. Isso prova sensibilidade no tal. Será poeta? Creio que sim. Mande-me dizer quem é. Ele fala que eu prejudiquei a virilidade enérgica de certas dicções com a anteposição de pronomes, está mais ou menos certo. Mas isso é observação de ordem psicológica. No dia em que a gente estiver acostumado a essa anteposição, será talvez a posposição do pronome que há-de fazer a falta

de energia. Isto é, não é propriamente isso. Eu mesmo já verifiquei que o brasileiro nas frases intimativas usa o pronome posposto. Porém no dia em que vocês se acostumarem com o meu jeito, não farão mais reparo nessa falta de virilidade (aliás desnecessária ali, uma frase de comentário, mansa). Em compensação adquiri uma sonoridade mais familiar, um ritmo mais dengoso e balançado que é bem jeito brasileiro desta nossa raça misturada do índio deslizante e do negro dançador. Se o homem tem sensibilidade eu também tenho, graças-a-Deus, e vou hoje mandar pra você, embora ainda não esteja definitivo, o meu poema “O poeta come amendoim” pra que você veja que eu também já tinha reparado nisso. Assim que comecei a escrever brasileiro reparei que minha fala ficou mais lenta. Paciência. Nem tudo se pode adquirir duma só vez. Com o amerenglish (língua dos americanos) se dá a mesma coisa em relação ao inglês, apesar de ser aquele o povo mais apressado que existe. O italiano de Dante é muito mais lento que o de Papini, o português de frei Luiz de Souza muito mais lento que o de Latino. E além do mais nós somos um povo pachorrento. Mas no dia em que o brasileiro fizer uma língua, como é o português em relação ao espanhol, mais do que isso creio que não será, ele há-de adquirir as suas formas rápidas também. Eu não estou trabalhando pra mim porque sei que numa coisa destas a gente só trabalha com o tempo.

Depois o homem diz que eu resolvi “antepor *sempre* (o grifo é dele) os pronomes” e chama isso irônico de capricho. Não é capricho e não existe o *sempre*, mas um *geralmente*. Ele mesmo dá uma série de exemplos contrários com os “variou-o”, “multiplicou-o”, “chamar-lhe-iam”. Este último, confesso que saiu porque me escapou. Mas os outros são bem meus. E depois, e isto é idiota, diz que eu me contradisse ralhando com você porque você escreveu “que te não via”, também com o pronome na frente do verbo. Com efeito, porém o ruim está no pronome antes do não. Nunca nós falamos assim. Nem uma vez só. É “que não te via” que dizemos, não é?

De maneira que o homem, além da má vontade e injustiças, também chicaneia com a gente... Pois fique com as suas chicanas e vá lamber sabão. Isso porém não impede, Manuel, que eu agradeça de mãos postas as suas observações e as alheias que você me transmite. Injustas ou justas elas me

fazem um bem grande porque só servem pra me iluminar, esclarecer, firmar pontos duvidosos, lembrar outros. Continue nessa boa ação de amigo e Deus lhe pague.

Você podia me fazer um favor? Mande uma carta pro Prudente pedindo que me arranjasse um distribuidor pra *Escrava*, já impressa, aí no Rio. Soube hoje que ele está doente. Você não podia arrumar um jeito de telefonar pra ele que transmita o pedido pro Sérgio? Ele me arranjará isso, mas que seja logo que aqui o livro está sendo vendido.

Mário.

Pensando melhor no caso do “Se contaria” reparo que o indivíduo tem mais razão do que me pareceu no princípio. O “si” pode ser empregado naquele caso, como ele diz. Mas isso é muito raro e as formas verbais condicionais bastam hoje por si mesmas e não carecem mais do “si”. E quando este vem é da prática se por também o pronome: “Si ele contaria...” “Si contaria ele o caso...” Por isso, apesar disso, a minha expressão não se presta pra confusão que ele diz.

E não posso mais. Amanhã copio o poema.

Se mando outra vez a carta do homem é pra você confrontar melhor as duas razões.

Não tive tempo de reler. Se tiver erros desculpe.